

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Departamento de Ciência e Tecnologia

Relatório de Gestão 2004

Departamento de Ciência e Tecnologia

2.^a edição revista

Série C. Projetos, Programas e Relatórios



Brasília – DF
2005

© 2005 Ministério da Saúde.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série C. Projetos, Programas e Relatórios

Tiragem: 2.^a edição revista – 2005 – 100 exemplares

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Departamento de Ciência e Tecnologia
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede, sala 834
CEP: 70058-900, Brasília – DF
Tels.: (61) 315 3466 / 3298
Fax: (61) 315 3463
Home page: <http://www.saude.gov.br/sctie/decit>

Equipe técnica de elaboração:

Reinaldo Guimarães – Diretor
Antonia Angulo
Daniela Buosi
Leonor Pacheco
Suzanne Serruya

Revisão técnica:

Flávia Tavares Silva Elias
Jacqueline Gagliardi
João Carlos Saraiva Pinheiro
Juliana Pinheiro
Maria Beatriz Amaro

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia.
Relatório de gestão 2004: Departamento de Ciência e Tecnologia / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – 2. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

186 p.: il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios)

Relatórios da Assessoria de Políticas de Ciência e Tecnologia, da Coordenação-Geral de Biotecnologia em Saúde, da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional, da Coordenação-Geral de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e da Comunicação Social.

ISBN 85-334-0923-0

1. Administração em saúde pública. 2. Ciência e tecnologia. 3. Política de saúde. 4. Pesquisa. I. Título. II. Série.

NLM WA 525-590

Catálogo na fonte – Editora MS – OS 2005/0285

Títulos para indexação:

Em inglês: 2004 Administration Report. Science and Technology Department
Em espanhol: Informe de Gestión 2004. Departamento de Ciencia y Tecnología

EDITORA MS
Documentação e Informação
SIA, trecho 4, lotes 540/610
CEP: 71200-040, Brasília – DF
Tels.: (61) 233 1774/2020
Fax: (61) 233 9558
E-mail: editora.ms@saude.gov.br
Home page: www.saude.gov.br/editora

Equipe editorial:
Normalização: Andréa Campos
Revisão: Lilian Assunção/Mara Pamplona
Projeto gráfico: Sérgio Ferreira

SUMÁRIO

Apresentação	5
Assessoria de Políticas de Ciência e Tecnologia	9
Coordenação-Geral de Biotecnologia em Saúde	33
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional	43
Coordenação-Geral de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	67
Comunicação Social	123
Anexos	127
Equipe Técnica	183

APRESENTAÇÃO

O ano de 2004 marca o início de um novo tempo na participação do Ministério da Saúde no esforço brasileiro de pesquisa em saúde. Historicamente, essa participação foi centrada em ações de fomento intramuros, por meio dos institutos de pesquisa vinculados ao Ministério. Agora, expandimos nossos esforços para uma atuação extramural mais vigorosa, procurando atingir o conjunto das instituições e grupos de pesquisa em saúde no País.

A mudança de enfoque se fundamenta na necessidade, mundialmente reconhecida, de aproximar a atividade de pesquisa das necessidades da política nacional de saúde. Isso exige que a autoridade nacional de saúde tenha um papel mais relevante na definição de prioridades e na ação de apoio à pesquisa.

As bases, conceitual e política, dessa mudança foram estabelecidas sobre o processo de construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a realização da 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. A base instrumental foi estabelecida a partir do acordo de cooperação técnica assinado pelos ministros Humberto Costa e Eduardo Campos, em julho de 2004, pelo qual o CNPq e a Finep tornaram-se agentes técnicos das ações de fomento com recursos do orçamento do Decit. Nos marcos deste acordo, os repasses financeiros do MS para as duas agências atingiram R\$ 57 milhões, integralmente executados. O orçamento de 2004, autorizado ao Decit (R\$ 67,8 milhões) foi, do mesmo modo, integralmente executado.

As ações de fomento do Decit em 2004 envolveram sete chamadas públicas de projetos sobre temas selecionados da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e em consonância com as prioridades do MS. Foram eles: Nutrição e Alimentação; Violência, Acidentes e Trauma; Mortalidade Materna e Morbimortalidade Neonatal; Pesquisa sobre Sistemas, Políticas de Saúde e Humanização do SUS; Hantavirose e outras Vírus RNA Encapsuladas; Saúde Bucal; Fortalecimento das Comissões de Ética em Pesquisa. A partir de uma demanda bruta de 1.344 propostas, essas chamadas resultaram em 357 projetos aprovados. As ações foram todas operacionalizadas pelo CNPq.

Também em cooperação com o CNPq, está em curso um amplo programa de parceria com as fundações estaduais de amparo à pesquisa intitulado “Pesquisa para o SUS” cujos editais selecionarão, no primeiro semestre de 2005, cerca de 220 projetos em 22 unidades da federação.

A parceria com a Finep gerou um conjunto de 15 projetos de base tecnológica (21 convênios) abrangendo desenvolvimento e infra-estrutura de pesquisa no campo de vacinas, dispositivos diagnósticos, medicamentos e equipamentos médicos, além de um projeto no campo de pesquisa clínica com células-tronco em cardiologia.

Como parte do programa “Pesquisa para o SUS”, em cooperação com a Unesco, o Decit realizou uma ação de fomento em cinco unidades da federação da Amazônia Legal com pequena tradição de pesquisa (AC, AP, RO, RR, TO), com 14 projetos aprovados. Ainda com a Unesco, apoiamos sete projetos e realizamos em 2004 o desembolso dos recursos destinados à Rede Tb (nove projetos) e ao esforço nacional de pesquisa em dengue (13 projetos), fomentados ainda em 2003.

Em operações realizadas diretamente pelo Fundo Nacional de Saúde, foram contratados sete projetos.

No total, as ações de fomento do Decit em 2004 apoiaram 650 projetos prioritários de pesquisa científica e tecnológica a partir da demanda de mais de 2.000 propostas. Todos os projetos tiveram julgamento de mérito realizado por pesquisadores e, na maioria dos julgamentos, houve a participação de gestores do Decit, de outras áreas técnicas do Ministério da Saúde responsáveis pelos temas envolvidos nos editais.

Essas ações alcançaram quase 200 instituições de pesquisa brasileiras, sendo que 87% do total de recursos destinaram-se a ações extramurais. Quanto à distribuição regional dos recursos financeiros, 47,7% estão localizadas na Região Sudeste, 23,3% na Região Nordeste, 16,3% na Região Sul, 8,4% na Região Norte e 4,4% na Região Centro-Oeste.

Para 2005, a proposta orçamentária do MS (Lei Orçamentária Anual aprovada na Câmara) prevê um pequeno acréscimo no orçamento do Decit, que poderá chegar a R\$ 70 milhões, sendo R\$ 66 milhões destinados a ações de fomento à pesquisa prioritária em saúde. Cabe destacar que, destes recursos, pouco menos de R\$ 9 milhões estão comprometidos com projetos contratados com recursos do orçamento 2004. Restarão, portanto, para essas novas ações de fomento, cerca de R\$ 57 milhões, valor inferior ao disponível no início do exercício anterior (R\$ 65 milhões).

Importante destacar que essas ações de fomento se deram nos moldes de uma construção política cujas maiores marcas foram o rigor técnico e a permanente pactuação com usuários, trabalhadores, gestores e pesquisadores de saúde. Os principais momentos desse processo de pactuação foram a 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e o processo de consulta pública para a consolidação da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.

Merecem, ainda, menção os trabalhos do Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação do MS. De suas diversas intervenções no ano de 2004, destacamos o aprofundamento das atividades do Grupo de Trabalho de Avaliação Tecnológica em Saúde, ferramenta indispensável para a instituição de um processo mais racional

de incorporação tecnológica pelo SUS. Um dos projetos apoiados em 2004 foi o estabelecimento da parceria entre o Decit e a Iniciativa Cochrane, para que esta se torne um agente técnico do Ministério mediante a realização e atualização de revisões sistemáticas sobre alvos previamente definidos pelo GT de Avaliação Tecnológica em Saúde.

Finalmente, mas não menos importante, cabe destacar a atuação do Decit nas atividades de regulação e formulação, em particular no campo da Biotecnologia, Biossegurança e Bioética. Esses três campos de conhecimento e prática são objeto de intensa e crescente controvérsia nas sociedades modernas e a ação governamental é indispensável para o correto encaminhamento das mesmas. A atuação do Decit em várias comissões e grupos de trabalho, permanentes ou ad-hoc, foi marcante no período. Dentre elas, destacaram-se a Comissão de Biossegurança em Saúde, o grupo de trabalho que formulou a proposta da Comissão Nacional de Bioética e a recente criação do Fórum de Competitividade na Cadeia Produtiva de Biotecnologia.

A maior fragilidade de nossa proposta é a pequena institucionalidade do novo papel do MS no campo de pesquisa em saúde. Tudo o que foi realizado até agora se sustenta exclusivamente na sensibilidade e vontade política do ministro Humberto Costa. Um outro ministro em um outro governo, se não tiver os mesmos atributos, simplesmente põe abaixo o que foi construído. Para que esta política se transforme em marca permanente de governo – e por extensão em política de Estado, com a incorporação da pesquisa científica e tecnológica no âmbito das tarefas do SUS – será necessário fundá-la em bases mais institucionais. Daí propormos que, em 2005, possamos voltar a discutir, no Conselho Nacional de Saúde e no Ministério da Saúde, a proposta de criação de um órgão específico de fomento à pesquisa, vinculado a este último.

Reinaldo Guimarães - Diretor do Decit

Antonia Angulo - Assessora de Políticas em Ciência e Tecnologia

Daniela Buosi – Coordenadora interina de Biotecnologia em Saúde

Leonor Pacheco – Coordenadora de Fomento Científico e Tecnológico

Suzanne Serruya – Coordenadora de Desenvolvimento Institucional

ASSESSORIA DE POLÍTICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Assessoria de Políticas em Ciência e Tecnologia, no ano de 2004, continuou com o eixo de atuação delineado em 2003, direcionado para a construção da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) orientada pelas diretrizes da atual Política Nacional de Saúde.

A ênfase do trabalho foi a consolidação da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) e a realização da 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2.^a CNCTIS), ações construídas por um processo técnico e político que buscam incrementar a capacidade de indução do sistema de fomento à pesquisa em saúde, bem como situar o Ministério da Saúde como ator relevante no cenário científico e tecnológico brasileiro.

A equipe atuou em duas grandes áreas: I - Implementação e monitoramento da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde; II - Informação e Comunicação em Ciência e Tecnologia (quadro 1).

Quadro 1. Áreas de atuação da Assessoria de Políticas de Ciência e Tecnologia.

Área de Atuação	Ações/Atividades
I - Implementação e Monitoramento da PNCTIS e da ANPPS	1 – Consolidação do modelo de gestão de ciência e tecnologia no âmbito do Ministério da Saúde -Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde.
	2 – Participação na Comissão Interinstitucional de Ciência e Tecnologia do Conselho Nacional de Saúde (CICT).
	3 – Construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.
	4 – Acompanhamento da implementação da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.
	5 – Realização da 2. ^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.
	6 – Acompanhamento de Projetos sobre o Sistema de Ciência e Tecnologia em Saúde no Brasil.
	7 – Acompanhamento da execução orçamentária.
II - Informação e Comunicação em Ciência e Tecnologia	1 – Acompanhamento do projeto de implantação da Estação BVS – Biblioteca Virtual em Saúde – nas Secretarias Estaduais de Saúde.
	2 – Apoio ao projeto de aprimoramento do controle bibliográfico da produção documental do Ministério da Saúde e do SUS e de Órgãos Associados.
	3 – Apoio a Eventos Científicos em Saúde.
	4 – Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS – 2004.
	5 – Coordenação da participação do Ministério da Saúde na 1. ^a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Cada atividade desenvolvida pela Assessoria de Política em Ciência e Tecnologia será detalhada a seguir demonstrando os objetivos, as estratégias e os resultados alcançados em 2004.

I - IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE E DA AGENDA NACIONAL DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE.

1 - CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – CONSELHO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Objetivo

O Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde (CCTI), tem por finalidade atuar na formulação, coordenação e acompanhamento da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Ele reúne representantes da administração direta e indireta do Ministério da Saúde.

Estratégias

Organização de reuniões realizadas a cada dois meses e acompanhamento das deliberações do conselho e dos grupos de trabalho a ele vinculados.

Resultados

- Cinco reuniões, discutindo-se temas relevantes para a PNCTIS, a saber:
 - situação do processo de qualificação de instituições para avaliação dos municípios do componente I do Projeto de Expansão da Estratégia de Saúde da Família (PROESF);
 - orçamento para a ciência e tecnologia em saúde;
 - dados e reflexões sobre a pesquisa científica brasileira em saúde;
 - proposta de estudo de avaliação econômica do processo de registro de medicamentos;
 - proposta de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e o Ministério de Ciência e Tecnologia;
 - desenvolvimento de pesquisas para os serviços de saúde – experiência da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS);
- Criação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Tecnologias em Saúde, de caráter permanente, com a atribuição de definir as diretrizes e promover a avaliação tecnológica com vistas a orientar a incorporação de novos produtos e processos pelos gestores, prestadores e profissionais dos serviços no âmbito do SUS.
- Criação do Grupo de Trabalho para tabulação dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2003 do IBGE.
- Criação do Grupo de Trabalho de Normas de Autoria, Propriedade Intelectual e Divulgação de pesquisas financiadas pelo Ministério da Saúde.
- Elaboração de recomendação à Anvisa sobre exigência de estudos de avaliação econômica para aprovação de registros de medicamentos novos com potencial de uso em programas de atenção à saúde.

2 - PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CICT)

Objetivo

A CICT assessora o Conselho Nacional de Saúde nos assuntos relativos a ciência, tecnologia e inovação em saúde. A direção do Departamento de Ciência e Tecnologia representa o Ministério da Saúde na CICT.

Resultados

Quatro reuniões ordinárias nas quais o foco do trabalho foi a organização e avaliação da 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Alguns membros desta comissão compuseram a comissão organizadora e a coordenação de relatoria da 2.^a CNCTIS, a saber:

- Reinaldo Guimarães – Departamento de Ciência e Tecnologia – Coordenador-Geral;
- Jose da Rocha Carvalheiro – Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass);
- Moisés Goldbaum – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco);
- Paulo Ernani Gadelha Vieira - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz);
- Walter Araújo Zin – Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Rita Barata Barradas – Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) – Relatora Adjunta.

No plano de trabalho para 2005, os membros definiram os seguintes eixos de atuação:

- Apresentação das ações do Decit ao CNS;
- Análise e apresentação ao CNS das ações na área de Bioética, Biossegurança e Biotecnologia desenvolvidas no Congresso Nacional;
- Acompanhar a pauta de ciência e tecnologia no Congresso Nacional;
- Acompanhamento das atividades de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico desenvolvida pelo Decit;
- Participação na 3.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2005.

3 - CONSTRUÇÃO DA AGENDA NACIONAL DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE

Objetivos

A construção dessa Agenda é uma ação estratégica para a reformulação do papel do Ministério da Saúde no ordenamento do esforço nacional de pesquisa em saúde. Visa a orientar o desenvolvimento da pesquisa segundo as prioridades do sistema de saúde, buscando aproximação da produção científica, tecnológica e da inovação em saúde com as necessidades do sistema, de modo a contribuir para a melhoria da saúde da população brasileira.

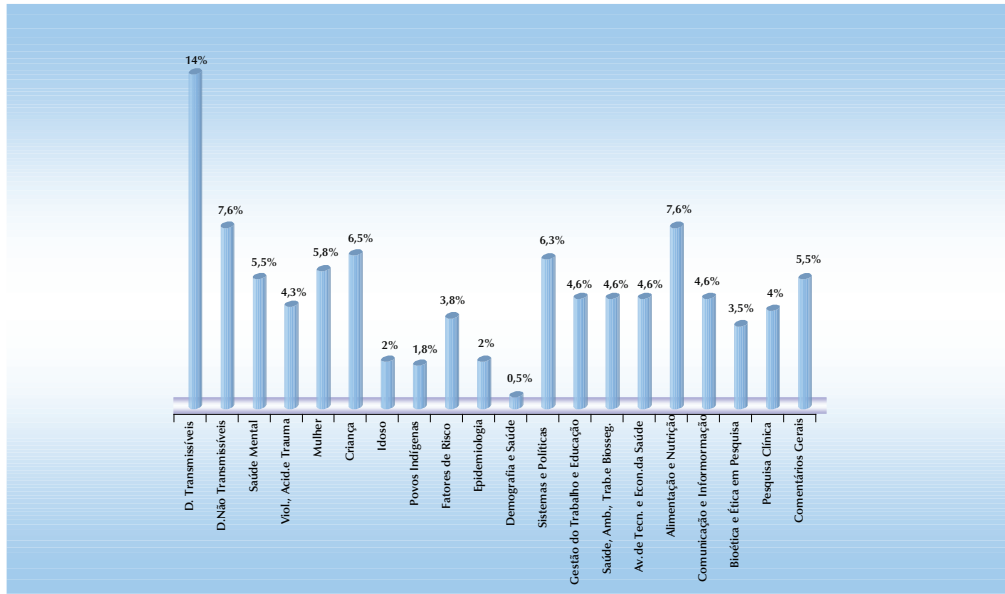
Estratégias

- Aprimoramento dos resultados do Seminário para Construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, realizado em 6 e 7 de novembro de 2003;
- Organização e realização de consulta pública entre os dias 23 de março e 6 de maio de 2004, dirigida a usuários, profissionais, pesquisadores e gestores do setor Saúde, para ampliação dos temas prioritários de pesquisa em saúde apontados no seminário supracitado;
- Definição da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, como eixo temático da 2.^a CNCTIS, e publicação no documento base da conferência;
- Articulação e mobilização com as secretarias municipais e estaduais de saúde para propiciar o debate da agenda nas respectivas etapas da 2.^a CNCTIS.

Resultados

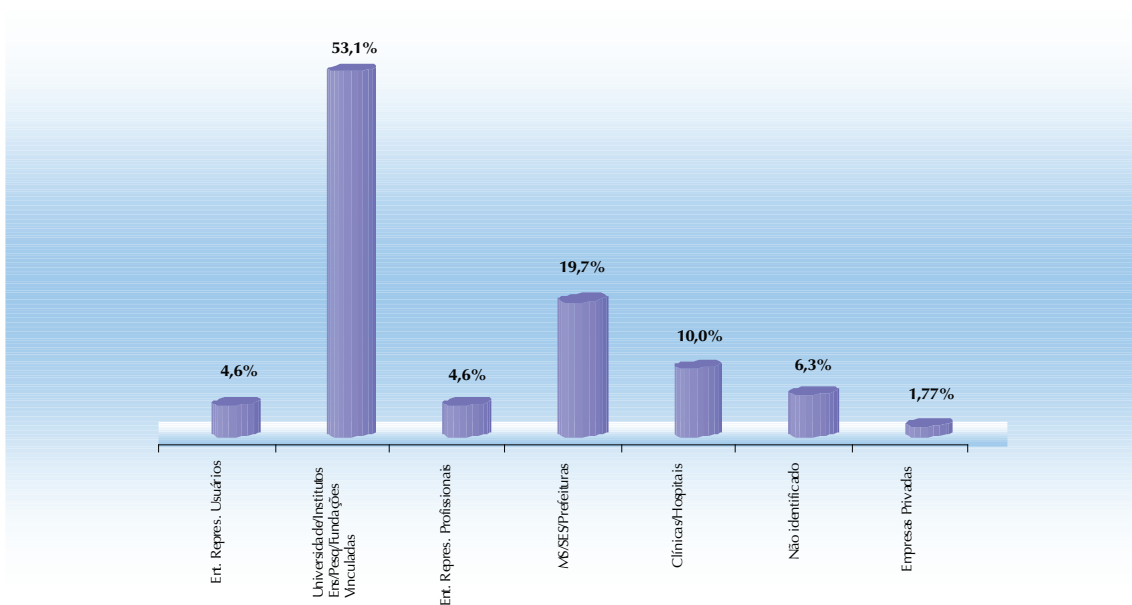
- Publicação e lançamento do livro “Saúde no Brasil – Contribuições para a Agenda de Prioridades de Pesquisa”, durante a 2.^a CNCTIS;
- Publicação dos resultados da Consulta Pública. Constatou-se ampla participação da sociedade, atingindo um total de 600 contribuições (gráficos 1 e 2). No gráfico 1, observa-se o percentual de contribuições realizadas em cada subagenda. No gráfico 2, registra-se o percentual das contribuições feitas por diferentes setores da sociedade;
- Inclusão das contribuições feitas nas conferências municipais e estaduais sobre a ANPPS no documento “Relatório Consolidado Nacional da 2.^a CNCTIS”;
- 14 subagendas aprovadas pelo plenário da 2.^a CNCTIS;
- Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde publicada nos Anais da 2.^a CNCTIS.

Gráfico 1 - Proporção de Contribuições por Subagenda.



Fonte: Decit/SCTIE/MS.

Gráfico 2 - Percentual das Contribuições por Categoria das Instituições Participantes.



Fonte: Decit/SCTIE/MS.

3.1 - Definição de Prioridades de Pesquisa em Saúde no Mercosul

Participação no Seminário Internacional de Ciência e Tecnologia em Saúde para o Mercosul, realizado entre 11 e 14 de julho de 2004, no qual ocorreu uma oficina de trabalho sobre a construção de agenda de prioridades de pesquisa em saúde no âmbito do Mercosul. Foram apresentadas as experiências chilena e brasileira recentes.

No evento definiram-se as seguintes propostas:

- a criação de Comissão Intergovernamental em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, no âmbito da Reunião de Ministros de Saúde do Mercosul e Estados Associados (RMSMEA), que deverá: diagnosticar a situação dos sistemas nacionais de pesquisa em saúde; incentivar o intercâmbio de experiências para formulação de agendas nacionais; mapear os recursos humanos em C&T, em particular sobre gestores de C&T em cada país, levantando especialidades e experiências; coordenar a construção de uma agenda regional prioritária a partir das agendas nacionais; analisar as metodologias existentes e propostas de organização da pesquisa em saúde nos países do Mercosul;
- avaliar possibilidade de criação de um fundo regional de CT&I/S para financiar as pesquisas prioritárias regionais;
- criar grupos de trabalho de C&T em Saúde nacionais, para delinear um plano de trabalho para a futura comissão intergovernamental.

3.2 - Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas em Saúde dos Povos Indígenas

Antecedentes: em maio de 2004, foi realizada uma oficina entre o Departamento de Saúde Indígena da Funasa (Desai/Funasa), a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a Comissão Intersetorial de Saúde do Índio do Conselho Nacional de Saúde (CISI/CNS), que produziu um documento contendo um conjunto de 26 linhas prioritárias de pesquisa para a Saúde Indígena. Na ocasião, sob coordenação do Decit, estava em curso a elaboração da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, onde estava presente a subagenda de saúde dos povos indígenas.

Durante o mês de setembro de 2004, após o Decit e o Desai/Funasa desencadarem um processo de discussão interno ao Ministério da Saúde, iniciou-se um trabalho conjunto, com vistas à priorização de temáticas de pesquisa para financiamento, destacando-se a importância da participação da comunidade de gestores e pesquisadores sobre saúde indígena.

Em 6 e 7 de outubro realizou-se na Opas, em Brasília – DF, a Reunião de Trabalho sobre Políticas de Pesquisa em Saúde da População Indígena. Os gestores e pesquisadores presentes deliberaram sobre a realização, em novembro de 2004, de um Seminário para a pactuação em torno de uma agenda única, reunindo as contribuições da oficina CISI/Opas e da subagenda de Saúde dos Povos Indígenas.

Finalmente, entre 24 e 26 de novembro, o Desai/Funasa e o Decit/SCTIE realizaram o I Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas em Saúde dos Povos indígenas, com o apoio da Opas. Cento e sessenta participantes entre pesquisadores, gestores e representantes da comunidade indígena realizaram uma reflexão coletiva sobre a política de produção de conhecimento e incorporação aos serviços em benefício dos povos indígenas.

Elaborou-se o relatório contendo a Agenda de Prioridades de Pesquisa em Saúde dos Povos Indígenas, assim como, avaliações e recomendações quanto ao fomento de atividades de pesquisa voltadas para o desenvolvimento da saúde indígena. Esse relatório foi divulgado pela Funasa no site: http://www.funasa.gov.br/sitefunasa/estud_pesq/estud_pesq_indig.htm.

4 - ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA NACIONAL DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE

Objetivo

O Decit vem desenvolvendo ações de fomento a pesquisa em cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia, representado por suas duas agências, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), assim como com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa no sentido de organizar a destinação dos recursos. A atividade que estamos descrevendo pretende contribuir para o monitoramento dessas ações de fomento.

Resultado

A perspectiva em 2005 é obter uma análise sobre a implantação da ANPPS para orientar o fomento desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

5 - REALIZAÇÃO DA 2.^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

A 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2.^a CNCTIS) foi convocada pelos Ministérios da Saúde, da Educação e da Ciência e Tecnologia, após dez anos da realização da 1.^a Conferência. Aconteceu entre os dias 25 e 28 de julho de 2004, em Brasília, com a participação de 644 pessoas, sendo 431 delegados representantes dos setores da saúde, educação e ciência e tecnologia, e 213 pessoas entre convidados e membros de comissões.

No âmbito do Ministério da Saúde e do Controle Social, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e o Conselho Nacional de Saúde (CNS) foram responsáveis pela organização e operacionalização da 2.^a CNCTIS. A Comissão de Articulação e Mobilização foi constituída por membros do plenário do CNS.

A Assessoria de Políticas em Ciência e Tecnologia teve um papel de destaque no trabalho da secretaria executiva e das comissões especiais de: infra-estrutura, comunicação, e articulação e mobilização.

Resultados

- Política Nacional de Ciência e Tecnologia pactuada e reconhecida pelos setores da Saúde, da Ciência e Tecnologia e de Educação;
- Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde aperfeiçoada e reconhecida pelos segmentos participantes da 2.^a CNCTIS;
- Anais da 2.^a CNCTIS contemplando as principais diretrizes para a área publicado e divulgado.

Para demonstrar a abrangência, a importância e a qualidade da participação dos segmentos e setores envolvidos, destacam-se alguns dados referentes à participação na 2.^a CNCTIS:

a) Eixos Temáticos

As discussões da 2.^a CNCTIS foram orientadas por dois eixos: 1) Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e 2) Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.

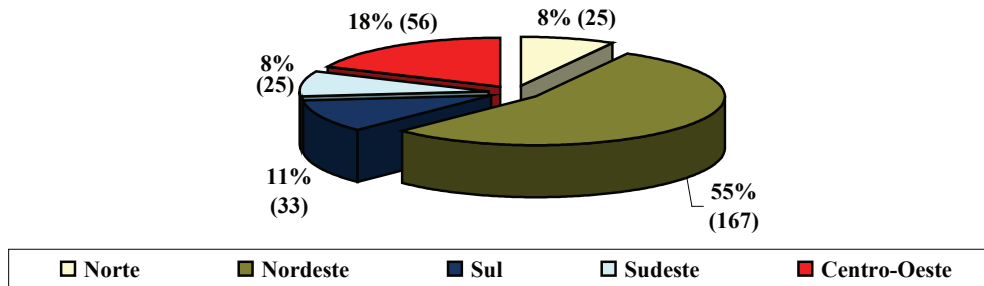
b) Etapas municipal e estadual/regional

No período de maio a julho de 2004, articulou-se com estados e municípios para a realização das etapas prévias à conferência nacional. O apoio do Conselho Nacional de Saúde, da Comissão Intersectorial de Ciência e Tecnologia, das comissões da conferência e dos representantes do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) foi importante para mobilizar os gestores do Sistema Único de Saúde, de Ciência e Tecnologia e os conselhos estaduais e municipais de saúde.

Vinte e quatro estados realizaram conferências de ciência, tecnologia e inovação em saúde com exceção dos estados de Roraima, Tocantins e Goiás. Aconteceram 307 conferências municipais, regionais e estaduais no País.

No gráfico 3, observa-se a distribuição de conferências por região, destacando-se a Região Nordeste com 167 conferências regionais ou municipais. No quadro 2, observa-se a distribuição de conferências por estado. Dez capitais realizaram conferências – Belém, Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Campo Grande, Cuiabá, São Luis e Brasília. De um modo geral, estima-se que nas etapas estadual, regional e municipal participaram cerca de 15 mil pessoas, processo em que se demonstrou que usuários dos serviços de saúde, gestores, prestadores e trabalhadores de saúde têm um importante papel a cumprir na construção da PNCTIS.

Gráfico 3. Percentual de Conferências por Grandes Regiões do Brasil, 25-28/7/04.



Fonte: Dados do Datasus organizados pelo Decit/SCTIE/MS

Quadro 2. Distribuição de Conferências Regionais e Municipais Segundo Unidade Federada, 25-28/7/04.

Conferências Regionais e Municipais (307)																											
UF	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	SC	PR	RS	MS	MT	GO	DF
N.º	4	0	8	X	13	0	X	8	0	4	76	41	3	32	0	3	5	7	6	8	8	6	19	37	1	X	18
Total Região	Norte: 25							Nordeste: 167									Sudeste: 26				Sul: 33			Centro-Oeste: 56			

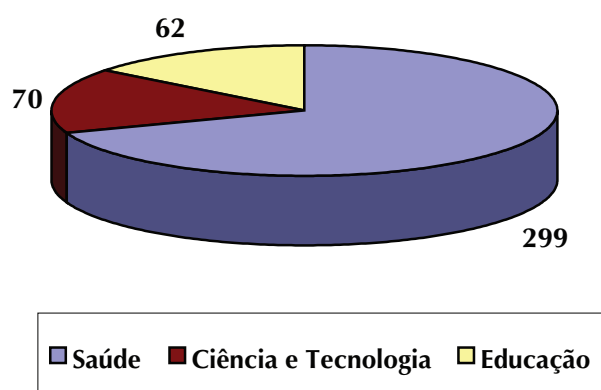
Fonte: Decit/SCTIE/MS.

c) Etapa Nacional

Na etapa nacional, os eixos temáticos foram exaustivamente discutidos. Foi um fórum privilegiado para debater os marcos norteadores e estratégias de um novo momento para a ciência, a tecnologia e a inovação em saúde.

A Conferência teve caráter intersetorial com a participação de delegados dos setores Saúde, Ciência e Tecnologia e Educação conforme distribuição definida pelo regimento interno. A participação dos três setores pode ser observada no gráfico 4.

Gráfico 4. Número de Delegados da 2.ª CNCTIS por Representação Setorial, 25-28/7/04.

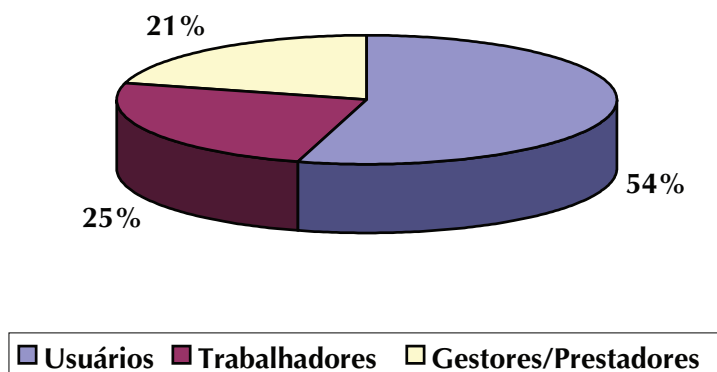


Fonte: Dados do Datasus organizados pelo Decit/SCTIE/MS.

Setor Saúde

O setor Saúde foi representado por 299 delegados, dos quais 149 representaram os usuários dos serviços, 68 os gestores ou prestadores de serviços de saúde e 82 representaram os trabalhadores de saúde (gráfico 5).

Gráfico 5. Percentual de Delegados do Setor Saúde por Categoria de Participantes, 2.ª CNCTIS, 25-28/7/04.



Fonte: Dados do Datasus organizados pelo Decit/SCTIE/MS.

A categoria usuários foi composta por delegados de associações comunitárias (24%), associações de pacientes (19%), conselhos nacional, estaduais e municipais de saúde (35%), sindicatos (5%) e outros (17%).

Os trabalhadores de saúde representaram associações de profissionais (27%), secretarias estaduais e municipais de saúde (17%), conselhos nacional, estaduais e municipais de saúde (12%), sindicatos (18%) e outros (26%).

Setor Ciência e Tecnologia

Esse setor contou com 62 delegados, dentre os quais 6% representaram universidades, 11% instituições de pesquisa, enquanto gestores e associações científicas tiveram ambos 34% de participantes, e outras categorias estiveram representadas com 15%.

Setor Educação

Esse componente esteve representado por 70 delegados das seguintes categorias: 55% de universidades, 13% de instituições de pesquisa, 6% de gestores e 26% de outras categorias.

6 - ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS SOBRE O SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE NO BRASIL

6.1 - Estudo sobre Fluxo de Recursos Financeiros em Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde (P&D/S) no Brasil

Em 1990, a Comissão para Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde (*Commission on Health Research and Development*) e o Comitê *ad hoc* de Pesquisa em Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) – *WHO Ad Hoc Committee on Health Research* – demonstraram que somente 10% dos recursos financeiros mundiais para pesquisa em saúde são direcionados para estudos em doenças e agravos que afetam 90% da população (“desequilíbrio 10/90”).

Como parte das estratégias para superação desse desequilíbrio, o Conselho de Pesquisa em Saúde para o Desenvolvimento (*Council on Health Research for Development – COHRED*) e o Fórum Global sobre Pesquisa em Saúde (*Global Forum for Health Research*) recomendaram o monitoramento dos fluxos de recursos financeiros direcionados à P&D em saúde em cada país e no mundo. Esse acompanhamento possibilitaria estabelecer prioridades de uma forma mais eficiente. Somente a partir de um entendimento sobre os detalhes desses fluxos seria possível promover iniciativas nacionais e internacionais que otimizem seu uso e resultados.

Em abril de 2002, o Decit foi convidado a participar do workshop “Measuring Resource Flows for Health Research” promovido pelo COHRED e CEPR (Center for

Economic Policy Research – Philippines) com a participação do Global Forum for Health Research e OMS. O objetivo do workshop foi preparar um grupo de países, entre eles, o Brasil, para realizar um levantamento sobre os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde usando como base a metodologia desenvolvida pelo COHRED e CEPR.

Considerando a importância do tema, o Decit contratou o Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, mediante de processo de seleção, para coordenar a realização da pesquisa Fluxo de Recursos Financeiros em P&D em Saúde no Brasil.

Objetivos

- Estimar o montante e a natureza do gasto nacional em P&D em saúde no Brasil nos anos de 2000 e 2001;
- Identificar as fontes, os usuários e os órgãos executores, dos recursos alocados em P&D em saúde no Brasil por tipo de pesquisa e áreas do conhecimento do setor Saúde;
- Avaliar os investimentos nacionais em P&D em saúde por setor: público, privado ou agências externas;
- Propor um sistema de monitoramento do fluxo de recursos financeiros aplicados em P&D em saúde no Brasil;
- Gerar indicadores que possam ser utilizados para monitorar periodicamente os gastos em P&D em saúde.

Resultados

- Valores de dispêndios em P&D/S e diagrama de fluxos do setor público (setores e órgãos da administração direta e indireta do Ministério da Saúde, Ministério de Ciência e Tecnologia, fundações de amparo à pesquisa dos estados, universidades e instituições de pesquisa estaduais e federais), do setor privado e dos organismos internacionais;
- Proposta de um sistema de monitoramento do financiamento em P&D/S no Brasil.

6.2 - Participação na Pesquisa Multicêntrica Internacional, Patrocinada pela Organização Mundial da Saúde, Sobre os Sistemas Nacionais de Ciência e Tecnologia

- 1.^a Etapa – Responsáveis: José Noronha e Telma Ruth Pereira;
- 2.^a Etapa – Responsáveis: Lemos Pacheco e Rita Barata;
- 3.^a Etapa (2005) – Responsável: Rita Barata.

7 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Resultados

Esta atividade produziu os seguintes resultados:

- elaboração de propostas orçamentárias anuais;
- elaboração do componente do Decit no Plano Plurianual 2004-2007;
- acompanhamento de projetos de investimento, como o Qualisus e o Projeto Unesco 914BRA2000.

II - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1 - ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DA IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO BVS – BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE – NAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE

Coordenação do Projeto

O Decit, em parceria com a Coordenação-Geral de Documentação e Informação (CGDI/SAA/SE), apóia a realização desse projeto sob a coordenação da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), por intermédio do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde (Bireme).

Objetivos

- Ampliar o acesso das secretarias estaduais de saúde, gestores, profissionais e público em geral, aos produtos e serviços de informação da Biblioteca Virtual em Saúde na área de Saúde Pública Brasil (BVS-SP, Brasil, www.saudepublica.bvs.br), por intermédio da instalação de centros de acesso à Estação BVS.

Estratégias

- Seleção de doze secretarias estaduais de saúde e capacitação de dois técnicos de referência em atividades de ciência, tecnologia e informação para a realização do projeto. Os estados selecionados foram: Pará, Amazonas, Acre, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Alagoas, Piauí, Sergipe, Minas Gerais e Santa Catarina.
- Aquisição, distribuição e inauguração das Estações BVS nas SES selecionadas pelo projeto.

Resultados

- Gestores e profissionais de saúde capacitados no acesso eficiente aos recursos e fontes de informação da BVS-SP, por intermédio do curso de capacitação para o acesso eficiente aos recursos e fontes de

informação da BVS-SP, no período de 13 a 15 de outubro de 2004, para os 24 técnicos indicados pelas SES;

- Cinco Estações BVS instaladas até janeiro de 2005 nas SES dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina e Sergipe. Está prevista ainda a instalação das estações BVS nos estados do Acre, Amazonas, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí.

2 - APOIO AO PROJETO DE APRIMORAMENTO DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO SUS E DE SEUS ÓRGÃOS ASSOCIADOS

Coordenação do Projeto

O Decit, em parceria com a Coordenação-Geral de Documentação e Informação (CGDI/SAA/SE), apóia a realização desse projeto sob a coordenação da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), por intermédio do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde (Bireme).

Objetivos

- Ampliar a capacidade institucional para efetivar o amplo controle bibliográfico da literatura e dos produtos informacionais de caráter técnico-científico, educacional, normativo e/ou cultural, geradas pela Administração Direta e entidades vinculadas ao MS, garantindo a preservação de sua memória técnica, seu acesso e difusão.

Estratégias

- Fortalecer a gestão, o acompanhamento, a coordenação e o controle das fontes de informações no âmbito do MS e entidades vinculadas, por meio da criação da Rede de Bibliotecas Cooperantes do SUS;
- Integrar e expandir os produtos e serviços do modelo BVS AL&C às unidades de documentação das instituições integrantes da esfera federal do SUS, aumentando sua representatividade nas bases de dados internacionais de saúde, tais como LILACS e o SciELO.

Resultados

- Gestão e controle bibliográfico da produção literária das instituições federais do SUS;
- Criação da coletânea de documentos bibliográficos da esfera federal do setor Saúde em mídia eletrônico-digital, permitindo o acesso *on-line* via BVS, operando com atualização contínua;
- Institucionalização do Comitê Nacional de Bibliotecas Federais do SUS (BiblioSUS Federal), favorecendo a integração das bases de dados das entidades vinculadas ao MS;

- Criação da base de dados Coleção de Fontes de Informação do SUS (Coleciona SUS), utilizando as tecnologias compartilhadas de descrição bibliográfica do modelo BVS (LILDBI web);
- Disseminação e divulgação da BVS no âmbito do SUS.

3 - APOIO A EVENTOS CIENTÍFICOS EM SAÚDE

Objetivos

- Viabilizar e facilitar a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias que apresentem alto impacto nas soluções de saúde;
- Garantir maior intercâmbio científico entre pesquisadores e gestores na área da Saúde;
- Aumentar a visibilidade do Ministério da Saúde junto à comunidade técnico-científico e à sociedade.

Resultados

- Aumento da demanda de solicitação de apoio: de 17 propostas encaminhadas no primeiro edital em 2003 para 176 nos dois editais lançados em 2004;
- Apoio a 16 eventos técnico-científicos, divididos em dois editais semestrais, totalizando R\$ 620.000,00. O financiamento tem o limite máximo de 50 mil reais (quadro 3);
- Aumento do recurso destinado para esta atividade, no primeiro semestre de 2005, para R\$ 1 milhão.

Quadro 3. Eventos Apoiados pelo Decit em 2004.

Evento	Instituição	Valor (mil R\$)	Data	Local
6.º Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	40	3 a 6/4	Rio de Janeiro – RJ
V Congresso Brasileiro de Bioética	Sociedade Brasileira de Bioética	40	13 a 15/5	Recife – PE
VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia – “Um Olhar Sobre a Cidade”	Abrasco	40	19 a 23/6	Recife – PE
2.º Simpósio Brasileiro de Hansenologia	Sociedade Brasileira de Hansenologia	20	22 a 24/7	Ribeirão Preto – SP
III Congresso Latino-Americano de Órgãos Artificiais e Biomateriais	Soc. Latino-Americana de Biomateriais e Órgãos Artificiais	40	27 a 30/7	Campinas – SP

continua

continuação

XIX Reunião Anual da Federação de Sociedades de Biologia Experimental	Fed. Soc. de Biologia Experimental – Fesbe	40	25 a 28/8	Águas de Lindóia – SP
50.º Congresso Brasileiro de Genética	Sociedade Brasileira de Genética	40	7 a 10/9	Florianópolis – SC
I Congresso Norte-Nordeste de Multirresistência Bacteriana	UFPE – Depto. Ciências Farmacêuticas	10	9 a 12/5	Olinda – PE
XXIX Congresso Brasileiro de Imunologia	Sociedade Brasileira de Imunologia	50	4 a 7 /10	Ouro Preto – MG
IV Congresso Brasileiro de Micologia	Sociedade Brasileira de Micologia	50	17 a 20/10	Ouro Preto – MG
2º Simpósio – Mosquitos Vetores de Doenças e Controle Biológico	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Fundação Djalma Batista	38	19 a 22/10	Manaus – AM
XX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Protozoologia e XXXI Reunião Anual sobre Pesquisa Básica em Doença de Chagas	Sociedade Brasileira de Protozoologia	38	8 a 10/11	Caxambu – MG
Simpósio Internacional Família em Situação de Risco	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	46,15	10 a 12/11	Rio Grande – RS
II Simpósio Internacional de Oncovirologia	Fundação Baiana de Infectologia	28	18 a 20/11	Salvador – BA
VII Encontro Nacional de Economia da Saúde e I Congresso de Economia da Saúde da América Latina e Caribe	Associação Brasileira de Economia da Saúde	50	30/11 a 3/12	Rio de Janeiro – RJ
III Simpósio Internacional de Arbovírus dos Trópicos e Febres Hemorrágicas	Instituto Evandro Chagas/SVS/MS	50	30/11 a 3/12	Belém – PA

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

4 - PRÊMIO DE INCENTIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SUS – 2004

Objetivo

- Premiar e reconhecer o mérito de pesquisadores cujos trabalhos representam alto potencial de aplicação ao SUS, em quatro categorias: teses de doutorado, dissertação de mestrado, monografia de especialização/residência e trabalhos publicados. Concorreram trabalhos aprovados em bancas ou publicados nas bases de dados Lilacs e Medline, no período de 1.º de agosto de 2003 a 30 de junho de 2004.

Estratégias

- A organização do Prêmio-2004 foi realizada em duas etapas: na primeira, cada resumo cadastrado no sistema *on-line* foi julgado por três pareceristas *ad hoc*. Na segunda, os 20 trabalhos mais pontuados em cada categoria, foram julgados, nos dias 27 e 28 de outubro de 2004, por comissão instituída pela Portaria n.º 5, de 25 de agosto de 2004.

Membros da Comissão Julgadora do Prêmio – 2004:

- Reinaldo Guimarães – Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit/SCTIE/MS);
- Antonia Angulo Tuesta – Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit/SCTIE/MS);
- Antônio Rafael da Silva – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- Esper Abrão Cavalheiro – Academia Brasileira de Ciências (ABC);
- Flávio Andrade Goulart – Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems);
- Francisco Diogo Rios Mendes – Secretaria de Assistência à Saúde (SAS/MS);
- Granville Garcia de Oliveira – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Hillegonda Maria Dutill Novaes – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco);
- José Renan Cunha Melo – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC);
- Júlio Strubing Müller Neto – Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass);
- Margareth Rose Silva Palocci – Fundação Nacional de Saúde (Funasa);
- Maria Margarita Urdaneta Gutiérrez – Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS);
- Maria Rebeca Otero Gomes – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco);
- Maura Ferreira Pacheco – Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);
- Maurício Lima Barreto – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
- Moisés Goldbaum – Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Rita Tostes – Federação das Sociedades de Biologia Experimental (Fesbe);
- Zuleica Portela Albuquerque – Organização Pan-americana da Saúde (Opas).

Resultados

- 290 inscrições nas quatro categorias: doutorado (63); mestrado (99); especialização (48); e trabalho publicado (80);
- Quatro premiados e 20 menções honrosas nas quatro categorias (Quadro 4);
- Cerimônia de Entrega do Prêmio – 2004, em Brasília no dia 9 de dezembro de 2004;
- Divulgação dos trabalhos premiados e das menções honrosas no *site* do Decit (www.saúde.gov.br/sctie/decit) e na BVS-SP (www.saudepublica.bvs.br);
- Publicação dos resumos dos trabalhos premiados e das menções honrosas.

Quadro 4. Relação dos Trabalhos Premiados e Menções Honrosas no PRÊMIO – 2004.

	Premiação	Trabalho	Autor	Instituição
Doutorado	Prêmio R\$ 15.000,00	Análise estratégica dos arranjos decisórios na comissão intergestores tripartite do Sistema Único de Saúde	Alcides Silva de Miranda	UFBA
	Menções Honrosas	Redes Neurais e árvores de classificação aplicadas ao diagnóstico da tuberculose pulmonar paucibacilar	Alcione Miranda dos Santos	UFRJ
		Bioética e atenção básica: um estudo de ética descritiva com enfermeiros e médicos do Programa Saúde da Família.	Elma Lourdes C. Pavone Zoboli	USP
		Exposição ocupacional a sílica no Brasil: tendência temporal, 1985 a 2001.	Fátima Sueli Neto Ribeiro	USP
		Promoção da saúde e envelhecimento: avaliação de uma experiência no ambulatório do Núcleo de Atenção ao Idoso da UnATI/UERJ	Mônica de Assis	Fiocruz
		Utilização das internações hospitalares no Brasil: fatores associados, grandes usuários, reinternações e efeito da oferta de serviços hospitalares sobre o uso	Mônica Silva Monteiro de Castro	Fiocruz

continua

continuação

Mestrado	Prêmio R\$ 10.000,00	Informação em saúde e epidemiologia como coadjuvantes das práticas em saúde, na intimidade da área e da microárea – como (o)usar mesmo?	Rubem Borges Fialho Júnior	Unicamp
	Menções Honrosas	Avaliação do tratamento à paciente com câncer de mama nas unidades oncológicas do Sistema Único de Saúde no estado do Rio de Janeiro.	Cláudia de Brito	Fiocruz
		Utilização da sala de situação de saúde no Distrito Federal	Helvécio Bueno	UnB
		Determinantes da autopercepção de saúde dos idosos do município de São Paulo, 1999/2000	Luciana Correia Alves	UFMG
		Rastreamento do câncer bucal: aplicações no Programa Saúde da Família	Luis Cláudio Sartori	USP ^{sp}
		Avaliação da atenção à diarreia na infância: organização, acesso e qualidade técnica dos serviços	Rosana Machado Lopes	UFBA

continua

continuação

Especialização	Prêmio R\$ 5.000,00	O planejamento do processo de descentralização das ações em vigilância sanitária de medicamentos no estado do Rio de Janeiro	Michele de O. Oliveira Ramos Silva Maria de Fátima dos S. Gomes Marta Penchel de Siqueira	Fiocruz
	Menções Honrosas	A bacterioscopia na rotina do exame ginecológico das mulheres assistidas pelo PSF	Cristina B. dos S. de Freitas	UFMS
		Atenção odontológica precoce: perfil, aceitação e motivação de mães pertencentes à área de adscrição de duas equipes do Programa Saúde da Família em Campo Grande – MS.	Elizete da Rocha Vieira de Barros	Escola de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul
		Ações de educação em saúde no planejamento familiar nas Unidades de Saúde da Família no Município de Campina Grande – PB	Flávia Mentor de Araújo	UEPB
		Tratamento restaurador atraumático: conhecimento, uso e aceitação entre os cirurgiões dentistas da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia	Leonardo Essado Rios Renata Eliza de Paula Essado	UFG
		Validação e qualificação dos processos de limpeza mecânica e termodesinfecção dos artigos de nebulização em lavadora automática convencional	Rubens Griep	Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

continua

continuação

Trabalho Publicado	Prêmio R\$ 10.000,00	Avaliação da estabilidade do surfactante de origem porcina desenvolvido pelo Instituto Butantan	Alexander Roberto Precioso Paula P. O. Sakae Luciana B. Haddad Ana M. A. Reys Renata S. Mascaretti Marcelo S. Santos Flavia S. Kubrusly Vera C. Gebara Isaias Raw Celso M. Rebello	Pediatric Research, 55: 553A
	Menções Honrosas	Aplicação de operadores morfológicos na segmentação e determinação do contorno de tumores de mama em imagens por ultra-som	André Victor Alvarenga Antonio Fernando Catelli Infantsi Carolina Maria de Azevedo Wagner Coelho de A. Pereira	Revista Brasileira de Engenharia Biomédica, 19-2: 91-101
		PPRA/PCMSO: auditoria, inspeção do trabalho e controle social	Carlos Roberto Miranda Carlos Roberto Dias	Cadernos de Saúde Pública, 20: 224 - 232
		Rapid Tranquillisation for agitated patients in emergency psychiatric rooms: a randomised trial of Midazolam versus Haloperidol Plus Promethazine	Gisele Huf Evandro S. F. Coutinho	British Medical Journal, 327:708 - 713
		Prevenção de cárie dentária por bochechos com flúor em município com água fluoretada	Maria Luiza Hiromi Iwakura Maria Celeste Morita	Revista Panamericana de Salud Pública, 15: 256 - 261
		Associação entre políticas de promoção da saúde em escolas e indicadores de saúde bucal no Brasil	Simone Tetu Moisés Samuel Jorge Moisés Richard G. Watt Aubrey Sheiham	Health Promotion International, 18: 209 - 218

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

5 - COORDENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA 1ª SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objetivos

- No período de 18 a 24 de outubro de 2004 foi realizada a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em âmbito nacional, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A realização da semana nacional é uma iniciativa realizada em vários países e que este ano entrou para o calendário brasileiro a partir de decreto presidencial. O principal objetivo da mobilização é chamar a atenção da sociedade para a importância e presença da Ciência e Tecnologia no cotidiano da sociedade, nas diversas áreas de atuação. No Brasil, a semana foi amplamente comemorada com eventos variados realizados principalmente em locais públicos.

Estratégias

- O Ministério da Saúde, por meio do Decit, integrou a iniciativa participando das reuniões da comissão organizadora no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Resultados

- Sensibilização dos trabalhadores do Ministério da Saúde para a proximidade da Ciência e Tecnologia em Saúde no cotidiano da sociedade;
- Lançamento da 1.ª Mostra de Produção Científica dos Trabalhadores do Ministério da Saúde;
- Exposição Itinerante do Museu da Vida da Fiocruz: “50 anos do DNA – uma linha do tempo”;
- Sessão Ciência: Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil;
- Jornada de Economia da Saúde: Desigualdades no Financiamento e no Acesso à Atenção de Alta Complexidade;
- Curso de capacitação sobre o acesso às informações da BVS para os servidores do MS.

COORDENAÇÃO-GERAL DE BIOTECNOLOGIA EM SAÚDE

Esta Coordenação tem por objetivos promover:

- a avaliação e utilização crítica dos avanços biotecnológicos em saúde, em condições de segurança humana e ambiental;
- os princípios éticos inerentes às pesquisas clínicas e à atenção à saúde;
- o aprofundamento das discussões e de posicionamento do Ministério em temas relevantes para o setor saúde.

Quadro 1. Áreas de Atuação da Coordenação-Geral de Biotecnologia em Saúde.

Área de Atuação	Ações/Atividades
I - Biotecnologia	1) Comissão sobre Acesso e Uso do Genoma Humano
	2) Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN)
	3) Fórum de Competitividade em Biotecnologia
II - Biossegurança	1) Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS)
	2) Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)
	3) Comissão Interministerial de Biossegurança
	4) Grupo de Trabalho da Assessoria de Assuntos Internacionais em saúde (Aisa)
	5) Comitê Técnico “Cidade dos Meninos” (MS)
III - Bioética	1) Grupo de Trabalho de Bioética
	2) Comissão nacional de Ética em Pesquisa (Conep)
IV - Participação em Grupos Técnicos para Formulação de Políticas Públicas	1) Comitê Técnico de Saúde da População Negra
	2) Política de Medicina Natural e Práticas Complementares no SUS (PMNPC)
	3) Política de Reprodução Humana Assistida no Âmbito do SUS
	4) Grupo de Trabalho sobre Genética Clínica

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

I - BIOTECNOLOGIA

A necessidade de aprimoramento contínuo da atuação do gestor federal na área de biotecnologia em saúde torna necessária a inserção do MS nas discussões nacionais e internacionais sobre o tema, articulando-o com os principais atores envolvidos, tais como: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia (CICT/CNS), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Brasileira de Biotecnologia (Abra-bi), e os Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), do Meio Ambiente (MMA), da Educação (MEC), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), entre outros. Essa articulação permite o delineamento da vocação e do papel do MS no setor biotecnológico e, conseqüentemente, a proposição de diretrizes de atuação no contexto da elaboração e implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, seus programas e projetos.

1 - COMISSÃO SOBRE ACESSO E USO DO GENOMA HUMANO

Esta Comissão, criada no âmbito do Ministério da Saúde pela Portaria n.º 1.679, de 28 de agosto de 2003, está sob responsabilidade desta Coordenação e conta com a representação dos demais setores ministeriais que possuem interface com o tema. Entre suas competências pode-se destacar:

- I - realizar o levantamento das normas e procedimentos referentes ao acesso e uso do genoma humano existentes nos diversos níveis normativos e propor a revisão daquelas de interesse do MS;
- II - propor a inclusão de procedimentos diagnósticos e terapêuticos nas ações e serviços prestados pelo SUS;
- III - propor normas e regulamentos relativos a atividades que envolvam o acesso e uso do genoma humano;
- IV - propor áreas prioritárias para a pesquisa na área de Genética Humana;
- V - apoiar tecnicamente atividades destinadas a oferecer subsídios ao acesso e uso do genoma humano, em especial aquelas desenvolvidas no âmbito do MS;
- VI - subsidiar os órgãos e entidades da administração pública na discussão do tema e na tomada de decisão;
- VII - subsidiar a participação do MS nos colegiados interministeriais relacionados ao assunto; e
- VIII - promover debates, eventos e consultas públicas sobre o tema.

Durante o ano de 2004, as seis reuniões ordinárias realizadas pela Comissão foram destinadas à discussão de cinco temas prioritários: Nota Técnica de Reprodução Humana Assistida (RHA); Relatório sobre Informação Genética; Regimento Interno da Comissão; Estudo de Viabilidade sobre a Inclusão de Testes Genéticos nas Ações e Serviços prestados pelo SUS, além de discussões a cerca da regulamentação sobre acesso e uso do genoma humano.

2 - CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO (CGEN)

A partir da MP n.º 2.186-16 de 2001 e do Decreto n.º 3.945 de 2001, que criaram o CGEN, o acesso e a remessa do patrimônio genético existente no País passou a depender de deliberação deste Conselho, e ficaram sujeitos à repartição de benefícios, nos termos e nas condições legalmente estabelecidos. Além disso, preservou-se o intercâmbio e a difusão de componente do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, praticado entre as comunidades indígenas e entre as comunidades locais, desde que em seu próprio benefício e baseados na prática costumeira.

O CGEN, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, conta com a representação desta Coordenação nos processos de discussão de temas, debates e tomadas de decisão, sempre como um ente colaborador na coordenação da implantação das políticas para gestão do patrimônio genético e o estabelecimento de normas técnicas.

Neste ano, o MS foi representado nas reuniões mensais das câmaras temáticas de: Acesso à Tecnologia e Transferência de Tecnologia; Repartição de Benefícios; Patrimônio Genético Mantido em Condições *Ex-Situ*; e Conhecimento Tradicional Associado. Participou, também, das dez reuniões ordinárias e emitiu pareceres técnicos por solicitação do Conselho.

3 - FÓRUM DE COMPETITIVIDADE EM BIOTECNOLOGIA

A biotecnologia tem-se mostrado como uma das ferramentas do futuro para o aprimoramento das atividades e dos processos industriais, o que, conseqüentemente, resultará em novos produtos e processos que propõem melhorias na qualidade de vida.

Diante dessa realidade e por iniciativa do MDIC e do MCT, que posteriormente convidaram o MAPA e o MS para se associarem a este projeto, foi instalado o Fórum de Competitividade em Biotecnologia, no dia 14 de setembro de 2004, com o objetivo de identificar as melhores estratégias para definição de uma Política Industrial voltada ao desenvolvimento desse setor.

Os fóruns de competitividade são ferramentas estratégicas no contexto da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior que compõem o Programa “Competitividade das Cadeias Produtivas”, integrante do Plano Brasil de Todos – PPA 2004-2007. A finalidade principal desse programa é elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País no mercado mundial por meio de ações relativas à geração de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção, ao aumento das exportações, à substituição competitiva das importações e à capacitação tecnológica das empresas.

O Fórum está organizado em dois eixos, horizontal e vertical, que se dividem em três grupos de trabalho que representam os temas prioritários em cada eixo, a saber:

Eixos Horizontais

- Marcos Institucionais e Regulatórios
- Recursos Humanos e Infra-estrutura
- Investimentos

Eixos Verticais

- Biotecnologia Agropecuária
- Biotecnologia em Saúde Humana
- Biotecnologia Industrial e outras aplicações

No que se refere ao Grupo de Biotecnologia em Saúde Humana, coordenado pelo Decit, as providências tomadas para o andamento das atividades foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2004 e compreenderam: (i) a definição de metodologia de trabalho dos grupos e identificação de temas prioritários; (ii) a definição de modelo jurídico que subsidie a cooperação entre os Ministérios, no que diz respeito aos custos, e a definição do orçamento e dos recursos materiais envolvidos para a implementação das atividades em 2005; e (iii) o aprofundamento das discussões dos temas prioritários com especialistas convidados de todo o País.

A reunião de instalação do Fórum foi realizada em 14 de setembro de 2004. Em dezembro de 2004, foi realizada a 2.^a Reunião Plenária do Fórum, que contou com a participação dos Ministérios envolvidos para a apresentação dos programas de atividades dos grupos de trabalho, anteriormente definidos e validados pelo Comitê de Coordenação do Fórum. Também foi apresentado o “Termo de Cooperação e Assistência Técnica para o Fórum de Biotecnologia”, documento que representa o modelo jurídico a ser assinado pelos ministros envolvidos para a viabilização da cooperação entre os ministérios.

II - BIOSSEGURANÇA

A atuação do MS no âmbito da Biossegurança configura-se como de vital importância, haja vista as implicações do acelerado processo de desenvolvimento científico e tecnológico sobre a saúde humana e o meio ambiente. Essas implicações reforçam a necessidade da promoção de discussões para o devido posicionamento do Ministério no exercício de suas competências.

Ainda no escopo do trabalho da biossegurança, o Decit acompanha os estudos de avaliação de risco à saúde humana que vêm sendo conduzidos pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), sob a gestão da Coordenação-Geral de Vigilância Ambiental em Saúde (CGVAM), em parceria com a Organização Pan-americana da Saúde (Opas), em quatro áreas de risco.

1 - COMISSÃO DE BIOSSEGURANÇA EM SAÚDE (CBS)

Criada em fevereiro de 2002, com o objetivo de definir estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das ações ligadas à biossegurança no âmbito do MS,

foi instituída pela Portaria n.º 1.683, de 28 de agosto de 2003 e é composta pela SCTIE – que exerce sua coordenação – SAS, SVS, Aisa, Funasa, Fiocruz e Anvisa.

Durante o ano de 2004, foram realizadas cinco reuniões ordinárias e duas extraordinárias para discutir: A elaboração do documento de “Diretrizes Gerais para o Trabalho em Contenção com Material Biológico”; o documento de criação das Comissões Internas de Biossegurança em Saúde (CIBS); a elaboração da Proposta de Capacitação em Biossegurança em Saúde para profissionais do SUS, com início previsto para o primeiro trimestre de 2005; além do Regimento Interno da própria Comissão.

2 - COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA (CTNBio)

A CTNBio é uma instância colegiada multidisciplinar criada com a finalidade de prestar apoio técnico-consultivo e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGMs. Também é responsável pelo estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos conclusivos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGMs e derivados.

Compete, ainda, à Comissão, acompanhar o desenvolvimento e o progresso técnico e científico na Engenharia Genética, na Biotecnologia, Bioética, na Biossegurança e em áreas afins, no estrito respeito à segurança dos consumidores e da população em geral, em constante cuidado à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe suscitar e propor todas as pesquisas e estudos complementares destinados a avaliar os riscos potenciais dos novos métodos e produtos disponíveis.

A representação do MS nesse colegiado é realizada pelo Decit, como titular, e pela Anvisa, como suplente, estando o MS responsável pela participação nas reuniões plenárias e pela emissão de pareceres técnicos relativos às atividades de OGMs.

3 - COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE BIOSSEGURANÇA

A Comissão Interministerial, na qual o MS estava representado pelo Decit, foi convocada pelo ministro de Estado Chefe da Casa Civil, em março de 2003, para discutir e elaborar Projeto de Lei de Biossegurança, em substituição à Lei n.º 8.974/95. Instituída pelo Decreto n.º 4.602, de 21 de fevereiro de 2003, tinha atribuições para avaliar e apresentar propostas para harmonizar a legislação que tratava das competências dos órgãos e entidades federais para autorizar, licenciar e fiscalizar atividades e empreendimentos que façam uso de OGM (art. 1.º, inciso II). Encerrou seus trabalhos no ano de 2004, após o encaminhamento do Projeto de Lei para o Congresso Nacional.

4 - GRUPO DE TRABALHO DA ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS EM SAÚDE (AISA)

Esta Coordenação participou efetivamente de reuniões nacionais e internacionais do Grupo de Trabalho criado pela Portaria GM/MS n.º 922/01 com a finalidade de apresentar ao MS sugestões para implementar e regular, no âmbito das relações internacionais, acordos, tratados, convenções, protocolos e outros instrumentos de Direito Internacional Público pertinentes à saúde e ao meio ambiente. O GT concentrou suas atividades em torno dos seguintes instrumentos:

- Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs);
- Convenção de Roterdã para Aplicação do Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC);
- Convenção de Basiléia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos – Protocolo sobre Responsabilidade e Compensação;
- Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal;
- Convenção sobre Diversidade Biológica – Protocolo de Cartagena;
- Convenção Quadro sobre Mudança do Clima – Protocolo de Quioto;
- Convenção sobre Proibição de Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológica (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição (CPAB);
- Convenção para Proibição de Armas Químicas;
- Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10); e
- Resolução da ONU sobre Clonagem Humana.

5 - COMITÊ TÉCNICO “CIDADE DOS MENINOS”/MS

De setembro de 1999 a abril de 2002, o Decit coordenou o Comitê Técnico “Cidade dos Meninos”/MS, Portaria n.º 1.372, de 30 de novembro de 1999, responsável pela proposição de ações direcionadas à solução da contaminação ambiental e à exposição humana a resíduos de pesticidas organoclorados na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Sob a coordenação do Decit, a questão de Cidade dos Meninos ganhou nova dimensão, que se traduziu não somente pela organização do acervo documental que recuperava a sua história, mas, também, pelo efetivo equacionamento da extensão do problema da contaminação ambiental e exposição humana. Estudos mais aprofundados sobre a contaminação e seus efeitos no meio ambiente e na saúde humana vieram construindo o referencial que deve balizar as decisões para a solução do problema.

Estudos realizados demonstraram haver: contaminação em vários compartimentos ambientais; exposição, principalmente por meio de alimentos de origem animal; resíduos em estado puro em áreas intra e peridomiciliares; teores elevados de resíduos em poeira doméstica; e contaminação da água subterrânea no foco principal.

Compete atualmente ao Decit, no âmbito do Comitê Técnico:

- participar do processo de avaliação e utilização dos subsídios científicos; e
- avaliar e acompanhar a implementação do “Protocolo de acompanhamento da população exposta” e dos estudos epidemiológicos.

Em 2004, foram realizados estudos ambientais complementares para toda área de Cidade dos Meninos, além da discussão de um convênio com o Instituto Nacional do Câncer (Inca) para realizar monitoramento de saúde da população, assim como a elaboração de projeto executivo para remediação ambiental.

III - BIOÉTICA

A bioética é uma das áreas da ciência que mais vem crescendo nos últimos 30 anos em todo mundo. Ao lado dos avanços experimentados pela ciência e tecnologia surgem perplexidades morais com relação à necessidade de reflexão bioética sobre os impactos das novas tecnologias sobre a saúde humana e o meio ambiente. Tendo em vista a importância desse desenvolvimento tecnológico sobre a atenção à saúde da população, o MS tem participado de diversas iniciativas voltadas ao tema.

1 - GRUPO DE TRABALHO DE BIOÉTICA

Em novembro de 2003, por iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, o MS criou o Grupo de Trabalho de Bioética que, coordenado pelo Decit, foi instituído com a missão de formular uma proposta de projeto de lei para a criação de uma instância que avalie, em âmbito nacional, questões éticas e morais que permeiam a sociedade brasileira. O MS foi considerado o *locus* adequado para a coordenação desse trabalho devido à sua grande interface do tema com a saúde, além da experiência já sedimentada de operacionalização em parceria com um conselho considerado modelo para o governo federal, como é o Conselho Nacional de Saúde.

Para a constituição do GT de Bioética, buscou-se a representação das principais instituições e órgãos do governo que têm interface com o tema, compondo assim um grupo interinstitucional e multidisciplinar que iniciou seus trabalhos efetivamente no mês de julho de 2004. Esse grupo foi criado pela Portaria GM/MS n.º 2.265, de 27 de novembro de 2003, e posteriormente complementado pelas portarias n.º 627 e 2.081, de 12 de abril e 28 de setembro de 2004, respectivamente.

O trabalho resultou no documento “Proposta de Anteprojeto de Lei para a criação do Conselho Nacional de Bioética”. Para tanto, foram realizadas duas reuniões com todos os membros do GT e oito reuniões de um subgrupo. Ao propor soluções e construir propostas a serem avaliadas por todo o grupo, além de interpretar as decisões do fórum ampliado para sua posterior sistematização, esse subgrupo potencializou as atividades e agilizou a construção do documento.

Nesse momento, o GT decidiu, por unanimidade, ampliar o fórum de discussão em uma estratégia de consulta pública que compreendeu três etapas: publicação

do documento no Diário Oficial da União — como consta da Consulta Pública n.º 11, de 15 de outubro de 2004, publicação do documento na internet durante os meses de outubro e novembro de 2004 e reuniões de trabalho para a apresentação do documento a parceiros estratégicos em todas as regiões do País, nas cidades do Rio de Janeiro, Manaus, Recife, Porto Alegre, São Paulo e Brasília.

O material obtido na Consulta Pública, uma vez sistematizado, categorizado e criticamente analisado pelo subgrupo de trabalho, foi apresentado como subsídio para a última reunião do GT de Bioética, no dia 8 de dezembro de 2004, que deliberou sobre o texto final do documento.

Em janeiro de 2005, foi entregue ao ministro da Saúde o resultado do trabalho, composto de uma exposição de motivos e de um projeto de lei para a criação do Conselho Nacional de Bioética.

2 - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP)

A Conep é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde (CNS) criada pela Resolução n.º 196/96 com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Tem função consultiva, deliberativa, normativa e educativa, atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizada nas instituições onde as pesquisas se realizam.

Como representante do Gestor federal na Conep, esta Coordenação participou das reuniões ordinárias e extraordinárias ocorridas durante o ano de 2004 e analisou diversos processos de pesquisa para a emissão de pareceres técnicos.

IV - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS TÉCNICOS PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1 - COMITÊ TÉCNICO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Considerando a necessidade de promover uma articulação entre as ações do MS e das demais instâncias do SUS, com vistas a avançar na equidade da atenção à saúde da população negra, o Ministério constituiu formalmente através da Portaria GM/MS n.º 10, de 7 de janeiro de 2004 um Grupo de Trabalho denominado Comitê Técnico de Saúde da População Negra, que está sob a coordenação da Secretaria-Executiva. A SCTIE vem sendo representada neste Comitê por dois membros desta Coordenação, conforme a última indicação publicada na portaria GM/MS n.º 1.678, de 16 agosto de 2004.

Durante o ano de 2004, este Comitê realizou diversas reuniões de trabalho. Dentre as atividades realizadas, destacam-se a organização do “1.º Seminário Nacional sobre Saúde da População Negra”, realizado de 18 a 20 de agosto, bem como a elaboração e aprovação do Regimento Interno do CTSPN e do Plano de Trabalho para o biênio 2005/2006.

2 - POLÍTICA DE MEDICINA NATURAL E PRÁTICAS COMPLEMENTARES NO SUS (PMNPC)

O MS constituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar uma “Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares no SUS”. Para avaliar essas práticas foram constituídos quatro subgrupos, a saber: Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia e Antroposofia. Em abril de 2004, o Decit foi convidado a integrar de forma permanente o subgrupo de Acupuntura e, eventualmente, os demais subgrupos, que foram conduzidos pela Secretaria-Executiva e pela Secretaria de Atenção à Saúde, responsáveis pela coordenação do processo de elaboração de uma proposta de Política. O GT concluiu o documento que, atualmente, passa por um processo de avaliação pelas instâncias deliberativas do Ministério da Saúde.

3 - POLÍTICA DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO ÂMBITO DO SUS

O MS, por meio da SAS, constituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar uma “Política de Reprodução Humana Assistida no Âmbito do SUS”. Esta Política terá como objetivo avaliar e regulamentar essas práticas. Em fase de elaboração do documento da Política, o grupo que já realizou quatro reuniões, nas quais a representação da SCTIE foi realizada pelo Decit.

4 - GRUPO DE TRABALHO SOBRE GENÉTICA CLÍNICA

Com base nos resultados e nas conclusões iniciais do “Estudo de Viabilidade sobre a Inclusão de Testes Genéticos nas Ações e Serviços prestados pelo SUS”, foi identificada a necessidade de ampliar a discussão e as ações na área da Genética Clínica no SUS. Para tanto, foi constituído um Grupo de Trabalho (Portaria n.º 2.380, de 28 de outubro de 2004) em parceria com a SAS, com o objetivo de discutir o tema e formular uma proposta de Política. No ano de 2004, foi realizada uma Oficina Regional Sobre Atenção em Genética Clínica com o objetivo de promover a discussão sobre a situação da assistência em genética clínica no SUS, além de realizar um diagnóstico situacional e levantar propostas que venham a subsidiar a Política Nacional.

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional

Há muitos desafios a serem enfrentados para o fortalecimento da pesquisa em saúde no País. As atividades de pesquisa em saúde, apesar de representarem quase 30% do esforço em pesquisa no País, não contam com investimentos suficientes, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Diante desse quadro, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional do Decit vem investindo no aprimoramento dos sistemas estaduais de ciência, tecnologia e inovação em saúde, por meio do desenvolvimento de atividades de fomento descentralizado à pesquisa nos estados e do incremento da gestão de C&T nas secretarias estaduais de saúde e do sistema de revisão ética de pesquisas que envolvam seres humanos.

O objetivo é fortalecer as instituições de saúde e de ciência e tecnologia para o desenvolvimento de pesquisas prioritárias para o setor Saúde, em consonância com as novas diretrizes estabelecidas para a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Em 2004, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional incrementou sua atuação nos estados. No âmbito das ações de fomento à pesquisa em saúde, investiu-se fortemente na desconcentração dessas ações para os estados. Neste ano, o projeto Gestão Compartilhada em Saúde ganhou uma nova denominação e um novo formato, passando a se chamar **Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde** e tendo sua abrangência ampliada em mais de 60% em relação a 2003, estendendo-se a todas as unidades da federação.

No que tange ao fortalecimento do sistema de revisão ética de pesquisas envolvendo seres humanos, em relação a 2003, houve um incremento nas ações para desenvolvimento dos Comitês de Ética em pesquisa (CEP's), na ordem de 70%. Foi lançado edital, no valor de R\$ 3 milhões para implementação de infra-estrutura e capacitação dos membros, pesquisadores e usuários dos CEPs, contemplando 109 instituições. Além disso, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional, em parceria com o Departamento de Informática do SUS (Datusus), desenvolveu um sistema informatizado para acompanhamento dos processos de apreciação ética de pesquisas envolvendo seres humanos.

Em síntese, em 2004 a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional atuou em duas grandes frentes de trabalho: 1. Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde nos estados e 2. Fortalecimento do sistema de revisão ética de pesquisas envolvendo seres humanos. No quadro a seguir, descreve-se os projetos e as principais atividades desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos.

Quadro 1. Áreas de Atuação, Programas/Projetos e Principais Atividades Desenvolvidos pela CGDI no Ano de 2004.

Áreas de Atuação	Programas/Projetos	Atividades Desenvolvidas
I. Promoção e fortalecimento do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde nos estados	<p>1. Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde</p> <p>2. Programa Pesquisa para o SUS/ Saúde Amazônia</p>	<p>1.1 Levantamento da capacidade instalada de C&T nos estados;</p> <p>1.2 Elaboração de documentos técnicos e material de divulgação;</p> <p>1.3 Desenvolvimento do Sistema Informatizado Pesquisa para o SUS;</p> <p>1.4 Realização da 1.ª Reunião Técnica do Programa Pesquisa para o SUS;</p> <p>1.5 Treinamento de coordenadores estaduais para utilização do Sistema Informatizado;</p> <p>1.6 Acompanhamento Técnico dos Convênios no Projeto Gestão Compartilhada em Ciência e Tecnologia em Saúde;</p> <p>1.7 Acompanhamento do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde.</p> <p>2.1 Realização da 3.ª Reunião do Acordo Multilateral de Cooperação Técnico-Científica/ 3.ª Oficina de Trabalho Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.</p> <p>2.2 Lançamento do Termo de Referência Pesquisa para o SUS/ Saúde Amazônia</p> <p>2.3 Desenvolvimento Sistema Informatizado Pesquisa para o SUS/Saúde Amazônia.</p>
II. Fortalecimento do sistema de revisão ética de pesquisas envolvendo seres humanos	<p>1. Projeto Fortalecimento Institucional dos CEPs</p> <p>2. Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos - Sisnep</p>	<p>1.1 Desenvolvimento do Projeto de Fortalecimento Institucional dos CEPs;</p> <p>1.2 Lançamento do edital de convocação 2004.</p> <p>2.1 Treinamento dos técnicos do DATASUS;</p> <p>2.2 Treinamento dos pesquisadores e membros dos CEPs.</p>

I - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE NOS ESTADOS

1 - PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE

O Decit vem desenvolvendo atividades de fomento descentralizado à pesquisa nos estados desde 2002, por meio do projeto Gestão Compartilhada em Saúde. O projeto trouxe resultados importantes para o desenvolvimento da C&T em saúde, fortalecendo inicialmente os estados com menor capacidade instalada para, em seguida, ampliar-se as parcerias. Esses resultados impulsionaram o incremento das ações nesse campo em 2004.

Em julho de 2004, o Ministério da Saúde, visando a ampliar as ações de fomento à pesquisa no âmbito do SUS, firmou Termo de Cooperação e Assistência Técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O objetivo é viabilizar o financiamento à pesquisa científica e tecnológica, em consonância com as prioridades estabelecidas na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, do Ministério da Saúde. Em setembro foi lançado o Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS): gestão compartilhada em saúde.

O objetivo do programa é aproximar a pesquisa da gestão do sistema de saúde, de forma que os resultados obtidos por meio da investigação científica sobre problemas prioritários de saúde possam subsidiar as decisões técnicas e políticas nesse campo, potencializar a utilização dos recursos financeiros destinados à área da Saúde, promover a produção de conhecimento em consonância com prioridades de saúde e contribuir com a melhoria da atenção à saúde prestada a população brasileira.

Para desenvolvimento do PPSUS nos estados, o Decit estabeleceu parcerias no âmbito federal, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e local, com as fundações de amparo a pesquisa (FAP's), secretarias estaduais de ciência e tecnologia e secretarias estaduais de saúde.

O passo seguinte foi a celebração de convênios entre CNPq e FAP's, que serão os agentes executores do Programa nos estados. Por meio dos convênios, o CNPq efetuou o repasse às FAP's dos recursos destinados a cada estado para desenvolvimento dos projetos. A opção pela parceria com as FAP's deve-se à experiência acumulada por essas instituições no desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, no plano estadual.

Além das FAP's, o PPSUS também envolve a parceria com as secretarias estaduais de saúde, as quais participam de todas as etapas do Programa, da definição das linhas prioritárias de pesquisa, seleção, monitoramento e realização de seminários estaduais de acompanhamento para divulgação e incorporação de resultados.

Nesse programa, além dos participantes das etapas anteriores, mais 12 estados passaram a integrá-lo, totalizando 22 unidades federadas. Além destes estados, em

junho de 2004, foi lançado edital para apoio a projetos de pesquisa em cinco estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins), que não possuem instância formal de fomento à C&T em seu território.

Com o objetivo de agilizar o cumprimento das etapas a serem seguidas pelos programas, conforme edital de convocação, passou-se a contar com um sistema informatizado para cadastro, seleção e acompanhamento de projetos, que foi disponibilizado aos estados.

Com isso, todos os estados brasileiros estão envolvidos no apoio a pesquisas prioritárias para o SUS. Para financiamento dos projetos de pesquisa selecionados nos estados foram alocados recursos na ordem de R\$ 12 milhões, somados à contrapartida local de, aproximadamente, R\$ 9 milhões.

Cabe reiterar que essa é uma iniciativa de descentralização do fomento à pesquisa em saúde que prioriza a gestão compartilhada de ações. Assim, por meio da parceria entre instâncias estaduais de saúde e de C&T, pretende-se promover o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde no país, tendo como parâmetro as necessidades reais da população.

Objetivos

Apoiar pesquisas que visem contribuir para a resolução dos problemas prioritários de saúde da população brasileira e para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde.

Atividades Desenvolvidas

1.1 - Levantamento da Capacidade Instalada de C&T nos Estados

Inicialmente, foi solicitada às FAPs de 22 estados uma manifestação formal de interesse em participar do Projeto, e também informações preliminares sobre as respectivas vocações regionais de pesquisa em saúde, a capacidade instalada em C&T em saúde e impacto esperado das ações. As SES foram informadas do processo, de forma a participar efetivamente dessa primeira fase.

No primeiro semestre de 2004, foram realizadas visitas técnicas nas fundações de amparo à pesquisa de seis estados (Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná e Rio Grande do Norte) para apresentação do Programa, com os seguintes objetivos:

- apresentar os antecedentes, parcerias, resultados preliminares e perspectivas do Programa Pesquisa para o SUS;
- apresentar e discutir os instrumentos de programação do Pesquisa para o SUS: edital padrão, diretrizes técnicas e linhas temáticas;
- definir estratégias para estabelecimento de parcerias.

1.2 - Elaboração de Documentos Técnicos e Material de Divulgação

Para orientar os procedimentos necessários para o desenvolvimento de atividades no âmbito do Programa, foi elaborado o documento de Diretrizes Técnicas. Esse documento apresenta disposições gerais, atribuições de cada instância envolvida no Programa e aspectos a serem observados na seleção de propostas, execução e acompanhamento das pesquisas.

Os dados solicitados aos estados quando da manifestação formal de interesse foram consolidados, de forma a subsidiar as etapas futuras. O documento de monitoramento do Programa foi atualizado, considerando-se as novas diretrizes e as atividades previstas.

Nesse momento, iniciou-se também um levantamento e sistematização de um banco de dados de especialistas nas diversas áreas temáticas propostas, para a etapa de análise e julgamento dos projetos a serem apresentados no âmbito do Programa.

O material para divulgação do Programa, intitulado Pesquisa para o SUS: mais conhecimento e saúde para o Brasil, inclui volante, cartaz e revista. Esse material foi desenvolvido em conjunto com a Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde e vem sendo distribuído aos parceiros nos estados, para divulgação local.

1.3 - Desenvolvimento do Sistema Informatizado Pesquisa para o SUS

Em 2004, o Programa passou a contar com um sistema informatizado para cadastro, seleção e acompanhamento de projetos. Esse sistema foi elaborado pelo Departamento de Informática do SUS (Datusus), com acompanhamento e por solicitação da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional. Sua finalidade é permitir que as etapas e procedimentos de inscrição, seleção, avaliação e acompanhamento de projetos de pesquisa sejam realizados por meio eletrônico.

Numa primeira etapa, o sistema informatizado Pesquisa para o SUS foi utilizado para inscrição e seleção de projetos apresentados em observância ao Termo de Referência do componente Saúde Amazônia do Programa Pesquisa para o SUS, edital público de convocação lançado em julho do ano corrente pelo Ministério da Saúde para os estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A etapa seguinte consistiu na parametrização do sistema, ou seja, a definição de parâmetros locais/regionais pelos demais estados, no sistema informatizado Pesquisa para o SUS. Essa etapa envolveu os procedimentos de inscrição, seleção, avaliação e acompanhamento dos projetos de pesquisa e foi desenvolvida nos estados que aderiram ao sistema.

1.4 - Realização da 1.ª Reunião Técnica do Programa Pesquisa para o SUS

O lançamento do PPSUS, em 9 de setembro de 2004, ocorreu em conjunto com a cerimônia de estabelecimento da parceria entre os Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia e contou com a participação dos ministros de Estado da Saúde e da Ciência e Tecnologia e demais autoridades. Logo após o lançamento, realizou-se a 1.ª reunião técnica do Programa, na qual se discutiu os aspectos técnicos e operacionais dos convênios a serem celebrados no âmbito do Termo de Cooperação Técnica firmado entre os dois ministérios e dos editais de pesquisa.

1.5 - Acompanhamento Técnico dos Convênios no Projeto Gestão Compartilhada em Ciência e Tecnologia em Saúde

Em 2004, foi realizado o acompanhamento técnico das atividades em andamento nos estados participantes do Projeto Gestão Compartilhada em Ciência e Tecnologia em Saúde, desencadeado em 2003. Essas atividades consistiram na realização de seminários para acompanhamento das pesquisas financiadas em Santa Catarina, que totalizam 21, na Bahia, onde estão sendo desenvolvidos 13 projetos, e no Piauí, com 5 projetos em curso.

1.6 - Acompanhamento do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde

Para a execução das atividades previstas no Programa foram desenvolvidas em 2004, as seguintes atividades:

- acompanhamento, em conjunto com o CNPq, da assinatura dos convênios pelas FAPs e das demais providências necessárias à sua publicação;
- acompanhamento técnico e financeiro das atividades, após a celebração dos convênios;
- acompanhamento da elaboração e anuência das minutas de editais pelos estados, em conjunto com o CNPq;
- lançamento dos editais nos 22 estados; e
- composição e disponibilização de banco de consultores *ad hoc* nas diversas áreas temáticas dos editais e apoio técnico aos estados na identificação de pareceristas nos respectivos temas.

Resultados

- O Programa permitiu promover a integração entre os setores de Saúde e de Ciência e Tecnologia em cada estado, bem como o desenvolvimento de, pelo menos, 220 pesquisas prioritárias para o SUS. O quadro 2 mostra os resultados alcançados por meio do Programa em 2004.

Quadro 2. Distribuição dos Recursos Financeiros do PPSUS, da Contrapartida Estadual e Descrição das Linhas Prioritárias de Pesquisa em Cada Estado. Brasília, 2004.

Estado	FAP	Recurso MS	Contrapartida Estados	Linhas Temáticas
PE	Facepe	500.000,00	50.000,00	- Controle de doenças e agravos prioritários; - Gestão do SUS
SE	Fap-SE	200.000,00	150.000,00	- Doenças transmissíveis - Doenças não-transmissíveis - Epidemiologia - Saúde, ambiente, trabalho e biossegurança
BA	Fapesb	500.000,00	250.000,00	- Qualificação da atenção à saúde - Saúde bucal - Saúde da mulher - Saúde mental - Saúde indígena - Controle de doenças infecciosas e não-infecciosas - Gestão descentralizada do SUS - Produção, qualidade e acesso de insumos estratégicos
PB	Fapesq	400.000,00	40.000,00	- Qualificação da atenção à saúde - Saúde bucal - Saúde da mulher - Saúde mental - Saúde indígena - Controle de doenças infecciosas e não-infecciosas - Gestão descentralizada do SUS - Produção, qualidade e acesso de insumos estratégicos
AL	Fapeal	200.000,00	150.000,00	- Qualificação da atenção à saúde - Saúde da mulher - Controle de doenças infecciosas e não-infecciosas - Pesquisa para o sus - Gestão descentralizada do SUS

continua

continuação

RN	Fapern	300.000,00	150.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação da atenção à saúde - Saúde bucal - Saúde da mulher - Saúde mental - Saúde indígena - Controle de doenças infecciosas e não-infecciosas - Gestão descentralizada do SUS - Produção, qualidade e acesso de insumos estratégicos
CE	Funcap	500.000,00	50.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde da mulher e da Criança - Controle de doenças infecciosas e não-infecciosas - Gestão descentralizada do SUS
PI	Fapepi	200.000,00	20.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Violência, acidentes e traumas - Fatores de risco - Avaliação de tecnologia e economia da saúde - Saúde da criança - Gestão do trabalho e educação e saúde
MA	Fapema	200.000,00	100.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes endemias: malária, tuberculose, leishmanioses, hepatites, micoses profundas - Doenças não-transmissíveis: hipertensão arterial, diabetes <i>mellitus</i> - Políticas e programas de saúde: gestão, avaliação - Saúde da mulher, adolescentes e crianças - DST/Aids - Diagnósticos regionais: avaliações - Saúde do idoso - Produtos naturais (fitoterápicos) - Saúde de populações indígenas/negras e assentadas - Pesquisas clínicas
REGIÃO NORDESTE				

continua

continuação

Estado	FAP	Recurso MS	Contrapartida Estados	Linhas Temáticas
PA	Sectam	500.000,00	250.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde, habitação e meio ambiente; - Doenças transmissíveis e não transmissíveis; - Plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos; - Desenvolvimento de tecnologias aplicadas à saúde; - Políticas, sistemas e serviços de saúde; - Educação e trabalho em saúde
AM	Fapeam	500.000,00	500.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação da atenção à saúde - Saúde bucal - Saúde da mulher e criança - Saúde mental - Saúde indígena - Controle de doenças infecciosas e não-infecciosas - Gestão descentralizada do SUS - Produção, qualidade e acesso de insumos estratégicos
REGIÃO NORTE				

continua

continuação

Estado	FAP	Recurso MS	Contrapartida Estados	Linhas Temáticas
MS	Fundect	200.000,00	100.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação da atenção à saúde - Saúde bucal - Saúde da mulher - Saúde mental - Saúde indígena - Controle de doenças infecciosas e não-infecciosas - Gestão descentralizada do SUS - Produção, qualidade e acesso de insumos estratégicos
DF	Fap-DF	400.000,00	400.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Doenças e Agravos - Sistemas, Políticas e Produção de Bens, Insumos e Serviços de Saúde - Saúde, Ambiente, Trabalho e Segurança ocupacional
MT	Fapemat	200.000,00		<ul style="list-style-type: none"> - Força de Trabalho para o SUS - Planejamento e Gestão no SUS - Epidemiologia em Serviços de Saúde Pública
GO	Sectec	300.000,00	150.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de informação em saúde - Vigilância em saúde - Gestão descentralizada do SUS - Produção, qualidade e acesso de insumos estratégicos
REGIÃO CENTRO-OESTE				

continua

continuação

Estado	FAP	Recurso MS	Contrapartida Estados	Linhas Temáticas
MG	Fapemig	500.000,00	500.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento, produção e qualidade de insumos estratégicos - Atenção integral à saúde - Educação permanente e mobilização social para a saúde - Saúde da mulher, da criança - Vigilância em Saúde - Planejamento, gestão e avaliação de políticas de saúde
SP	Fapesp	3.000.000,00	3.000.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Escalonamento da Planta de Produção de Surfactante Pulmonar, desenvolvimento de surfactante com proteína - Processo de obtenção de hidrogéis à base de PVP através de radiação UV para uso como curativos e curativo formado por poli N-vinil-2-pirrolidona reforçado por fibras de polipropileno enxertado com monômero acrílico - Avaliação do processo de descentralização do SUS em São Paulo
RJ	Faperj	1.500.000,00	1.500.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação e incorporação tecnológica em áreas estratégicas da saúde - Análise das condições de saúde da população do Estado do Rio de Janeiro; situação atual e desenho prospectivo das tendências de mudanças dos sistemas municipais de saúde - Avaliação/monitoramento dos sistemas municipais de saúde - Pesquisa em dengue e leishmaniose implantação de uma rede de pesquisa em métodos moleculares para o diagnóstico de doenças crônicas, degenerativas, infecciosas e parasitárias
ES	Ipes	300.000,00	150.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação da atenção à saúde - Saúde Bucal - Saúde da Mulher - Saúde Mental - Saúde indígena - Controle de doenças infecciosas e não-infecciosas - Gestão descentralizada do SUS - Produção, qualidade e acesso de insumos estratégicos
REGIÃO SUDESTE				

continua

continuação

Estado	FAP	Recurso MS	Contrapartida Estados	Linhas Temáticas
SC	Funcitec	500.000,00	250.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação da atenção à saúde - Saúde mental - Ações programáticas em saúde - Atenção a grupos populacionais específicos - Controle de doenças infecciosas, não-infecciosas e outros agravos à saúde - produção, qualidade e acesso de insumos estratégicos - Saúde, ambiente, trabalho e biossegurança - gestão descentralizada do SUS - Intersetorialidade e promoção da saúde
PR	Araucária	500.000,00	1500.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação da atenção à saúde - Controle de doenças infecciosas e não infecciosas - Doenças crônico degenerativas - Saúde Bucal - Saúde Mental
RS	Fapergs	500.000,00	50.000,00	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de processos, ferramentas de diagnóstico de: prevenção e controle de doenças crônico-degenerativas e, causas de morbimortalidade de externas e doenças respiratórias e doenças perinatais - Avaliação de impacto de ações, programas e políticas estratégicas em saúde - Desenvolvimento e avaliação de novas tecnologias e terapêuticas
REGIÃO SUL				

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

2 - PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS/SAÚDE AMAZÔNIA

Os investimentos na área de Ciência e Tecnologia na região amazônica, tanto em termos de recursos financeiros como em qualificação de recursos humanos para a pesquisa, apresentam números muito inferiores aos de outras regiões do País. Como forma de tentar minimizar essas disparidades, em 2004 o Decit lançou o Programa Pesquisa para o SUS/Saúde Amazônia.

Trata-se de uma iniciativa que visa a fortalecer o esforço local em ciência e tecnologia em saúde, por meio do fomento à pesquisas voltadas para problemas prioritários de saúde e para o fortalecimento do SUS na Amazônia Legal. Foram apoiados financeira

e tecnicamente projetos de pesquisa nos estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins.

O Saúde Amazônia integra-se a outras ações desencadeadas pelo governo federal para desenvolvimento da região. Em 2003, por meio dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, deu-se início à formulação do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. O Ministério da Saúde participa do Programa coordenando a temática da saúde.

Desde então, uma série de atividades vem sendo desenvolvidas para construção conjunta de um plano de saúde para a região. Em agosto de 2003, em Manaus – AM, realizou-se a 1.^a Oficina de Planejamento Regional em Saúde: construindo uma agenda de saúde para a Amazônia Legal. Os objetivos dessa oficina eram identificar problemas e dificuldades no campo da atenção à saúde, da gestão do trabalho e do financiamento de ciência e tecnologia.

Em outubro de 2003, em Belém – PA, realizou-se a 1.^a Oficina de Trabalho Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde na Região Amazônica, com o objetivo de estabelecer ações prioritárias para a região e definir prioridades de pesquisa em saúde.

Em dezembro de 2003, na cidade de Porto Velho – RO, ocorreu a 2.^a Reunião do Acordo Multilateral de Cooperação Técnico Científica/ 2.^a Oficina de Trabalho Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde na região Amazônica, que teve como objetivo a consolidação de propostas na área de pesquisa, desenvolvimento e formação de recursos humanos.

Como resultado de todo esse processo de reuniões e discussões, foram estabelecidos sete eixos temáticos de pesquisa em saúde prioritários para a região:

- Rede de pesquisa em Malária;
- Rede de pesquisa em Micobacterioses;
- Rede de pesquisa em Síndromes Febris Ictero-Hemorrágicas Agudas;
- Rede de pesquisa em avaliação de programas e de serviços em saúde;
- Rede de pesquisa em saúde e ambiente em espaços e em grupos sociais em situação de vulnerabilidade;
- Rede de pesquisa em nutrição e alimentação;
- Rede de pesquisa em fitoterápicos.

Esses eixos temáticos nortearam a definição das linhas de pesquisa adotadas no edital de convocação lançado em 2004, por intermédio do Programa Pesquisa para o SUS/Saúde Amazônia.

Em resposta ao edital de convocação, foram apresentados 55 projetos dos quais 14 foram selecionados para financiamento. O apoio às pesquisas foi viabilizado por meio do convênio 914 BRA 2000, firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e contou com o acompanhamento técnico do Decit.

Objetivos

Conceder apoio financeiro às instituições científicas e tecnológicas dos estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, para desenvolvimento de pesquisas que visem à compreensão ou solução de problemas prioritários para o Sistema Único de Saúde.

Atividades Desenvolvidas

2.1 - Realização da 3.^a Reunião do Acordo Multilateral de Cooperação Técnico-Científica/ 3.^a Oficina de Trabalho Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

A reunião realizada em Rio Branco/AC, em maio de 2004, teve por objetivo: reunir o Comitê Gestor do Acordo Amazônico para discussão da questão da deficiência de recursos humanos em saúde na região, bem como de projetos de pesquisa nos seguintes temas: Malária, Micobacterioses, Síndromes Febris Ictero-Hemorrágicas Agudas, avaliação de programas e de serviços em saúde, saúde e ambiente em espaços e em grupos sociais em situação de vulnerabilidade, fitoterápicos e alimentação e nutrição.

2.2 - Lançamento do Termo de Referência Pesquisa para o SUS/Saúde Amazônia

O lançamento ocorreu em junho de 2004, em Brasília. Na ocasião, foi informado que seriam financiadas pesquisas nos estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, contemplando as seguintes linhas temáticas: Malária, Micobacterioses, Síndromes febris Ictero-Hemorrágicas Agudas, Avaliação de Programas e Serviços de Saúde, Saúde e Ambiente em Espaços e Grupos Sociais em Situação de Vulnerabilidade, Alimentação e Nutrição e Fitoterápicos. Logo após o lançamento, foram realizadas reuniões com a comunidade científica dos estados de Roraima, Tocantins e Amapá para discussão do Saúde Amazônia.

As inscrições dos projetos deram-se no período compreendido entre 5 de julho a 20 de agosto de 2004. A análise e o julgamento das propostas, realizadas por meio do sistema informatizado PPSUS, ocorreram no mês de setembro. O resultado final foi divulgado no dia 1.º de outubro de 2004.

Em resposta ao edital de convocação, foram inscritos 63 projetos. Desses, seis foram excluídos por não preencherem todos os requisitos para irem a julgamento e dois foram desclassificados por serem de instituições sediadas em outro estado. Os 55 projetos restantes foram avaliados por, no mínimo, dois consultores *ad hoc*. Desses, 30 projetos foram selecionados para a fase final de avaliação, realizada por uma comissão de sete especialistas em diferentes áreas (quadro 3).

Quadro 3. Distribuição dos Especialistas Segundo Linha Temática e Titulação. Brasília, 2004.

Especialista	Linha Temática	Qualificação
Dr ^a . Rita de Cássia Barradas Barata	Malária	Doutorado em Medicina (Medicina Preventiva). Universidade de São Paulo, USP.
Dr ^a . Euzenir Nunes Sarno	Micobacterioses	Livre Docência. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
Dr. Pedro Tauil	Síndromes Febris Ictero-Hemorrágicas Agudas	Pós- Doutorado. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Inpa. Manaus/ AM.
Dr ^a . Ana Maria Canesqui	Avaliação de Programas e de Serviços de Saúde	Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
Dr ^a . Gina Luisa Deberdp Boener	Saúde e Ambiente em Espaços e em Grupos Sociais em Situação de Vulnerabilidade	Consultoria Técnica. Funasa.
Dr. Alcides da Silva Diniz	Alimentação e Nutrição	Pós-Doutorado. Prince Leopold institute of Tropical Medicine, PLITM, Bélgica.
Wagner Luiz Ramos Barbosa	Fitoterápicos	Pós-Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

Fonte: <www.lattes.cnpq.br>.

Dentre os 30 projetos analisados, 14 foram selecionados para obtenção de financiamento. O valor total do Saúde Amazônia para o ano de 2004 é de R\$ 600 mil, sendo que os valores dos projetos variam entre R\$ 10 a 50 mil por projeto.

Para acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados, ao longo do ano de 2005, serão realizados seminários para apresentação dos resultados parciais e finais. Os projetos deverão ser desenvolvidos em até 24 meses após sua contratação.

2.3 - Desenvolvimento do Sistema Informatizado Pesquisa para o SUS/Saúde Amazônia

O sistema informatizado Pesquisa para o SUS/Saúde Amazônia foi elaborado pelo Datasus, sob coordenação do Decit, com a finalidade de disponibilizar, através de meio eletrônico, informações e procedimentos para inscrição, seleção, avaliação e acompanhamento de projetos de pesquisa a serem financiados pelo Ministério da Saúde. Possibilita, ainda, a impressão de relatórios gerenciais dos dados dos projetos de pesquisa, por estado e por área temática de pesquisa.

O sistema apresenta módulos que permitem a inscrição *on-line* dos dados cadastrais das instituições proponente e signatária, dos coordenadores dos projetos de

pesquisa e dos projetos propriamente ditos. Permite ainda a avaliação desses projetos, descrevendo as etapas e critérios de avaliação e disponibilizando um formulário desenvolvido especificamente para esse fim.

Resultados

O quadro 4 mostra os 14 projetos selecionados para financiamento nos estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, bem como a repartição, entre esses estados, do recurso disponibilizado para o Saúde Amazônia no ano de 2004.

Quadro 4. Distribuição dos Projetos de Pesquisa Contemplados, por UF, Segundo Linha Temática, Coordenador e Valor do Projeto.

UF	Coordenador	Linha Temática	Valor do Projeto
RR	Pablo Oscar A. Acosta	Síndromes Febris	R\$ 49.980,00
RO	Paulo Afonso Nogueira	Malária	R\$ 50.466,70
RO	Maria Manuela da F. Moura	Micobacterioses	R\$ 50.000,00
AP	Francineide P. da S. Pena	Fitoterápicos	R\$ 10.477,55
RR	Ruy Guilherme S. de Souza	Micobacterioses	R\$ 22.157,00
AP	Jean Charles da C. Peixoto	Micobacterioses	R\$ 45.855,48
RO	Ana Lúcia Escobar	Saúde e Ambiente	R\$ 49.908,40
AP	Maria Aparecida dos Santos	Fitoterápicos	R\$ 31.815,40
RO	Weber Cheli Batista	Síndromes Febris	R\$ 49.940,00
RR	José Francisco L. Moura	Síndromes Febris	R\$ 50.000,00
RO	Rejane Correa Marques	Saúde e Ambiente	R\$ 50.000,00
AC	Pascoal Torres Muniz	Alimentação e Nutrição	R\$ 35.400,00
TO	Aparecido Osdimir Bertolin	Fitoterápicos	R\$ 49.660,00
TO	Fernanda B. Abadio	Alimentação e Nutrição	R\$ 49.967,65
Total	---	---	R\$ 595.628,18

II - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE REVISÃO ÉTICA DE PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1 - PROJETO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEPs)

Desde 2001, o Decit vem desenvolvendo ações voltadas ao fortalecimento e valorização dos CEPs no âmbito das instituições de pesquisas de saúde, por meio do Projeto Fortalecimento Institucional dos Comitês de Ética em Pesquisa. O projeto foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde (Conep/CNS).

Para desenvolvimento do projeto em 2004, o Decit, em parceria com a Conep e com o CNPq, lançou novo edital público para submissão de propostas. Houve um incremento dos recursos totais destinados ao Projeto em relação a 2003, permitindo o aumento de 70,3% do número de comitês selecionados para financiamento, totalizando 109 instituições beneficiadas, e do valor a ser repassado para cada um deles (R\$ 30 mil). A meta estabelecida é a de fortalecer institucionalmente todos os comitês cadastrados na Conep até 2006.

Objetivo

Promover o fortalecimento de atividades de ética em pesquisa envolvendo seres humanos, por meio da implementação da infra-estrutura para funcionamento dos CEPs e capacitação de recursos humanos nos comitês.

Atividades Desenvolvidas

1.1 - Desenvolvimento do Projeto de Fortalecimento Institucional dos CEPs

O Projeto de Fortalecimento Institucional dos CEPs executado em 2004, resultante do edital público lançado no final do ano de 2003, foi desenvolvido em parceria com a Unesco, tendo sido destinados recursos financeiros na ordem R\$1,5 milhões para financiamento dos 64 projetos aprovados. As instituições contempladas receberam o montante de até R\$ 25 mil para o desenvolvimento das atividades propostas.

No decorrer do ano de 2004, a equipe técnica da CGDI acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pelas instituições selecionadas, mais especificamente as benfeitorias de infra-estrutura e capacitações previstas nos projetos. Até dezembro de 2004, 62 instituições tiveram seus contratos assinados pela Unesco, e 61 receberam a 1.^a parcela do recurso financeiro previsto.

1.2 - Lançamento do Edital de Convocação 2004

Em setembro de 2004, o Decit, em parceria com a Conep e o CNPq, tornou público novo edital de convocação para participação no projeto fortalecimento institucional dos CEPs.

O edital define que as propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 2.486.331,36, distribuídos em até R\$ 30 mil para cada Comitê de Ética em pesquisa. Participaram do edital instituições, públicas ou privadas, que possuíam CEPs constituídos ou em formação, que não tinham sido contemplados nos editais anteriores e que eram credenciados pela Conep.

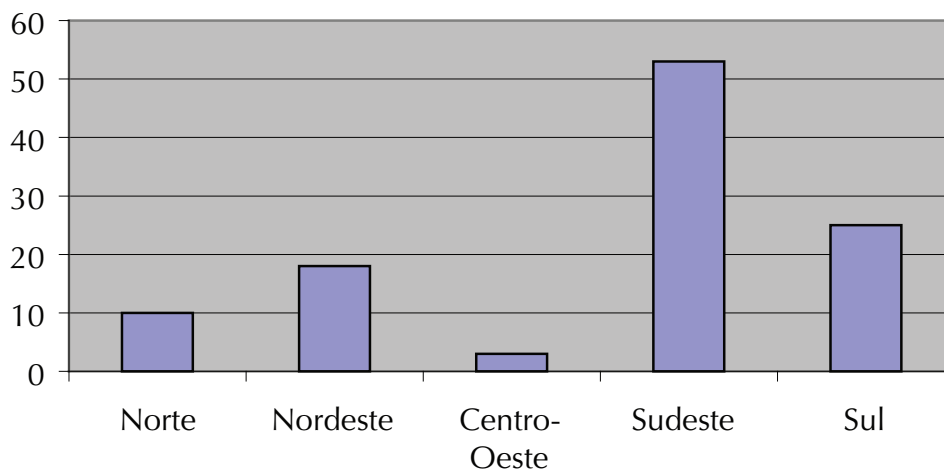
A análise e o julgamento dos projetos ocorreu em novembro de 2004 e o resultado foi divulgado nesse mesmo mês. A avaliação final levou em conta a pontuação obtida, considerando ainda os critérios de regionalidade; a instituição de origem, estabelecendo pontuação maior para os CEPs pertencentes às instituições de ensino superior e de hospitais universitários; e a integração, que beneficiava os projetos que incluíam membros de outros CEPs como participantes.

No decorrer do mês de dezembro o CNPq iniciou o repasse dos recursos para as instituições selecionadas.

Resultados

Em 2004, o projeto possibilitou o incremento de infra-estrutura e o desenvolvimento de cursos de capacitação voltados aos membros e pesquisadores dos Comitês de Ética em Pesquisa, aprovados no edital lançado no final do ano de 2003.

O Gráfico 1 mostra a distribuição das 109 instituições selecionadas no edital, lançado em setembro de 2004, por região e o quadro 5 descreve quais foram essas instituições.

Gráfico 1. Distribuição do Número de Propostas Selecionadas no Edital/2004, Segundo a Região.

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

Quadro 5. Descrição das 109 Instituições Selecionadas no Edital/2004 dos CEPs e Distribuição dos Recursos Financeiros. Brasília, 2004.

UF	Instituição Selecionada	Valor (em R\$)
AM	1- Departamento de Ciências da Saúde	30.000,00
	2 - Fundação Hospital Adriano Jorge	27.360,00
	3 -Fundação Universidade do Amazonas	30.000,00
AP	4 - Associação educacional da Amazônia	18.979,00
BA	5 - Hospital São Rafael	30.000,00
	6 - Maternidade Climério de Oliveira	29.950,00
	7 - Universidade Estadual de Santa Cruz	29.963,89
	8 - Universidade Federal da Bahia	30.000,00
CE	9 - Escola de Saúde Pública do Ceará	20.505,00
	10 - Hospital de Saúde Mental de Messejana	23.300,00
	11 - Hospital Geral de Fortaleza	22.700,00
	12 - Hospital Infantil Albert Sabin	30.000,00
	13 - Instituto do Câncer do Ceará	30.000,00
	14 - Maternidade Escola Assis Chateaubriand	30.000,00
	15 - Sociedade de Ensino Superior do Ceará (FMJ)	28.947,15
ES	16 - Associação Brasileira de Odontologia Secção Espírito Santo	29.999,98
	17 - Centro Biomédico	27.389,00
	18 - Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória	26.221,54

continua

continuação

GO	19 - Centro Universitário de Anápolis 20 - Universidade Católica de Goiás	29.957,00 28.726,00
MG	21 - Centro Universitário de Lavras 22 - Escola de Enfermagem Wenceslau Bras 23 - Faculdade de Saúde e Ecologia Humana – FASEH – Centro de Ensino 24 - Faculdades Federais Integradas de Diamantina 25 - Hospital São Francisco de Assis 26 - Universidade de Uberaba 27 - Universidade Federal de Juiz de Fora 28 - Universidade Federal de Ouro Preto 29 - Universidade Federal de Uberlândia 30 - Universidade Vale do Rio Doce	27.550,14 30.000,00 30.000,00 23.220,00 26.264,51 26.756,60 30.000,00 19.350,00 29.558,45 20.030,00
MT	31 - Universidade de Cuiabá	27.700,00
PA	32 - Hospital Universitário João de Barros Barreto 33 - Instituto Evandro Chagas 34 - Universidade da Amazônia (Unama) 35 - Universidade do Estado do Pará 36 - Universidade Federal do Pará	29.155,40 30.000,00 29.986,30 29.997,00 29.948,00
PB	37 - Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba	29.787,60
PE	38 - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães 39 - Fundação de Ensino Superior de Olinda 40 - Hospital Agamenon Magalhães 41 - Hospital da Restauração 42 - Universidade Católica de Pernambuco	30.000,00 29.797,80 28.830,00 30.000,00 30.000,00
PI	43 - Sociedade Piauiense de Ensino Superior – Instituto Camillo Filho	28.500,00
PR	44 - Campus Sede 45 - Centro Universitário Campos de Andrade 46 - Centro Universitário de Maringá 47 - Faculdade Dom Bosco 48 - Liga Paranaense de Combate Ao Câncer 49 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná 50 - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação 51 - Universidade Estadual do Centro-Oeste	30.000,00 29.334,06 25.833,15 19.462,00 26.100,00 29.208,00 29.777,70 29.876,60

continua

continuação

RJ	52 - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	29.600,00
	53 - Escola de Enfermagem Anna Nery	16.412,10
	54 - Escola Nacional de Saúde Pública	28.050,00
	55 - Faculdade de Medicina de Teresópolis	24.420,00
	56 - Hospital de Cardiologia de Laranjeiras	29.554,95
	57 - Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro	29.927,00
	58 - Hospital Geral de Bonsucesso	29.583,50
	59 - Hospital Universitário Pedro Ernesto	29.829,00
	60 - Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas	29.927,80
	61 - Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto	30.000,00
	62 - Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva	29.913,00
	63 - Pró Cardíaco Pronto Socorro Cardiológico S/A	23.928,00
	64 - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	28.000,00
	RS	65 - Associação Hospitalar Moinhos de Vento
66 - Centro Universitário Feevale		30.000,00
67 - Comitê de Ética em Pesquisa		27.600,00
68 - Faculdade de Medicina – UFPEL		29.950,00
69 - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde		30.000,00
70 - Fundação Universitária de Cardiologia		27.131,00
71 - Hospital Mãe de Deus		18.500,00
72 - Universidade de Santa Cruz do Sul		29.950,00
73 - Universidade Federal de Pelotas		17.732,10
74 - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul		29.977,80
75 - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	30.000,00	
SC	76 - Fundação Universidade do Contestado – Campus Caçador	30.000,00
	77 - Fundo Estadual de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina	26.400,00
	78 - Instituto de Cardiologia	30.000,00
	79 - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	30.000,00
	80 - Universidade da Região de Joinville	10.520,00
	81 - Universidade do Planalto Catarinense	30.000,00

continua

continuação

	82 - Centro Universitário Barão de Mauá	25.700,12
	83 - Centro Universitário São Camilo – Campus Pompéia	23.950,00
	84 - Escola de Educação Física e Esporte	29.750,00
	85 - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo	29.900,00
	86 - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara	30.000,00
	87 - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto	29.992,20
	88 - Faculdade de Odontologia de Bauru	30.000,00
	89 - Faculdade de Odontologia de São José dos Campos	28.030,00
	90 - Faculdade de Saúde Pública	25.873,00
	91 - Fundação de Ensino Octávio Bastos	18.879,30
	92 - Fundação Educacional de Barretos	22.361,00
SP	93 - Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais	18.000,00
	94 - Hospital e Maternidade Sepaco	29.008,00
	95 - Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto	29.644,00
	96 - Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho	10.000,00
	97 - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	30.000,00
	98 - Pontifícia Universidade Católica de Campinas	30.000,00
	99 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	29.900,50
	100 - Reitoria	16.475,69
	101 - Universidade de Mogi das Cruzes	23.200,00
	102 - Universidade de Ribeirão Preto	30.000,00
	103 - Universidade do Oeste Paulista	15.999,00
	104 - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	7.786,40
	105 - Universidade Federal de São Carlos	26.470,15
	106 - Universidade Federal de São Paulo	29.700,00
	107 - Universidade Ibirapuera	22.602,60
	108 - Vita Care	18.862,50
TO	109 – Fundação Educacional de Gurupi (FEG)	29.940,00
Total		2.486.331,36

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

2 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (SISNEP)

A expressiva contribuição do Brasil em estudos na área da Saúde e a crescente participação de seres humanos como voluntários vêm estimulando o Ministério da Saúde a desenvolver ações que visam colaborar com o aprimoramento do processo de apreciação ética de pesquisas.

O Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Sisnep) é uma ferramenta *on line*, desenvolvida pelo Departamento de Informação e Informática do SUS (Datusus), sob a orientação conceitual da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e apoio do Decit.

O sistema visa a criar um banco de dados nacional das pesquisas envolvendo seres humanos, permitir o registro e o acompanhamento dos protocolos de pesquisa, contribuir para o estabelecimento de políticas públicas na área e para o controle social. Em 2004, o Decit recrutou 54 técnicos dos escritórios regionais do Datasus para participarem de oficinas de treinamento com vistas à formação de multiplicadores do sistema em todos os estados brasileiros. O objetivo era treinar pesquisadores e membros de 392 CEPs cadastrados na Conep, segundo a disposição regional. Para a viabilidade desse processo de implantação do Sisnep foi disponibilizado um montante de R\$ 500 mil.

Resultados:

O Sisnep contribuiu para a organização e a integração do sistema CEPs/Conep, demonstrando ser um sistema ágil e capaz de ser adaptado às novas resoluções sobre ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

O uso de um sistema *on-line* de acesso universal ao controle social tem permitido transparência nas ações que envolvem a ética em pesquisa e promovido o fortalecimento de atividades de ética em pesquisa envolvendo seres humanos. O quadro 6 descreve a abrangência do processo de implantação do Sisnep.

Quadro 6. Situação da Implantação do SISNEP, n.º de Municípios Envolvidos, de CEPs por UF, de Treinamentos Realizados e de Participantes.

UF	N.º de municípios envolvidos	N.º CEPs por UF	N.º de treinamentos realizados	N.º de CEPs que participaram	N.º de participantes
PI	1	3	1	3	3
CE	3	11	2	10	15
AC	*	1	*	*	*
MS	1	3	1	3	5
BA	3	16	2	12	18
PR	6	26	3	18	22
TO	*	2	1	*	*
PA	1	5	1	5	6
RO	*	2	*	*	*
SE	*	2	*	*	*
PE	4	15	2	11	17
RS	12	30	3	22	27
MT	1	3	1	2	2
MA	*	1	*	*	*

continua

continuação

AM	1	8	3	*	*
SP capital	1	80	8	54	66
SP interior	17	52	4	38	48
RN	*	2	*	*	*
DF	1	6	1	4	4
PB	2	5	1	3	6
AL	1	3	1	2	2
ES	*	4	*	*	*
GO	3	10	2	8	11
SC	9	13	2	13	18
MG	13	42	3	27	36
RJ	4	47	3	22	29
Total	84	392	45	257	332

*Dados não consolidados pelos escritórios regionais dos Datasus.

COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

1 - ÁREAS DE ATUAÇÃO

Quadro 1. Áreas de Atuação da Coordenação-Geral de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

Área de Atuação	Ações/Atividades
APOIO À PESQUISA	Apoio financeiro a projetos estratégicos voltado às necessidades do Sistema Único de Saúde.
	Fomento à pesquisa científica em saúde no marco da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	Fomento ao desenvolvimento tecnológico no complexo produtivo da saúde.
AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA	Definição das normas e estratégias para avaliação de tecnologias em saúde como instrumento crítico do processo de tomada de decisões no âmbito do SUS.

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

2 - OBJETIVO GERAL

A Coordenação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico é responsável pela:

Viabilização do apoio financeiro a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos marcos da agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde e definição das normas e estratégias para avaliação de tecnologias em saúde demandados pelo SUS.

3 - ATIVIDADES/PROJETOS

3.1 - EDITAIS TEMÁTICOS DE PESQUISA POR MEIO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM MCT/CNPq

O Departamento de Ciência e Tecnologia do MS iniciou uma colaboração importante com o Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio do CNPq, que poderá contribuir para colocar a pesquisa em saúde no Brasil em outro patamar. No ano de 2004 foram colocados à disposição dos pesquisadores em saúde R\$ 28 milhões do orçamento do Decit/MS para serem executados por meio do CNPq, segundo as prioridades estabelecidas na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa.

Tabela 1. Editais Temáticos de Pesquisa Por Meio da Cooperação Técnica com MCT/CNPq

Edital	N.º de Concorrentes	%	N.º de Apoiados	%
Alimentação e Nutrição	462	36,87	85	18,40
Violência, Acidentes e Trauma	238	18,99	61	25,63
Sistemas e Políticas em Saúde	162	12,93	45	27,78
Mortalidade Materna e Neonatal	131	10,45	41	31,30
Saúde Bucal	220	17,56	28	12,73
Hantavirose	40	3,19	29	72,50
TOTAL	1.253	100,00	289	23,06

Fonte: Decit/SCTIE.

Quadro 2. Resultado do Edital CT-SAÚDE/MCT/CNPq/MS N.º 030/2004.

Alimentação e Nutrição

N.º	Nome	Título do Projeto	Instituição
1	Adelson Luiz Araujo Tinoco	Avaliação do consumo alimentar de indivíduos idosos atendidos pelo Programa Municipal da Terceira Idade – Viçosa/MG	UFV
2	Afrânio Lineu Kritski	Desnutrição e imunogenética na tuberculose e infecção pelo HIV	UFRJ
3	Alex Antonio Florindo	Validação e reprodutibilidade de um recordatório de 24 horas de atividade física	USP

continua

continuação

4	Ana de Fátima Fontenele Urano Carvalho	Bioprospecção da caatinga cearense com potencial nutricional	UFC
5	Ana Marluca Oliveira Assis	Amamentação e alimentação complementar no desmame – estado de nutrição e saúde nos dois primeiros anos de vida – um estudo de coorte	UFBA
6	Antonio Cláudio Lucas da Nóbrega	Impacto da dieta e exercício físico sobre a função endotelial de indivíduos obesos sob risco de diabetes tipo 2	UFF
7	Bethsáida de Abreu Soares Schmitz	Projeto A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis	UnB
8	Breno Pannia Espósito	Ferro lábil em suplementos alimentares e sua possibilidade de geração de reservatórios de ferro redox-ativos no plasma sanguíneo	USP
9	Carlos Antonio Bruno da Silva	Avaliação do impacto social de programas de alimentação sobre o estado nutricional e desenvolvimento pondero-estatural e qualidade de vida de crianças pré-escolares em Fortaleza – CE	Unifor
10	Carlos Augusto Monteiro	SIMTEL-CINCO CIDADES: implantação, avaliação e resultados de um sistema municipal de monitoramento de fatores de risco nutricionais para doenças crônicas não transmissíveis a partir de entrevistas telefônicas em cinco municípios	USP
11	Carlos Eduardo Franciscato	Compreendendo a recepção de programas informativos e educativos sobre amamentação por mulheres da periferia de Aracaju – SE	UFS
12	Carlos Everaldo Álvares Coimbra Júnior	Transição Nutricional no Povo Surui, Terra Indígena Sete de Setembro, Rondônia	ENSP
13	Cecília Noronha de Miranda Carvalho	Análise dos componentes metabólicos e nutricionais da obesidade em pediatria	UERJ
14	Cephora Maria Sabarense	Composição de ácidos graxos do leite materno em diferentes períodos de lactação: uma contribuição para definição de leites com perfis diferenciados para atender neonatos assistidos por bancos de leite humano	UFV
15	Consuelo Junqueira Rodrigues	Estudo da expressão dos genes relacionados a matriz extracelular e ao metabolismo do tecido adiposo em indivíduos com obesidade mórbida e em indivíduos não obesos	HCFMUSP

continua

continuação

16	Dan Linetzky Waitzberg	Oferta de ácidos graxos Omega-3 como modelo de intervenção na preservação da resposta imune em vigência de desnutrição energético-proteica em pacientes hospitalizados	USP
17	Denise Oliveira e Silva	Desenvolvimento de metodologias para a popularização do conhecimento no campo da segurança alimentar e nutricional	Fiocruz
18	Denise Pimentel Bergamaschi	Estudo da evolução do crescimento e do estado nutricional de escolares de 7 a 10 anos	USP
19	Denise Petrucci Gigante	Nutrição no ciclo vital e padrão de alimentação de adultos jovens acompanhados desde o nascimento	UFPEL
20	Dilina do Nascimento Marreiro	Efeito da gastroplastia vertical com derivação gastrojejunal sobre o estado nutricional relativo ao zinco e correlações com a melhora da sensibilidade a insulina em pacientes obesos	UFPI
21	Eliete Bouskela	Estudo das características clínicas, metabólicas, respiratórias, polissonográficas, da célula endotelial e microcirculatórias em adultos jovens com sobrepeso e obesidade	Uerj
22	Elisa Yoko Hirooka	Segurança alimentar: produção de imunorreagentes para o controle de qualidade (patógenos e toxinas microbianas) em alimentos e água	UEL
23	Eloísa Dutra Caldas	Resíduos de agrotóxicos na dieta total de crianças e adultos no Distrito Federal	UNB
24	Elsa Regina Justo Giugliani	Efeito de intervenção para melhorar a técnica de amamentação nas freqüências de aleitamento materno nos primeiros seis meses	UFRGS
25	Emerson Silva Lima	Avaliação do estado nutricional em micronutrientes (ferro, cobre e zinco) de mulheres grávidas atendidas na rede pública de assistência à saúde em Manaus – AM	UA
26	Enayde de Almeida Mélo	Quantificação de compostos bioativos em alimentos vegetais regionais	UFPE
27	Ernani Sebastião Sant'Anna	Desenvolvimento de leite de soja fermentado enriquecido com bifidobactérias probióticas	UFSC
28	Fernanda Dias Bartolomeu Abadio	Avaliação de pratos típicos como instrumento para elaboração de cardápio regionalizado destinado à alimentação escolar	UFT
29	Franco Maria Lajolo	Compostos bioativos em alimentos brasileiros	USP

continua

continuação

30	Gilberto Kac	Desvios no ganho de peso gestacional e o efeito em desfechos da saúde reprodutiva	UFRJ
31	Gilberto Simeone Henriques	Avaliação quali-quantitativa do consumo alimentar das famílias inscritas no programa bolsa-família, em um distrito sanitário do Município de Curitiba – PR	FEPAR
32	Gloria Valeria da Veiga	Implementação e avaliação de um programa de prevenção de obesidade para adolescentes em ambiente escolar	UFRJ
33	Helio Vannucchi	Deficiência de vitaminas e sua relação com níveis plasmáticos de homocisteína de jejum e após sobrecarga com L-metionina em pacientes diabéticos tipo 2 em diferentes genótipos da metileno-tetra-hidrofolato redutase	USP
34	Hernando Flores	Resposta sérica a uma dose de vitamina A: um indicador de carência marginal	UFPE
35	Herve Louis Ghislain Rogez	Avaliação da composição nutricional de produtos de origem vegetal e animal (pescado) visando à elaboração de produtos enriquecidos para a alimentação escolar	UFPA
36	Ida Cristina Ferreira Leite	Avaliação da (in)segurança alimentar em áreas de marcante instabilidade social e econômica do Nordeste	Imip
37	Ida Helena Carvalho Francescantonio Menezes	Fatores determinantes para a duração do aleitamento materno	UFG
38	Ines Lessa	Fatores de “proteção” contra co-morbidades cardiovascular em obesos: em busca “ da epidemiologia reversa” da obesidade.	UFBA
39	Inês Rugani Ribeiro de Castro	Avaliação do custo e da efetividade da suplementação diária e semanal com sulfato ferroso na prevenção da anemia por carência de ferro em crianças com idade inferior a um ano	SMS/RJ
40	Janete Alaburda	Contribuição ao estudo de metodologia para análise de ácido fólico em farinhas de trigo e de milho e em fubá	IAL
41	João Guilherme Bezerra Alves	Excesso de peso e obesidade em favela na cidade do Recife e o impacto de um programa de educação física: ensaio clínico randomizado	Imip
42	João Roberto Oliveira do Nascimento	Deteção de resíduos de organismos geneticamente modificados em alimentos: avaliação de metodologias de extração de DNA de matérias-primas e produtos acabados	USP
43	Johan van Weyenbergh	O papel dos micronutrientes na leishmaniose humana: avaliação clínica e imunológica	UFBA

continua

continuação

44	José Alfredo Gomes Arêas	Desenvolvimento de alimento extrusado fortificado para intervenção nutricional em crianças com HIV	USP
45	Jose Bento Borba da Silva	Aplicações de métodos quimiométricos na análise direta de constituintes inorgânicos em leite por ICP-MS: novas estratégias para a redução/eliminação de efeitos de interferências espectrais e não-espectrais	UFMG
46	José Garrofe Dórea	Metais tóxicos (cádmio e chumbo) e seus nutrientes antagonistas (zinco, cálcio) na alimentação infantil: determinação nos leites de vaca comercializados no Distrito Federal	UnB
47	Loreny Gimenes Giugliano	Estudo da relação entre os níveis de vitamina A e os fatores de proteção do leite materno: componente secretor livre (FSC) e imunoglobulina A secretória (sIgA)	UnB
48	Luciana Rocha Barros Gonçalves	Síntese enzimática de vitamina A utilizando lipase imobilizada	Unifor
49	Luiz Carlos Santana da Silva	Investigação da prevalência da dislipidemia secundária à obesidade na população infanto-juvenil do Estado do Para	UFPA
50	Malaquias Batista Filho	Situação alimentar, nutricional e de saúde no estado de Pernambuco: contexto socioeconômico e de serviços	UFPE
51	Marcelo Urbano Ferreira	Prevalência e determinantes da anemia em uma população rural amazônica: papel relativo da deficiência de ferro, malária, infecção por parasitas intestinais e deficiência de glicose-6-fosfato-desidrogenase	USP
52	Márcia Maria Tavares Machado	Práticas alimentares de crianças de 0 a 2 anos, nascidas de mães soropositivas em Fortaleza, Ceará	UFC
53	Márcio Neves Bóia	Avaliação nutricional e impacto das parasitoses intestinais em crianças de Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas, Brasil	Fiocruz
54	Marco Antônio Zachia-Ayub	Estudo da Produção tecnológica de matérias-primas e de fórmulas equilibradas para suporte nutricional usando carne mecanicamente separada de frango (CMSF)	UFRGS
55	Maria Cecília Formoso Assunção	Intervenção nutricional em indivíduos com sobrepeso e obesidade: ensaio clínico randomizado	UFPEL
56	Maria Claret Costa Monteiro Hadler	Anemia nutricional: suplementação como medida de prevenção e tratamento na primeira infância	UFG
57	Maria das Graças Tavares do Carmo	Ácidos graxos trans em gestantes adolescentes e suas conseqüências para a saúde materno-infantil	IFF

continua

continuação

58	Maria do Carmo Fontes de Oliveira	Ampliando o conhecimento em segurança alimentar em ambientes escolares municipais	UFV
59	Maria Helena D'Aquino Benicio	Impacto da atividade física e da orientação alimentar sobre o ganho de peso-gestacional e produtos da gestação	USP
60	Maria Helena Hasselmann	O impacto da violência familiar, dos cuidados maternos e do apoio social no crescimento infantil: um estudo de coorte	Uerj
61	Maria Inês Sucupira Maciel	Elaboração de produtos desidratados de vegetais orgânicos	UFPE
62	Marilia de Carvalho Lima	Avaliação da eficácia de três esquemas na prevenção e tratamento medicamentoso da anemia em lactentes	UFPE
63	Marisilda de Almeida Ribeiro	Análise de fitato e micronutrientes relevantes em saúde pública, em alimentos de consumo habitual nas regiões do semi-árido e da zona da mata do Estado de Pernambuco.	UFPE
64	Nadir do Nascimento Nogueira	Diagnóstico de desnutrição energético-protéico e da deficiência de micronutrientes em escolares da rede pública estadual e municipal de Teresina – PI.	UFPI
65	Nonete Barbosa Guerra	Formulação de bebida láctea a base de abóbora enriquecida com inulina	UFPE
66	Pascoal Torres Muniz	Diagnóstico de saúde e nutrição da população indígena Kaxarari da Amazônia Brasileira	Ufac
67	Patricia Constante Jaime	Avaliação de eficácia de um programa de orientação dietética na prevenção de lipodistrofia em indivíduos portadores de HIV/aids atendidos em serviço de referência na cidade de São Paulo	USP
68	Patricia Machado Bueno Fernandes	Esterilização a frio de água de coco verde por pressão hidrostática	Ufes
69	Pedro Israel Cabral de Lira	Perfil do aleitamento materno exclusivo após o treinamento dos agentes comunitários para avaliar as mudanças na prática da amamentação – Recife	UFPE
70	Raul Manhães de Castro	Desnutrição precoce: eventuais repercussões sobre o desenvolvimento do sistema locomotor em crianças de uma comunidade rural do Estado de Pernambuco	UFPE
71	Ricardo Elesbão Alves	Atividade antioxidante de frutas do Nordeste brasileiro como fator de proteção da saúde	Embrapa

continua

continuação

72	Rita de Cassia Gonçalves Alfenas	Efeitos do consumo de diferentes fontes protéicas na saciedade e no gasto energético, em indivíduos com excesso de peso e obesos	UFV
73	Rogério Friedman	O impacto da obesidade em indicadores de rendimento escolar em crianças	UFRGS
74	Rosângela Alves Pereira	Desenvolvimento de técnicas para o refinamento de métodos de avaliação do consumo de alimentos com o auxílio de imagens	UFRJ
75	Rosely Sichieri	Prevenção de sobrepeso em escolares: ensaio randomizado por conglomerados	Uerj
76	Rui Curi	Elaboração de duas dietas parenterais para a manutenção e melhora da funcionalidade de leucócitos humanos	USP
77	Ryzia de Cássia Vieira Cardoso	Apoio à produção de alimentos seguros em escolas públicas atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, em Salvador – BA	UFBA
78	Sandra Cristina Pereira Costa Fuchs	Agregação de fatores de risco para doenças não transmissíveis: obesidade, dieta não saudável e atividade física insuficiente	UFRGS
79	Sandra Maria Chaves dos Santos	Saúde, alimentação e nutrição do escolar em Salvador – Bahia	UFBA
80	Sandra Roberta Gouvêa Ferreira	Intervenção sobre o estilo de vida da população nipo-brasileira de alto risco para síndrome metabólica, residente em Bauru – SP	Unifesp
81	Sergio Luis Costa Ferreira	Determinação de metais: traço e controle de qualidade de invertebrados marinhos: subsídios para a melhoria da condição socioeconômica da comunidade extrativista do rio Subaé	UFBA
82	Sonia Isoyama Venâncio	Efeitos do clampeamento precoce e tardio do cordão umbilical sobre os níveis de hemoglobina e ferritina em lactentes até o sexto mês de vida	IS
83	Sophie Helena Eickmann	Impacto da suplementação de ferro semanal sobre o nível de hemoglobina e o desenvolvimento mental e motor de crianças em creches da Prefeitura do Recife	UFPE
84	Suzana Alves de Moraes	Fatores de Risco para o Sobrepeso, a Obesidade e o Diabetes Mellitus no município de Ribeirão Preto – SP, 2005	USP
85	Taqueco Teruya Uchimura	Aspectos determinantes do baixo peso ao nascer: avaliação da adequação e efetividade do Programa Bebê de Risco	UEM

Fonte: Dados do Deci/CP.

Quadro 3. Resultado do Edital CT-Saúde/MCT/CNPq/MS N.º 024/2004.**Produção do conhecimento básico e aplicado sobre Violência, Acidentes e Trauma.**

N.º	Nome	Título	Instituição
1	Alessandro Leite Cavalcanti	Prevalência, características e manifestações orofaciais da violência em crianças e adolescentes no município de Campina Grande – PB	UEPB
2	Alexandre Xavier Ywata de Carvalho	Análise de custos econômicos e sociais da violência no Brasil	Ipea
3	Ana Maria Segall Corrêa	Violência doméstica na gravidez	Unicamp
4	André Galembeck	Desenvolvimento de próteses bucomaxilofaciais à base de silicone e silicone-PMMA	UFPE
5	Andrea Pereira Regner	Investigação de marcadores moleculares no traumatismo crânio-encefálico severo e morte encefálica em humanos: em busca de marcadores prognósticos	ULBRA
6	Antonio Ferreira Ávila	Material alternativo de baixo custo e alto desempenho para confecção de órteses para pacientes do SUS	UFMG
7	Benedito de Moraes Purquerio	Desenvolvimento de estruturas porosas (Scaffolds) de polímero, cerâmica e compósitos para aplicação em engenharia de tecidos ósseos.	USP
8	Carlos Fernando de Mello	Prevenção da epilepsia pós-traumática: Papel de mediadores da inflamação	UFSM
9	César Vítório Franco	Fabricação de um Introdutor de Cateter e uma Cânula de Sucção Cirúrgica com polímero anti-séptico impregnado por nano partículas de Prata	UFSC
10	Cristina Rolim Neumann	Controle da glicemia em pacientes com trauma cranioencefálico	HPSPA
11	Cristina Tristão de Andrade	Substitutos para o sangue a partir de hemoglobina bovina	UFRJ
12	Cynthia Andersen Sarti	O atendimento a violência na perspectiva dos profissionais da emergência: um estudo qualitativo	Unifesp
13	Dario Birolini	Relação do álcool com as causas externas de morbimortalidade	USP

continua

continuação

14	Denise Martin	Compreendendo a questão da violência física contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico: um estudo qualitativo	Unifesp
15	Diogo Onofre Gomes de Souza	Avaliação de pacientes com traumatismo cranioencefalico grave: marcadores bioquímicos, neuroimagens e pressão intracraniana	UFRGS
16	Edinilsa Ramos de Souza	Análise de diretrizes sobre violência intrafamiliar no âmbito da formação de profissionais de saúde	Fiocruz
17	Eliana Aparecida de Rezende Duek	Aplicações dos polímeros biorreabsorvíveis para recuperação óssea oriundas de traumas ou lesões	PUC-SP
18	Ethel Leonor Noia Maciel	Avaliação Ecológica da violência letal no município de Vitória-ES: sua distribuição e contexto socioespacial.	UFES
19	Fátima Gonçalves Cavalcante	Violência contra a criança e o adolescente portador de deficiência: diagnóstico situacional e definição de parâmetros de proteção e prevenção para a assistência	Fiocruz
20	Fernando Suparregui Dias	Valor prognóstico dos testes genéticos no atendimento de pacientes de UTI	PUC-RS
21	Francisco Garcia Soriano	Microsensores Amperometricos para Monitoramento em Unidade de Terapia Intensiva	USP
22	Gilberto Friedman	Hiperlactatemia na sala de emergência associada a pior prognóstico em pacientes gravemente traumatizados	UFRGS
23	Gilson Antonio Giraldi	Sistemas computacionais para reconstrução de superfícies traumáticas e previsibilidade de resultados para manufatura de próteses craniofaciais	LNCC
24	Gloria Dulce de Almeida Soares	Desenvolvimento de biomateriais a base de fosfato de cálcio para utilização em pacientes traumáticos	UFRJ
25	Grace T. M. Dal Sasso	Sistema informatizado para regulação e avaliação da qualidade do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU) no Estado de Santa Catarina	UFSC
26	Herman Sander Mansur	Desenvolvimento de biomaterial de origem tissular suína para reposição de perdas por traumatismos cranianos	UFMG

continua

continuação

27	Hugo Caire de Castro Faria Neto	Síndrome de disfunção orgânica múltipla no trauma e na sepse: identificação de marcadores prognósticos e novos alvos terapêuticos	Fiocruz
28	Humberto Villacorta Júnior	Importância do peptídeo natriurético do tipo B (BNP) na predição de complicações cardiológicas em pacientes em pós-operatório de fratura de fêmur	Procep
29	Jefferson Luis Braga da Silva	Utilização de células tronco mesenquimais nas perdas de substância de nervos periféricos	PUC-RS
30	João Henrique Curtler Scatena	Vigilância de violências, acidentes e traumas	ISC
31	Jose Mauro Granjeiro	Avaliação microscópica e molecular do mecanismo de reparo ósseo em defeitos tratados com osso autógeno e da matriz óssea desmineralizada	USP
32	Jose Renan da Cunha Melo	Resposta inflamatória sistêmica secundária a síndrome de compartimento abdominal consequente ao trauma e choque hemorrágico: estudo experimental e clínico	UFMG
33	Lidia Soares Cardoso	Utilização de ambientes virtuais na reabilitação cognitiva de pacientes com traumas cranio-encefálicos	UFRJ
34	Lilia Blima Schraiber	Violência contra a mulher e a saúde entre usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) em duas capitais – Recife e São Paulo	USP
35	Lindioneza Adriano Ribeiro	Epidemiologia dos acidentes de trânsito com vítimas em Uberlândia: avaliação pré-hospitalar, hospitalar, custos da reabilitação, especialização dos AT, avaliação em grupos especiais	UFU
36	Lirio Schaeffer	Produção, caracterização e otimização de órteses de nitinol traqueobrônquicas, endovasculares e para correção de tórax instável	UFRGS
37	Luciana Rodrigues Silva	Educação para Saúde para prevenção de acidentes e traumas em crianças e adolescentes	UFBA
38	Luismar Marques Porto	Engenharia de tecidos molecular: desenvolvimento de polímeros biocompatíveis produzidos por via bacteriana	Intelab
39	Luiz Carlos Pereira	Desenvolvimento de implante de titânio para a coluna vertebral	UFRJ

continua

continuação

40	Luiza Jane Eyre de Souza Vieira	Famílias que vivenciaram situações de acidentes e violências	Unifor
41	Marco Aurelio Romano-Silva	Abordagem multidisciplinar do trauma crânio-encefálico	UFMG
42	Maria Cecília de Souza Minayo	Análise diagnóstica das ações de saúde para o atendimento dos acidentes e violência: estudo de cinco capitais brasileiras	Claves
43	Maria de Lourdes Jeffery Contini	Evolução da violência em Campo Grande e sua expressão na morbidade e mortalidade, 2000-2004	UFMS
44	Maria do Rosário de Menezes	Revelando a violência doméstica contra idosos na cidade de Salvador – Bahia	UFBA
45	Marta Julia Marques Lopes	Projeto de pesquisa e desenvolvimento: observatório de causas externas na atenção básica de saúde do Município de Porto Alegre	UFRGS
46	Mauricio da Rocha e Silva	Reposição volêmica inicial do choque pós-traumático com solução salina hipertônica e pentoxifilina	USP
47	Michael Eduardo Reichenheim	Estratégias para identificação, monitoramento e acompanhamento de situações de violência familiar: otimizando a qualidade da informação sobre maus-tratos nos sistemas oficiais de notificação, programas de atenção à saúde e estudos epidemiológicos	Uerj
48	Moab Duarte Acioli	Microanálise da violência no espaço de uma comunidade recifense	Unicap
49	Paulo Roberto Leitão de Vasconcelos	Efeitos de antioxidantes na possível prevenção de lesões pulmonares inflamatórias	UFC
50	Raquel Maria Rigotto	Violência no trabalho: acidentes e humilhação na indústria calçadista do Ceara	UFC
51	Renato Martins Assunção	Sistema de monitoramento e vigilância da violência e acidentes de trânsito	UFMG
52	Ricardo Oliveira Guerra	Desenvolvimento e fabricação de órtese para a proteção da articulação do quadril na população geriátrica	UFRN
53	Ronei Marcos de Moraes	Modelagem e predição de crimes violentos na cidade de João Pessoa por geoestatística	UFPB
54	Rubens Caram Junior	Desenvolvimento de novas ligas de titânio para emprego em implantes ortopédicos	Unicamp

continua

continuação

55	Ruth Minamisava Faria	Vigilância populacional de morbimortalidade por causas externas em crianças e adolescentes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Goiânia	UFG
56	Sandra Regina Gimenez-Paschoal	Ações educativas para prevenção de acidentes infantis: coleta de subsídios, elaboração de estratégias, aplicação e avaliação	Unesp
57	Selma Maffei de Andrade	Acidentes e violências no Paraná: magnitude, tendência, fatores associados, seqüelas e gastos hospitalares	UEL
58	Simone Gonçalves de Assis	A violência familiar produzindo reversos. Problemas de comportamento em crianças escolares de São Gonçalo – RJ	Fiocruz
59	Sônia Beatriz Cimirro Guterres	Avaliação do impacto da implantação do programa Salvar/SAMU-192 na redução das morbimortalidades causadas por trauma de trânsito na região metropolitana de Porto Alegre – RS	ESP/RS
60	Telmo Roberto Strohaecker	Otimização de Próteses Ortopédicas	UFRGS
61	Vilma Pinheiro Gawryszewski	Estudo sobre as vítimas não fatais das causas externas	CIP

Fonte: Dados do Decit/CNPq.

Quadro 4. Resultado do Edital MCT/SCTIE/Decit/MS/CNPq N.º 037/2004.**Seleção Pública de Propostas sobre Sistemas e Políticas de Saúde – Qualidade e Humanização no SUS.**

N.º	Coordenador	Título do Projeto	Instituição
1	Aguida Wichrowski Kopf	Saúde da Família – impacto no modo de atenção e nos indicadores de saúde?	Unijui
2	Alcides Silva de Miranda	Análise dos arranjos decisórios nas comissões intergestores bipartites regionais do Ceará.	Uece
3	Ana Luiza d'Ávila Viana	Regulamentação da oferta de inovações tecnológicas, terapêuticas ou diagnósticas pelas empresas de assistência médica suplementar	Cedec
4	Ana Maria Fontenelle Catrib	Etnoavaliação da atenção a pessoas com enfermidades crônicas no contexto do Programa Saúde da Família de um município de médio porte do Estado do Ceará	Unifor
5	Anna Maria Chiesa	Avaliação da implantação de novos instrumentos para o fortalecimento das ações de promoção do desenvolvimento infantil, na área de atuação do Programa Saúde da Família do Município de São Paulo	Eeusp
6	Aylene Emilia Moraes Bousquat	Avaliação do PSF pela população residente em áreas metropolitanas por meio de instrumento de coleta de dados informatizado	Cedec
7	Claudia Maria de Mattos Penna	Integralidade, Equidade e Resolutividade nas Ações Cotidianas de Gestores e Trabalhadores dos Serviços de Saúde: um estudo de caso na rede hierarquizada de saúde de Belo Horizonte	UFMG
8	Claudia Maria de Rezende Travassos	Avaliação de desempenho em hospitais: a ocorrência de eventos adversos	Fiocruz
9	Eddie Fernando Candido Murta	Utilização de método de biologia molecular para diagnóstico de papilomavírus humano (HPV) no trato genital inferior feminino para prevenção do câncer de colo uterino na Rede SUS	FMTM
10	Edméia de Almeida Cardoso Coelho	Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites e possibilidades na atenção básica	UFBA

continua

continuação

11	Elizabeth Navas Sanches	Organização e trabalho: padrões de comprometimento dos profissionais que atuam no Programa Saúde da Família	Univali
12	Fábio Bruno de Carvalho	Reforma psiquiátrica e seus destinos	PUC-Cam-pinas
13	Helena Juliana Nagy	Impacto da ampliação do acesso das pacientes, encaminhadas de setores de atenção básica de saúde, a histeroscopia ambulatorial sobre o diagnóstico de patologias endometriais e sobre a prevenção e o diagnóstico precoce de câncer endometrial, no HC-UFPE	UFPE
14	Hesio de Albuquerque Cordeiro	Avaliação da estratégia da Saúde da Família em dois municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro	Unesa
15	Idagene Aparecida Cestari	Estudo de custo/efetividade da bolsa centrífuga Incor	Incor
16	João Felício Rodrigues Neto	Medicina complementar e alternativa: conhecimento e utilização da homeopatia pela população da cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais	Unimontes
17	Jorge Luiz Coimbra de Oliveira	Relações intergovernamentais e intersetoriais no Programa Saúde da Família (PSF) em áreas ribeirinhas no Município de Porto Velho	Unir
18	José Roque Junges	A percepção dos profissionais sobre os aspectos éticos do Programa Saúde da Família do Município de Campo Bom	Unisinos
19	Kátia de Freitas Alvarenga	Saúde auditiva infantil no Programa Saúde da Família	USP
20	Kátia Virginia de Oliveira Feliciano	Sentimentos e práticas das equipes de saúde da família em situações de trabalho: condições de possibilidade do <i>burnout</i>	Imip
21	Leny Alves Bomfim Trad	Avaliando a humanização no PSF: no interior das equipes e na relação com os usuários	UFBA
22	Ligia Bahia	Estimativa dos gastos públicos com planos e seguros de saúde: a visibilidade das interfaces entre o público e o privado como ferramenta de regulação	UFRJ
23	Ligia Giovanella	Saúde nas fronteiras: estudo do acesso aos serviços de saúde nas cidades de fronteira com países do Mercosul	Fiocruz

continua

continuação

24	Lislaine Aparecida Fraccolli	A construção da vigilância à saúde no Município de São Paulo: a contribuição da academia	USP
25	Luis Eugenio Portela Fernandes de Souza	Desempenho de hospitais municipais da Bahia: a contribuição da auditoria	UFBA
26	Marcos Pereira Estellita Lins	Uso da análise envoltória de dados para avaliação dos hospitais de ensino	UFRJ
27	Margareth Crisostomo Portela	Construindo estratégias e avaliando a implementação de diretrizes clínicas no SUS	Fiocruz
28	Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi	A dinâmica dos gastos privados com saúde e renúncia fiscal nos anos 2000	UFRJ
29	Maria Lúcia Gurgel da Costa	Atenção humanizada à saúde do envelhecer	UFPE
30	Maria Lúcia Magalhães Bosi	Integralidade e humanização na estratégia saúde da família – análise comparativa inter-regional	UFRJ
31	Marilyn Kay Nations	Hospital humano: etnoavaliação do cuidado centrado nos sentidos, significados e experiência vivida do paciente	Unifor
32	Mônica de Castro Maia Senna	Implementação da integralidade na organização dos sistemas municipais de saúde: um estudo na região metropolitana do Rio de Janeiro	UFF
33	Paulo Eduardo Mangeon Elias	A regionalização no SUS: a dinâmica socioespacial e política brasileira	Cedec
34	Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque	Redes sociais e saúde	UFPE
35	Regina Melchior	Reorganização das práticas sanitárias no sistema municipal de saúde: a estratégia de saúde da família – um retrato do processo	UEL

continua

continuação

36	Ricardo Rodrigues Teixeira	Acolhimento e rede de conversações: o desempenho dos serviços de saúde da perspectiva da inteligência coletiva (relação entre capital social, cultural e tecnológico)	USP
37	Rita Goreti Amaral	Comparação de três métodos de controle interno da qualidade dos exames citopatológicos no rastreamento do câncer do colo do útero	UFG
38	Roseli Esquerdo Lopes	Ações básicas de saúde e a construção do SUS: cidadania, direitos e políticas públicas	UFSCar
39	Ruth Terezinha Kehrig	Gestão da mudança do modelo de atenção à saúde – a via da integralidade: da primeira à segunda gestão do governo popular no Município de Blumenau, 2001-2004	Unoesc
40	Sebastião Antonio Loureiro de Souza e Silva	O processo de regionalização da assistência à saúde no Estado da Bahia: avaliação da assistência de média e alta complexidade na microrregião sanitária de Paulo Afonso segundo critérios de equidade e qualidade	UFBA
41	Severina Alice da Costa Uchoa	Inovação ou marginalidade: o olhar das novas formas de cuidado na perspectiva da integralidade em saúde	UFRN
42	Silvana Maria Sobral Griz	Saúde auditiva da prevenção a intervenção	Unicap
43	Silvio da Silva Caldas Neto	Equidade e resolutividade na oferta de procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade, em serviços de saúde auditiva – Brasil, 2000-2005	UFPE
44	Vera Lúcia Israel	Impacto do processo de reinserção social do indivíduo vítima de trauma cranioencefálico moderado e grave	PUC-PR
45	Zélia Maria Profeta da Luz	Desenvolvimento e avaliação de programa de capacitação de profissionais de saúde referência multiplicadora da informação em leishmaniose visceral: nova abordagem para o controle da doença	Fiocruz

Fonte: Dados do Decit/CNPq.

Quadro 5. Resultado do Edital MCT/SCTIE/Decit/MS/CNPq N.º 036/2004.**Seleção Pública de Propostas sobre Mortalidade Materna e Morbimortalidade Neonatal.**

N.º	Coordenador	Título do Projeto	Instituição
1	Álvaro Jorge Madeiro Leite	Tendências e diferenciais na saúde perinatal no Município de Fortaleza – CE: comparação entre 1995 e 2005	UFC
2	Ana Bernarda Ludermir	Violência na gravidez: determinantes e conseqüências para a saúde reprodutiva, saúde mental e resultados perinatais	UFPE
3	Anibal Eusébio Faúndes-Latham	Aborto induzido: opinião e conduta de magistrados brasileiros	UNICAMP
4	Antônio Augusto Moura da Silva	Baixo peso ao nascer nas capitais brasileiras: magnitude, tendências e relação com a oferta de serviços especializados de atenção ao recém-nascido e com a mortalidade neonatal e fetal	UFMA
5	Aylene Emilia Moraes Bousquat	Caracterização da mortalidade neonatal e perinatal na região metropolitana da Baixada Santista	Unisantos
6	Bertha Cruz Enders	O modelo enfermagem obstétrica midwifery em natal – RN: Uma avaliação de impacto nos contextos de sua implantação	UFRN
7	Carmem Lucia Pessoa da Silva	Vigilância de infecções hospitalares em unidades de terapia intensiva neonatal da rede assistencial do Município do Rio de Janeiro: perfil epidemiológico e resistência antimicrobiana	UFRJ
8	Cecília Anne McCallum	Mortalidade materna entre os povos indígenas do estado da Bahia: diagnóstico da situação	UFBA
9	Cristina Barroso Hofer	Avaliação dos fatores associados ao período neonatal com influência sobre a morbimortalidade em crianças infectadas com o vírus da imunodeficiência humana	UFRJ
10	Eliana Martorano Amaral Freitas da Silva	Desempenho de morbidade materna severa e morte perinatal como indicadores para a melhoria da saúde perinatal no Brasil	Unicamp
11	Elisabeth Barboza França	Mortalidade perinatal e infantil em Minas Gerais: avaliação da qualidade da informação para monitoramento da mortalidade e da assistência ao parto	UFMG

continua

continuação

12	George Dantas de Azevedo	Análise da distribuição espacial da mortalidade materna em relação aos indicadores de desenvolvimento humano, como subsidio para elaboração de políticas públicas visando à redução das mortes maternas no Rio Grande do Norte	BPSM
13	Ieda Maria Orioli	Epidemiologia molecular das malformações congênitas	UFRJ
14	Israel Roisenberg	Fatores de risco genéticos e ambientais em pacientes com hipertensão gestacional	UFRGS
15	Jose Artur Bogo Chies	Avaliação de alterações no sistema imunológico em gestantes – análise do envolvimento de células CD4+CD25+ e de um balanço Th1/Th2 no sucesso gestacional	UFRGS
16	José Eulálio Cabral Filho	Amamentação e desenvolvimento neuropsicomotor em lactentes baixo peso e pré-termos: um estudo de coorte	IMIP
17	Jurandir Nadal	Asfixia perinatal e auto-regulação do fluxo sanguíneo Cerebral de recém-nascidos	PEB
18	Marcelo Alves Soares	Transmissibilidade materno-infantil do HIV-1 dos subtipos B e C na Região Sul do Brasil: fatores preditivos e momento da transmissão vertical	UFRJ
19	Márcia Furquim de Almeida	Fatores de risco da mortalidade neonatal na região sul do Município de São Paulo	USP
20	Marco Aurélio Romano-Silva	Investigação clínica e molecular da depressão pós-parto	UFMG
21	Maria da Conceição Nascimento Costa	Transmissão vertical do HIV e Sífilis: o papel da assistência pré-natal	UFBA
22	Maria das Graças Tavares do Carmo	Ácidos graxos trans em gestantes adolescentes e suas conseqüências para saúde materno-infantil	UFRJ
23	Maria de Fátima Marinho de Souza	Estudo da mortalidade materna na região de saúde de Cuiabá – MT	Unic
24	Maria Elisabeth Lopes Moreira	Crescimento, desenvolvimento neuropsicomotor e composição corporal de prematuros: influência da IGF1, IGFBP3 e insulina, variáveis perinatais e nutricionais	IFF
25	Maria Tereza Serrano Barbosa	A morbimortalidade neonatal e materna no Rio de Janeiro: analisando a assistência e o acesso segundo fluxos, redes e territórios	Unirio

continua

continuação

26	Maria Yolanda Makuch	Melhoria do atendimento humanizado ao parto e nascimento em um Hospital Regional – Capacitação e avaliação dos resultados	Unicamp
27	Mirlene Cecília Soares P Cernach	Aplicação e avaliação de um protocolo de investigação de recém-nascidos vivos portadores de anomalias congênitas visando à prevenção	Unifesp
28	Regina Célia de Menezes Succi	Avaliação de programas de pré-natal no Município de São Paulo focalizando o sistema de referência e contra-referência e os agravos: sífilis, HIV, Hepatite B e Hepatite C	Unifesp
29	Renato Soibelman Procyanoy	Associação entre níveis plasmáticos de Interleucina-6, Interleucina-8 e TNF-alfa, leucomalacia periventricular e paralisia cerebral	HCPA
30	Ricardo Halpern	Fatores de risco para atraso no desenvolvimento da linguagem em crianças de até seis meses em Lajeado – RS	Ulbra
31	Roberto Dimenstein	Efeito do processamento do leite humano sobre os níveis de retinol do leite de parturientes a termo e pré-termo	UFRN
32	Russell Parry Scott	Mortalidade neonatal e infantil: representações e riscos para adolescentes e adultos no Recife	UFPE
33	Ruy Laurenti	Magnitude da mortalidade materna: características e alguns de seus determinantes	USP
34	Silvia Lúcia Ferreira	Características dos processos de trabalho em instituições do SUS, na atenção ao ciclo gravídico-puerperal: implicações para a mortalidade materna	UFBA
35	Silvia Wanick Sarinho	Aceitação, confiabilidade e validade de uma medida de satisfação da mulher e profissional de saúde com a atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso – Método Mãe Canguru: desenvolvimento de questionário para inquérito de usuário e provedor	UFPE
36	Sonia Bechara Coutinho	Fatores de risco para mortalidade neonatal em uma coorte de nascidos vivos com baixo peso residentes no Recife, 2001-2003	UFPE
37	Sonia Isoyama Venâncio	Organização de Comitês de Investigação do Óbito Infantil: uma estratégia para a redução da mortalidade infantil no Estado de São Paulo?	ISSP
38	Telma Elisa Carraro	Opinião das mulheres puérperas sobre os métodos utilizados para seu cuidado e conforto no trabalho de parto e parto	UFSC
39	Thália Velho Barreto de Araújo	Aborto e Violência de Gênero	UFPE

continua

continuação

40	Valdinar Sousa Ribeiro	Mortalidade neonatal em algumas cidades do estado do Maranhão	Ufma
41	Zélia Maria de Sousa Araújo Santos	Assistência pré-natal na prevenção e/ou controle dos fatores de risco da doença hipertensiva específica da gravidez – análise fundamentada na educação em saúde	Unifor

Fonte: Dados do Decit/CNPq.

Quadro 6. Resultado do Edital MCT/SCTIE/Decit/MS/CNPq n.º 038/2004.**Seleção Pública de Propostas sobre Saúde Bucal.**

N.º	Coordenador	Título do Projeto	Instituição
1	Alfredo Maurício Batista de Paula	Avaliação epidemiológica das lesões de mucosa bucal no município de Grão Mogol – Minas Gerais	UEMC
2	Allyson Nogueira Moreira	Saúde bucal dos idosos residentes em instituições de longa permanência de Belo Horizonte: um inquérito epidemiológico e uma busca por significados	UFMG
3	Carlos Botazzo	Observatório de Saúde Bucal Coletiva da DIR V (Osasco)	ISSP
4	Cassius Carvalho Torres-Pereira	Telediagnóstico de lesões bucais	UFPR
5	Efigênia Ferreira e Ferreira	Estratégias para o empoderamento comunitário em escolas promotoras de saúde	UFMG
6	Fabio Correia Sampaio	Fluoretação de águas na Paraíba: mapeamento e implantação de um sistema de vigilância sanitária	UFPB
7	Fernando Molinos Pires Filho	Vigilância da saúde: um método de intervenção para aplicação na atenção à saúde bucal em grupos socialmente excluídos	UFRGS
8	Francisco Augusto Burkert Del Pino	Monitoração dos níveis de flúor nas águas de abastecimento público e águas minerais comerciais em algumas cidades do Rio Grande do Sul	UFPEL
9	Gerly Anne de Castro Brito	Estudo das doenças inflamatórias do sistema estomatognático: periodontite, mucosite, artrite temporomandibular e dor orofacial crônica em modelos experimentais e em humanos	UFC

continua

continuação

10	Hébel Cavalcanti Galvão	Risco ocupacional na odontologia: a contaminação pelos vírus da hepatite B (HBC), hepatite C (HVC) e da Imunodeficiência adquirida (HIV)	UFRN
11	Ieda Maria Orioli	Rearranjos genômicos como fatores de risco genético para ocorrência de fissura lábio palatal	UFRJ
12	Isabela Almeida Pordeus	Prevalência da infecção pelo vírus da hepatite C e dos fatores de risco para aquisição de hepatites virais em cirurgiões-dentistas de Belo Horizonte	UFMG
13	João Francisco de Abreu	Mapeando as condições de saúde bucal e de vida da população do Município de Belo Horizonte: 1998-2001	PUC MG
14	Julio Baldisserotto	Condição de saúde bucal e qualidade de vida em pacientes com câncer de cabeça e pescoço atendidos no SUS	HNSC
15	Jurema Freire Lisboa de Castro	Uso preventivo e terapêutico do laser de baixa potência sobre as conseqüências radioterápicas e quimioterápicas em pacientes portadores de câncer de cabeça e pescoço	UFPE
16	Lélia Maria Guedes Queiroz	Nível de conhecimento da população, dos odontólogos e estudantes de odontologia em relação ao câncer oral e instituição de atitudes preventivas na saúde pública	UFRN
17	Luís Marcelo Aranha Camargo	Levantamento epidemiológico e avaliação de programa em saúde bucal de população em região rural ribeirinha do Baixo Rio Machado, Estado de Rondônia	USP
18	Marco Aurélio de Anselmo Peres	Condições socioeconômicas, comportamentais e de acesso a serviços e seus impactos na saúde bucal e qualidade de vida: um estudo longitudinal em uma coorte de nascidos vivos no Sul do Brasil	UFPEL
19	Maria Cristina Teixeira Cangussu	Contexto familiar e condições de saúde bucal	UFBA
20	Maria Ercília de Araújo	Construção de indicadores de saúde bucal a serem utilizados por municípios da região da Direção Regional de Saúde (DIR) V – Osasco da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo	USP
21	Marília Afonso Rabelo Buzalaf	Implantação do heterocontrole da fluoretação de água de abastecimento público no Município de Bauru-SP	USP
22	Mariluce Paes de Souza	Fatores de risco à saúde bucal na Vila Princesa: comunidade catadora de lixo urbano em Porto Velho	UNIR
23	Marisa Maltz	Preservação dentária por meio do tratamento alternativo de lesões profundas de cárie baseado em evidências biológicas	UFRGS

continua

continuação

24	Paulo Capel Narvai	Efetividade de procedimentos coletivos em saúde bucal: cárie dentária em adolescentes de Embu – SP, 2005	USP
25	Paulo Nadanovsky	Mau hálito está associado a problemas gástricos?	UERJ
26	Shirley Suely Soares Veras Maciel	Correlações entre o uso de prótese dentária e a prevalência de lesões bucais na população do agreste de Pernambuco	SCES
27	Simone Tetu Moyses	Epidemiologia do trauma dentário em Curitiba – PR	PUC-PR
28	Vera Cavalcanti de Araújo	Queilite actínica: prevalência, diagnóstico e tratamento preventivo-educativo; expressão de stat-3 e fosfo-stat-3 e estudo molecular do gene p53	SLMANDIC

Fonte: Dados do Decit/CNPq.

Quadro 7. Resultado do Edital MCT/SCTIE/Decit/MS/CNPq N.º 039/2004.**Seleção Pública de Propostas de Pesquisa Sobre Hantavirose e Outras Viroses Causadas por Vírus de RNA Encapsulado.**

N.º	Nome	Título do Projeto	Instituição
1	Ajax Mercês Atta	Investigação da ocorrência de auto-anticorpos em pacientes portadores de hepatite viral C crônica	UFBA
2	Benedito Antônio Lopes da Fonseca	Utilização de análise molecular e metodologias clássicas aplicadas ao estudo dos arbovírus para monitoramento e vigilância epidemiológica do vírus West Nile (WNV) no Estado de São Paulo	USP
3	Bergmann Morais Ribeiro	Produção da proteína do envelope do vírus da febre amarela em células de inseto	UnB
4	Claudia Nunes Duarte dos Santos	Caracterização molecular de hantavírus: identificação de marcadores moleculares de virulência e geração de insumos para o diagnóstico e prevenção de HPS	IBMP
5	Cecília Luiza Simões dos Santos	Caracterização molecular e análise filogenética dos hantavírus e arenavírus de ocorrência em resíduos de ecossistema de Mata Atlântica no Estado de São Paulo.	IAL
6	Davis Fernandes Ferreira	Infecção persistente dos vírus Mayaro e Oropouche em células de vertebrado e de mosquito	UFRJ
7	Denise Maria Wanderlei Silva	Genotipagem molecular e estudo epidemiológico do vírus da hepatite C em portadores do anticorpo anti-HCV em Pernambuco e Alagoas	UFAL
8	Dennis Armando Bertolini	Identificação de mutações que conferem resistência à vacina e a gamaglobulina hiperimune para a hepatite B na região sudoeste do Estado do Paraná, Brasil	UEM
9	Edson Rondinelli	Hepatite Crônica C – avaliação da resposta viral ao tratamento pelo método do PCR real time. Importância da diversidade genética do HCV e do polimorfismo HLA e da IL-10 no diagnóstico, prognósticos, tratamento e no custo para o sistema de saúde	UFRJ
10	Elba Regina Sampaio de Lemos	Deteção e caracterização de hantavírus em roedores silvestres capturados em áreas de ocorrência da síndrome pulmonar por hantavírus e em áreas sem relato de casos no Brasil	Fiocruz
11	Irmtraut Araci Hoffmann Pfrimer	Desenvolvimento de métodos diagnóstico para HCV baseados em nanotecnologia e tecnologias convencionais	UCG

continua

continuação

12	John Payne Woodall	Vírus de febre de nilo ocidental: diagnóstico rápido no campo por rt-pcr <i>real-time</i>	UFRJ
13	José Luiz Caldas Wolff	Expressão da nucleoproteína do hantavírus em baculovírus visando à sua utilização como antígeno em testes diagnósticos	UMC
14	Jose Tavares-Neto	Epidemiologia molecular do vírus da hepatite C em indivíduos de risco na cidade de Rio Branco – AC	UFBA
15	José Telmo Valença Júnior	Estudo histopatológico da esteatose na hepatite crônica pelo vírus C	UFC
16	Luiz Tadeu Moraes Figueiredo	Estudos sobre hantavírus e hantavirose em Ribeirão Preto – SP	USP
17	Marcelo de Macedo Brigido	Produção de antígenos recombinantes de hantavírus: caracterização molecular e elaboração de <i>kits</i> de diagnóstico	UnB
18	Márcia Terezinha Baroni de Moraes e Souza	Padronização de metodologias para expressão e purificação da nucleoproteína do vírus do sarampo em sistema de baculovirus: aplicação no diagnóstico	Fiocruz
19	Maria Rita de Camargo Donalizio	Uso e ocupação do solo associados a hantavirose em regiões de risco no Estado de São Paulo	Unicamp
20	Marilda Agudo Mendonça Teixeira de Siqueira	Sarampo na era da erradicação: perfil molecular, detecção de susceptíveis e de formas atenuadas da doença	Fiocruz
21	Marise Sobreira Bezerra da Silva	Inquérito sorológico e epidemiológico de hantavirose no Nordeste do Brasil	Fiocruz
22	Maurício Lacerda Nogueira	Diagnóstico e tipagem molecular de casos atípicos de febre amarela	Famerp
23	Mitermayer Galvão dos Reis	Epidemiologia molecular dos vírus B e C da hepatite das regiões Norte e Nordeste do Brasil	Fiocruz
24	Nilo Ikuta	Desenvolvimento de <i>real time</i> PCR para detecção, quantificação e genotipagem das hepatites virais B e C	Ulbra

continua

continuação

25	Paulo César Peregrino Ferreira	Caracterização molecular e biológica de Bunyavírus isolados no Brasil	UFMG
26	Pedro Fernando da Costa Vasconcelos	Febre amarela: caracterização genética de cepas brasileiras, correlação de evolução clínica e ocorrência de circulação enzootica e epizootica num período de 50 anos	IEC
27	Regina Maria Bringel Martins	Epidemiologia molecular da infecção pelo vírus da hepatite C em usuários de drogas ilícitas: uma investigação multicêntrica no Brasil Central	UFG
28	Weber Cheli Batista	Produção de anticorpos monoclonais pela técnica de phage display para elaboração de método rápido para diagnóstico de febre amarela	Ipepatro
29	Wornei Silva Miranda Braga	Hantavirose no Amazonas: estudo epidemiológico e virológico	FMTAM

Fonte: Dados do Decit/CNPq.

3.2 - PROJETOS DEMANDA INDUZIDA Cooperação MS/MCT/CNPq

Quadro 8. Projetos Apoiados Por Meio de Demanda Induzida – Cooperação MS/MCT/CNPq.

N.º	Coordenador	PROJETOS CNPq	INSTITUIÇÃO
1	Denise Cavalcanti	Monitorização dos defeitos congênitos por meio da adequação do uso do campo 34 da declaração de nascidos vivos nos municípios de Campinas, São Paulo e Ribeirão Preto para avaliar o impacto da fortificação das farinhas de trigo e milho com o ácido fólico	Unicamp Unifesp USP
2	Elenice Deffune	Obtenção, validação e produção de anticorpos monoclonais de uso médico, ACMMBOT	Hemocentro Botucatu UNESP

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

1 - Monitorização dos Defeitos Congênitos Por Meio da Adequação do Uso do Campo 34 da Declaração de Nascidos Vivos nos Municípios de Campinas, São Paulo e Ribeirão Preto para Avaliar o Impacto da Fortificação das Farinhas de Trigo e Milho com o Ácido Fólico

Objetivo

Avaliar o impacto da fortificação das farinhas de trigo e milho por meio da monitorização dos defeitos congênitos utilizando o campo 34 das declarações de nascidos vivos em três municípios paulistas.

Estratégia

O estudo será realizado nos municípios de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto. Os pesquisadores entrarão em contato com o representante da secretarias de saúde local, com as maternidades para verificar como estão sendo preenchidas as DNVs e, em especial, quem preenche o campo 34.

O assessoramento às maternidades nos três municípios far-se-á sob a orientação de cada um dos pesquisadores envolvidos no projeto. Haverá um contato permanente com os responsáveis pelo preenchimento do campo 34 em cada hospital, esclarecendo e tirando dúvidas. A monitoração das malformações será feita comparando-se as freqüências observadas e esperadas.

2 - Obtenção, Validação e Produção de Anticorpos Monoclonais de Uso Médico

Objetivo

Mudança de escala dos produtos já obtidos, para escala semi-industrial (tipagem sangüínea ABO direta e reversa, mini painéis de hemáceas para pesquisa de anticorpos irregulares, soluções potencializadoras das reações imunohematológicas (BFI e papaína); obtenção de AcMm anti-CD4, CD8,CD20 para uso de citometria de fluxo; validação de AcMm para uso de diagnóstico hemoterápico ou imunologia aplicada; registro e/ou patente dos 21 anticorpos já obtidos para distribuição regional em locais de prioridade técnica definida pelo Ministério da Saúde.

Estratégia

- Obtenção de clones secretores de atividade dirigida contra antígenos tais como: CD4, CD8, CD20 e CD45;
- Obtenção e caracterização de antioligofrenina;
- Obtenção e caracterização de AcMm dirigidos contra antígenos plaquetários humanos;
- Obtenção e caracterização de AcMm dirigidos contra Fatos de Von Willebrand humano;

- Validação de clones secretores de atividades contra CD4, CD8, CD20 e CD45;
- Validação de antioligofrenina para uso imunohistoquímico;
- Constituição de um banco virtual de doadores público negativos utilizando AcMm dirigido contra antígenos de alta frequência na população brasileira;
- Validação do uso de AcMm anti pdf para dosagem imunoenzimática e testes rápidos de detecção de produtos de degradação da fibrina;
- Patente e/ou registro de cones secretores: anti-A, anti-B, anti-AB para tipagem sanguínea, além dos demais que tiverem validação.

3.3 - PROJETOS FINANCIADOS ATRAVÉS DO CONVÊNIO MS/MCT FINEP

No ano de 2004, foram colocados à disposição dos pesquisadores em saúde R\$ 29 milhões do orçamento do Decit/MS para serem executados por meio da Finep, segundo as prioridades estabelecidas na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa.

Quadro 9. Projetos Financiados por meio do Convênio MS/MCT – Finep.

N.º	Coordenador	Título do Projeto	Instituição
1	Cleber Deperon Giogetti	Marcapasso brasileiro	Genius Instituto de Tecnologia
2	Vera Lúcia Garcia Rehder	Solamento e identificação de compostos ativos de psidium guajava, vitis vinifera e bixa orellana	Unicamp
3	Rubem Dutra Ribeiro Fagundes	Desenvolvimento do protótipo industrial de desfibrilador externo automático	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas
4	Akira Homma	Inovacina	Fiocruz
5	Renato Rau		Tecpar
6	Hisako Gondo Higashi		Instituto Butantan
7	Manoel Odorico de Moraes Filho	Expansão do centro de p&d medicamentos da UFC	UFC

continua

continuação

8	Diógenes Santiago Santos	Aplicação de complexos de metais de transição para tratamento de tuberculose	PUC/RS
9	Maria Lúcia Rosa Rossetti	Desenvolvimento e validação de novos métodos de diagnóstico para Tb e hepatite C	FEPPS
10	Akira Homma	Desenvolvimento de metodologia (nat) para HIV e HCV	Fiocruz/ UFRJ
11	Dimas Tadeu Covas	Rede de clonagem e expressão de fatores de coagulação – desenvolvimento de fator VIII e IX da coagulação sanguínea	USP
12			USP
13			FUBRA
14	Francisco Eduardo Campos	Estudo diagnóstico da situação dos CTIS no Brasil	UFMG
15	Paulo Lotufo	Desenvolvimento do protocolo de estudo longitudinal de saúde do adulto no Brasil	USP
16	Antônio Carlos Campos de Carvalho	Coordenação do EMRTCC	Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras
17		EMRTCC – dilatada	Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras
18		EMRTCC – infarto agudo do miocárdio	UFRJ
19		EMRTCC – miocárdio isquêmica	USP
20		EMRTCC – cardiopatia chagásica	Hospital Santa Isabel
21	Álvaro Atallah	Estudos de revisões sistemáticas em avaliação de tecnologias em saúde	Unifesp
22	Marcelo Knôrich Zuffo	Rede piloto de tele saúde em oncologia fase II	Inca
23	Onésimo Ázara Pereira	Curso de capacitação em qualificação de fornecedores de insumos farmacêuticos	Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

1 - Marcapasso Brasileiro

Objetivo

Desenvolvimento em circuito integrado de baixo consumo e alta confiabilidade das funções digitais de marcapasso implantáveis.

Estratégias

Estudos exploratórios e capacitação de *software* e *hardware* e construção de circuitos integrados.

2 - Isolamento e Identificação de Compostos Ativos de *Psidium Gjava*, *Vitis Vinifera* e *Bixa Orellana*

Objetivo

Isolamento e identificação estrutural de compostos ativos presentes nas folhas de *Psidium guajava*, *Vitis vinifera* e *Bixa orellana*.

Estratégias

Extração, fracionamento e purificação de extratos naturais.

3 - Desenvolvimento do Protótipo Industrial de Desfibrilador Externo Automático

Objetivo

Confecção do protótipo de um desfibrilador externo automático.

Estratégias

Montagem e testes da fonte de alimentação, circuito e cargas de baterias e unidade de choque bifásico.

4 - Projeto Inovacinas – Programa Nacional de Competitividade em Vacinas

Objetivo

Fomento, via Finep, ao projeto Inovacinas (Programa Nacional de Competitividade em Vacinas), visando à produção de seis vacinas prioritárias constantes no quadro abaixo, mediante uma parceria estratégica entre os laboratórios oficiais: Instituto Butantan (SP), Bio-Manguinhos (Fiocruz/RJ), Instituto de Tecnologia do Paraná (TE-CPAR/PR) e Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz (Fiocruz/BA).

Quadro 10. Vacinas Prioritárias e Laboratórios Produtores.

Vacina	Laboratório(s) produtor (es)
Pentavalente (difteria, coqueluche, tétano, hepatite B e <i>Haemofilus Influenzae</i>)	Bio-Manguinhos e Butantan
Raiva Humana	TECPAR e Butantan
Raiva Canina	TECPAR
Meningites B e C	Bio-Manguinhos
Hepatite A	Bio-Manguinhos
Leishmaniose Canina	Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz

Fonte: Decit/Finep.

Estratégias

- Desenvolvimento e combinação da vacina pentavalente;
- Substituição da vacina pertussis tradicional por uma pertussis com baixo teor de LPS para composição das vacinas quádrupla (DTP Hib) e pentavalente (DTP – Hep B – Hib);
- Ensaios clínicos da Vacina Tríplice com componente pertussis aprimorado e após adicionado de hepatite;
- Ensaios clínicos das vacinas contra as meningites meningocócicas, sorogrupos b e c;
- Desenvolvimento da vacina contra hepatite A, em paralelo com estudos epidemiológicos;
- Avaliação em Fase I da vacina contra leishmaniose canina, e de imunoproteção em cães em cativeiro;
- Transposição da tecnologia de produção da vacina anti-rábica da tecnologia de cérebro de camundongo lactante para a de cultivo celular;
- Produção de uma vacina contra Raiva menos reatogênica e com boa resposta imunogênica.

5 - Expansão do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura

Objetivo

Expandir, na Universidade Federal do Ceará, infra-estrutura física de um centro multidisciplinar que, por meio da integração com o Ministério da Saúde e as indústrias farmacêuticas, promoverá o estudo científico e tecnológico de medicamentos.

Estratégia

Consolidar um pólo acadêmico e científico de excelência para desenvolvimento de estudos físicos, químicos, biológicos, toxicológicos, farmacotécnicos, farmacológicos e de ensaios clínicos no desenvolvimento de medicamentos, fitoterápicos e novas moléculas com potencial terapêutico e/ou diagnóstico.

6 - Aplicação de Complexos de Metais de Transição para Tratamento de Tuberculose

Objetivo

Desenvolver complexos inorgânicos destinados ao tratamento de tuberculose humana resistente à isoniazida. Uso de compostos de metais de transição de ferro para quimioterapia anti-microbiana de humanos ou espécies animais acometidas de infecção por micobactérias patogênicas, onde os micróbios patogênicos consistem das espécies do gênero *Mycobacterium* e em especial o complexo MTb.

Estratégia

Escalonamento de produção das drogas; estudos cinéticos do tipo “pré Steady State”; estudos espectroscópicos; modelagem molecular; ensaios *in vitro* para avaliação da atividade anti-*Mycobacterium tuberculosis*.

7 - Novos Métodos Diagnósticos para Tuberculose e Hepatite C

Objetivo

Aperfeiçoar um *kit* para o diagnóstico molecular de Tuberculose; avaliar a eficácia e validar interlaboratorialmente; desenvolver e avaliar a eficácia de *kits* para o diagnóstico molecular de Tuberculose resistente e para a hepatite C.

Estratégias

- Aperfeiçoar um protótipo de *kit* para diagnóstico de tuberculose a partir de um sistema molecular já desenvolvido na FEPPS e utilizado na rotina da Lacen/RS;
- Produção do protótipo como piloto para registro junto a Anvisa;
- Implementação e validação interlaboratorial desse protótipo (novo método de diagnóstico) em laboratórios da Rede-Tb (fase II-A: acurácia: fase II-B: validação interlaboratorial);
- Desenvolvimento e padronização de novos métodos de diagnóstico molecular para tuberculose resistente e hepatite C (fase I, fase II-A, fase II-B);
- Estudo clínico-laboratorial e de custo efetividade em pacientes atendidos em no mínimo duas diferentes regiões do Brasil. (fase III e IV).

8 - Desenvolvimento de Metodologias (NAT) para Detecção de Ácido Nucléico de HIV e HCV para ser Utilizada em Serviços de Hemoterapia do País

Objetivo

Desenvolver de uma metodologia alternativa às já disponíveis no mercado para NAT Multiplex HIV/HCV. O projeto visa a apresentar um produto de Bio-Manguinhos, fabricado em condições GMP, a ser utilizado pela Hemorrede oficial do País em cumprimento a Portaria Ministerial n.º 79/GM, de 31 de janeiro de 2003, em seu art. 1.º

Determina a implantação, no âmbito da Hemorrede Nacional, nos serviços de hemoterapia públicos, filantrópicos, privados contratados pelo SUS, e exclusivamente privados, da realização de testes de amplificação e de detecção de ácidos nucleicos (NAT), para HIV e pra HCV, nas amostras de sangue de doadores.

Criação de um núcleo de profissionais de excelência no campo da Biologia Molecular e em tecnologia de desenvolvimento de produtos dotado de auto-suficiência nesta área e com o objetivo de concentrar conhecimento científico e possibilitar uma significativa redução nos custos de manutenção de tal tecnologia (NAT Multiplex) na hemorrede brasileira.

Estratégia

O projeto reúne três centros de excelência (Instituto de Tecnologia em Imunológicos – Bio-Manguinhos/ Fiocruz, Instituto de Biologia Molecular do Paraná/ PR, Laboratório de Virologia Molecular Animal/ UFRJ, Gerência Geral de Sangue, Outros Tecidos, Células e Órgãos/Anvisa).

9 - Rede de Clonagem e Expressão de Fatores de Coagulação

Objetivo

Fomentar a pesquisa da Rede de Clonagem e Expressão de Fatores de Coagulação, visando à clonagem, à expressão e à quantificação da atividade coagulante dos fatores VIII e IX, além do desenvolvimento de vetores.

Estratégias

Desenvolvimento dos processos de isolamento, clonagem e expressão dos fatores VIII e IX da coagulação, na forma recombinante, em sistemas celulares de mamíferos e insetos, com o objetivo de obtenção de proteínas funcionais para uso terapêutico.

10 - Projeto Estudo Diagnóstico da Situação dos Centros de Terapia Intensiva no Brasil

Objetivo

O estudo visa à formulação de estratégias para ampliar o acesso, reduzir custos e melhorar a qualidade da assistência prestada à população em termos de terapia intensiva no SUS.

Estratégia

Será feito um levantamento de dados do SUS – disponibilidades de CTI, n.º de leitos de CTI; especialidades, n.º de internações realizadas e pacientes-dia em terapia intensiva, de procedimentos invasivos e/ou cirúrgicos determinados, de acordo com características regionais e outras características da população de referência, a partir de seleção de amostra aleatória, porém significativa, respeitando as características regionais e demográficas principais, mediante elaboração prévia de questionários padronizados e roteiros de inspeção e verificação *in loco*, para aplicação nas unidades selecionadas. Organização de entrevistas com direção das instituições, diretor clínico, coordenadores das clínicas, enfermagem, médicos, enfermeiros e auxiliares dos CTI. Consolidação de dados e análises, inclusive estatísticas.

11 - Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA)

Objetivo

Primeira coorte brasileira multicêntrica de longa duração, com o objetivo de estimar a incidência de diabetes e de doenças cardiovasculares e de suas complicações em população adulta brasileira; caracterizar e investigar fatores biológicos, comportamentais, ambientais, ocupacionais, psíquicos e sociais associados a essas doenças e às complicações decorrentes; descrever a evolução temporal desses fatores e sua

repercussão na história natural dessas doenças e investigar os fatores modificadores das associações entre os fatores acima mencionados e as doenças em estudo.

Estratégia

Estabelecimento de centros investigadores em universidades públicas com a incorporação voluntária de participantes, para formação de núcleo comum de variáveis em estudos relacionados à dieta, aos exercícios físicos, às relações de trabalho, aos sintomas e às doenças psiquiátricas comuns; para desfechos clínicos com estabelecimento de comitê independente de certificação; para banco de dados centralizado comum a todos os centros investigadores.

12 - Estudo Multicêntrico Randomizado de Terapia Celular em Cardiopatias – EMRTCC

Objetivo

Realizar ensaio clínico multicêntrico randomizado de terapia celular em cardiopatias: modalidades de cardiopatia chagásica, dilatada, doença isquêmica, doença isquêmica crônica do coração e infarto agudo do miocárdio, com a finalidade de futura incorporação ao SUS.

Estratégia

Ensaio clínico multicêntrico randomizado duplo cego, com a hipótese de que o grupo dos pacientes que receberam o implante autólogo de células-tronco da medula óssea terão, ao final de seis meses de acompanhamento, um aumento absoluto de 5% na fração de ejeção em média, em relação ao grupo controle. Do total de 1.200 pacientes, 300 pacientes por modalidade de cardiopatia em estudo serão divididos aleatoriamente em dois grupos: o grupo 1 continuará recebendo o tratamento medicamentoso definido como adequado e o grupo 2 receberá, além do tratamento medicamentoso adequado, o implante autólogo de células-tronco derivadas de aspirado da medula óssea. Os pacientes serão submetidos a posteriores visitas de acompanhamento, com periodicidade de 30 dias, até o fim do acompanhamento para o estudo (D390 para IAM e D420-427 para as demais cardiopatias).

13 - PROJETO REVISÕES SISTEMÁTICAS DE AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE

Objetivo

Oferecer evidências científicas como base para decisões sobre incorporação de tecnologias em saúde na tabela do SUS. Sistematização do uso racional de tecnologias em saúde, visando a uma melhor alocação dos recursos.

Estratégias

Estudos de revisão sistemática em temas selecionados. As revisões sistemáticas serão feitas pelo Centro Cochrane do Brasil, a parceria produzirá 17 revisões sistemáticas completas e 16 atualizações de revisões sistemáticas. Além disso, serão realizados dois cursos de capacitação em revisão sistemática e medicina baseada em evidências para funcionários do MS.

14 - Rede Piloto de Telesaúde em Oncologia Fase II**Objetivo**

Continuidade e ampliação do projeto Onconet com apoio institucional do Inca.

Estratégias

Ampliação prioritariamente para hospitais das regiões Norte e Nordeste.

15 - Curso de Capacitação em Qualificação de Fornecedores de Insumos Farmacêuticos**Objetivo**

Capacitar técnicos dos laboratórios farmacêuticos oficiais do Brasil e técnicos dos laboratórios associados da Abiquif, em auditoria de qualificação de fornecedores de insumos farmacêuticos.

Estratégias

- Elaboração do curso de capacitação de auditores em qualificação de fornecedores de insumos farmacêuticos;
- Criação de um roteiro para avaliação dos fornecedores a serem qualificados;
- Avaliação do curso e dos resultados obtidos pelo processo de qualificação.

3.4 - PROJETOS APOIADOS POR MEIO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A UNESCO**Quadro 11. Projetos Apoiados por Meio da Cooperação Técnica com a Unesco.**

Qtd	Coordenador	Projeto	INSTITUIÇÃO
1 a 9	Vários	Rede Tb	Várias
10 a 20	Vários	Projetos DENGUE	Várias
21	Elizabeth Ferraz, Inês Quental, César Schwenck	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS	Benfam
22	Ana Maria Segall Correa	Validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação para análise da Segurança/ Insegurança Alimentar	Unicamp
23	Luiz Cláudio Arraes de Alencar	Ensaio clínico fase I/II com vacina candidata dendríticas, autólogas carreadoras de HIV autólogo inativo	Imip
24	Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu	Memória e patrimônio da saúde pública na Brasil: a trajetória de Sérgio Arouca	Unirio
25	Célia Landmann Szwarcwald	Pesquisa Mundial de Saúde no Brasil: Aspectos Metodológicos e Análise dos Dados	Fiocruz
26	Ana Luiza D'Avila Viana	Projeto de Pesquisa e Desafios para a Proteção Social no Brasil em um Contexto de Inequidade	USP
27	Rosângela Caetano	Projeto PET – Avaliação Tecnológica da Tomografia por Emissão de Pósitrons	UERJ
28	Paulo Mayorga	Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Farmacêuticos	UFRGS

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

Quadro 12. Projetos da Rede Tb.

Qtd	Coordenador	Título do Processo	Instituição
1	Antonio Rufino Neto	Estratégias teórico-operacionais para a produção de conhecimentos: tecnologias de ação no domicílio/família, nos serviços de saúde e no espaço geográfico	USP
2	Reynaldo Dietze	Desenvolvimento de um modelo funcional de rede metropolitana de laboratórios para a realização de ensaios clínicos em tuberculose	Ufes
3	Diógenes Santiago Santos	Vias metabólicas definidas e o desenvolvimento de drogas antituberculose	PUC/RS
4	Maria Lucia Rosa Rossetti	Desenvolvimento de estudos de acurácia, validação clínico-laboratorial de novos métodos imunossorológicos ou moleculares para o diagnóstico da Tb e Tb associada ao HIV	Atox/RS
5	Jose Roberto Lapa e Silva	Mudando o futuro da tuberculose no Brasil: treinamento em pesquisa clínica, operacional e em serviços de saúde	FECD
6	Afrânio Lineu Kritski	Farmacovigilância e farmacogenética em tuberculose resistente e na co-infecção tuberculose HIV	UFRJ
7	Fernanda Carvalho de Queiroz Mello	Ensaio clínico pragmático em diagnóstico e tratamento de Tb resistente e a co-infecção Tb/HIV na Região Sudeste	UFRJ
8	Anete Trajman	Inquérito sobre o ensino da tuberculose nas escolas médicas e de enfermagem do Brasil e sua relação com as normas do MS para o controle da tuberculose	Biorio E Uerj
9	Célio Lopes Silva	Projeto de Gestão da Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose Rede-Tb.	Rede Tb

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

1 - Estratégias Teórico-Operacionais para a Produção de Conhecimentos: Tecnologias de Ação no Domicílio/Família, nos Serviços de Saúde e no Espaço Geográfico

Objetivo

Analisar e propor novas estratégias teóricas e operacionais para o Programa de Controle de Tuberculose (PCT) que envolvem a produção de conhecimentos e tecnologia de ação no domicílio/família, nos serviços de saúde e no espaço geográfico.

Estratégia

Analisar tecnologias de ação em nível do domicílio. Analisar tecnologias de ação no processo de atenção à saúde nos municípios de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Estudar utilização dos serviços de internação hospitalar por tuberculose na DIR-XVIII usando dados do Centro de Processamento de Dados da FMRP-USP. Distribuição espacial da tuberculose em Ribeirão Preto – SP na abordagem de processo pontual. Modelos de capacitação de recursos humanos.

2 - Desenvolvimento de um Modelo Funcional de Rede Metropolitana de Laboratórios para a Realização de Ensaio Clínicos em Tuberculose**Objetivo**

Estabelecer um modelo funcional de uma rede metropolitana de laboratórios para a realização de ensaios clínicos em tuberculose. A execução deste projeto proporcionará a integração entre uma unidade de ensino e pesquisa (universidade) e unidades de atividades operacionais (Laboratórios Públicos de Saúde) dos municípios pertencentes à região metropolitana de Vitória – ES.

Estratégia

Realização do diagnóstico de situação dos laboratórios selecionados (pelo NDI e municípios) e de sua inserção com os sistemas de vigilância epidemiológica e Programa de Controle da Tuberculose.

3 - Vias metabólicas Definidas e o Desenvolvimento de Drogas AntiTuberculose**Objetivo**

Buscar novos compostos baseado em vias metabólicas específicas do *M. tuberculosis* que estão ausentes em mamíferos, por exemplo, as enzimas envolvidas com a biossíntese dos aminoácidos aromáticos e dos ácidos micólicos.

Estratégia

Ressonância Magnética Nuclear; Dicroísmo Circular; Cristalografia por Difração de Raios X; Modelagem Molecular Escalonamento de Produção das Enzimas; Estudos Cinéticos do tipo “Steady State”; Estudos Cinéticos do tipo “Pré Steady State”; Estudos Espectroscópicos; Imobilização das Enzimas; síntese de moléculas bionorgânicas.

4 - Desenvolvimento, Estudos de Acurácia, Validação Clínico-Laboratorial de Novos Métodos Imuno-Sorológicos ou Moleculares para o Diagnóstico da Tb e Tb Associado ao HIV

Objetivo

Implementação e validação interlaboratorial de novos métodos diagnósticos produzidos por pesquisadores da Rede-Tb (fase II-A: acurácia; fase II-B: validação interlaboratorial).

Estratégia

Projetos relacionados à caracterização de novos antígenos e avaliação clínica de sua eficácia em pacientes infectados ou não pelo HIV, sob suspeita de Tb ativa.

5 - Mudando o Futuro da Tuberculose no Brasil: Treinamento em Pesquisa Clínica, Operacional e em Serviços de Saúde

Objetivo

Treinar esses profissionais de modo a aperfeiçoar as habilidades necessárias ao desenvolvimento de pesquisa que resulte em melhor controle da Tb.

Estratégia

Os cursos terão metodologias variáveis, contendo aulas expositivas, seminários, mesas-redondas, palestras, discussões em grupos, etc., de acordo com a programação e o interesse do docente.

6 - Farmacovigilância e Farmacogenética em Tuberculose, Tuberculose Resistente e na Co-Infecção Tuberculose/HIV

Objetivo

Desenvolver um sistema de farmacovigilância integrado a avaliação farmacogenética que possibilite o monitoramento do uso de medicamentos no tratamento da tuberculose em diferentes grupos populacionais, que propicie melhores intervenções clínicas e de saúde pública em tuberculose (Tb) e Tb/aids.

Estratégia

Monitorar farmacometricamente projetos relacionados a farmacogenética. Projetos relacionados ao inquérito de resistência aos medicamentos anti-Tb.

7 - Ensaios Clínicos Pragmáticos em Diagnóstico e Tratamento de Tb Resistente e a Co-Infecção Tb/HIV na Região Sudeste

Objetivo

Realizar ensaios clínicos pragmáticos na área diagnóstica e de tratamento de Tb resistente e de Tb/HIV em centros de Referência Estadual na Região Sudeste.

Estratégia

A pesquisa será realizada por meio de avaliação de método diagnóstico de Tb resistente em pacientes atendidos em hospitais de referência para Tb e aids. Mostrará a realização de ensaio clínico pragmático comparando um novo esquema de segunda linha no tratamento da Tb.

8 - Inquérito Sobre o Ensino da Tuberculose nas Escolas Médicas e de Enfermagem do Brasil e sua Relação com as Normas do Ministério da Saúde para o Controle da Tuberculose

Objetivo

Realizar inquérito baseado em questionário auto-administrado distribuído à totalidade das instituições de ensino superior onde haja graduação em medicina e enfermagem.

Estratégia

Desenho de estudo descritivo; população-alvo são os coordenadores e responsáveis pelo ensino da maior parte do programa de tuberculose de todas as escolas médicas do País; instrumento será questionário e CV; coleta de dados será feita por meio de questionários enviados pelo correio eletrônico e postal; o estudo será submetido ao comitê de ética.

9 - Projeto de Gestão da Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose

Objetivo

Inovar e implantar um modelo de gestão participativa, atuando também em rede para o uso da informação no planejamento, no monitoramento e na avaliação das atividades e políticas a serem implementadas.

Estratégia

Controle e Gerenciamento de recursos da Rede-Tb. Realização de *workshops* regionais da Rede-Tb. Atividades da Rede-Tb para capacitação de recursos humanos.

Quadro 13. Projetos da Rede Dengue.

N.º	Coordenador	Título	Instituição
10	Álvaro Eduardo Eiras	Desenvolvimento de índices de predição de risco de epidemias de dengue e padronização de novos métodos de amostragem de <i>Aedes aegypti</i>	UFMG
11	Francisco de Assis Mendonça	Dinâmica espacial, monitoramento e controle da dengue na Região Sul do Brasil	UFPR
12	Joaquim Gonçalves Machado Neto	Risco de intoxicação ocupacional e domiciliar no controle químico da larva e do mosquito transmissor de dengue <i>Aedes aegypti</i>	Unesp
13	Pedro Fernando da Costa Vasconcelos	Identificação e caracterização genética do vírus dengue em isolamentos de humanos e de mosquito <i>Aedes aegypti</i> detectados no Brasil	IEC
14	Ricardo Lourenço de Oliveira	Aspectos da capacidade vetorial e do controle de vetores de dengue no Brasil	Fiocruz
15	Alexandra Mello Schmidt	Uma abordagem espaço-temporal na modelagem da incidência de casos de dengue no Município do Rio de Janeiro	UFRJ
16	Cícero Eduardo Ramalho Neto	Epidemiologia e filogenia molecular dos principais genótipos do vírus da dengue ocorrentes em Pernambuco e Alagoas	Ufal
17	Fernando Portela Camara	Dinâmica da epidemiologia da dengue no Brasil e construção de modelos preditivos	UFRJ
18a	Lia Giraldo da Silva Augusto	Redes de vigilância e controle da dengue	Fiocruz
18b	Constância Flávia Junqueira Ayres	Monitoramento dos genes de resistência a inseticidas químicos em populações naturais de <i>Aedes aegypti</i> do Brasil	Fiocruz
18c	Leda Narcisa Regis	Metodologias para monitoramento e controle de populações do vetor de dengue	Fiocruz
19	Marcelo Urbano Ferreira	Dinâmica de transmissão da dengue e outras arboviroses em área rural e seus determinantes: estudo longitudinal na Amazônia Ocidental brasileira	USP
20	Ronei Marcos de Moraes	Modelagem e predição dos casos de dengue na Paraíba	UFPB

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

10 - Desenvolvimento de Índices de Predição de Risco de Epidemias de Dengue e Padronização de Novos Métodos de Amostragem de *Aedes Aegypti*

Objetivo

Desenvolver índices de predição de risco de epidemias de dengue e padronizar novos métodos de amostragem de *Aedes aegypti*.

Estratégia

Desenvolver novos índices de predição de risco de epidemias de dengue; implantar novas ferramentas para amostragem do mosquito *Ae. aegypti*; otimizar o uso de recursos humanos em operações de campo; implantar um sistema dispositivo de computação móvel e geração de mapas que indicam áreas de infestação vetorial para ações de controle; oferecer novas ferramentas para avaliação do impacto do controle vetorial.

11 - Dinâmica Espacial, Monitoramento e Controle da Dengue na Região Sul do Brasil

Objetivo

Obter elementos que auxiliem no entendimento da espacialidade da dengue em diferentes escalas, bem como para a compreensão da correlação entre clima e saúde, mais especificamente da correlação entre os elementos climáticos preponderantes para a maturação do ambiente de risco e a ocorrência de casos de dengue.

Estratégia

Mapear e analisar a evolução espacial e temporal da dengue em escala regional Região Sul do Brasil; analisar a interação entre a incidência da dengue e as condições climáticas no âmbito da Região Sul do Brasil; verificar a possibilidade da utilização de previsões climáticas para a vigilância epidemiológica da dengue, visando ao suporte para à tomada de decisões no combate dessa enfermidade.

12 - Risco de Intoxicação Ocupacional e Domiciliar no Controle Químico da Larva e do Mosquito Transmissor de Dengue (*Aedes aegypti*)

Objetivo

Avaliar os riscos de intoxicação ocupacional e domiciliar das exposições aos inseticidas malathion e temefós (organofosforados) que são aplicados em áreas de maior risco de infestação do mosquito da dengue.

Estratégia

Fazer todas as quantificações de resíduos dos inseticidas malathion e temefós nas residências pulverizadas, as avaliações dos riscos ocupacionais, a avaliação da taxa de mortalidade das larvas e mosquitos com o tempo, a concentração dos inseticidas e a conscientização nas escolas de Ensino Fundamental e Médio na rede pública de Jaboticabal entre janeiro/2004 e dezembro/2005. Redigir cerca de cinco artigos para publicação em revistas internacionais e cinco apresentações em congressos nacionais com os resultados dessa investigação até o final do período deste projeto.

13 - Identificação e Caracterização Genética do Vírus Dengue em Isolamentos de Humanos e Mosquitos *Aedes aegypti* Detectados no Brasil**Objetivo**

Estudar a epidemiologia molecular dos vírus dengue (DEN1, DEN2 e DEN3) no Brasil, por seqüenciamento nucleotídico parcial da região estrutural até a junção com a proteína NS1 do genoma viral (prM/E/NS1).

Estratégia

Cultivo celular e extração do RNA viral; Técnica de RT-PCR; purificação dos produtos do PCR; seqüenciamento nucleotídico; análise genômica.

14 - Aspectos da Capacidade Vetorial e do Controle de Vetores de Dengue no Brasil**Objetivo**

Investigar aspectos relacionados à determinação da capacidade vetorial, do *status* de resistência a inseticidas e da viabilidade de novas alternativas de controle de vetores de dengue Brasil.

Estratégia

Avaliar o grau de diversidade genética de populações de *Aedes aegypti* do Brasil e monitorar a circulação de sorotipos de dengue em *Ae. aegypti* e *Ae. albopictus*; determinar a taxa de sobrevivência diária, os padrões de fontes alimentares sanguíneas e a capacidade de dispersão e de migração de populações de *Ae. aegypti* em diferentes ambientes e situações climáticas; monitorar as taxas de infestação do *Ae. aegypti* e *Ae. albopictus*; monitorar a resistência a inseticidas do *Ae. aegypti* e *Ae. albopictus*.

15 - Uma Abordagem Espaço-Temporal na Modelagem da Incidência de Casos de Dengue no Município do Rio de Janeiro

Objetivo

Estudar o comportamento do número de casos de dengue no Rio de Janeiro, tanto sob o aspecto espacial como sob o aspecto temporal, e os possíveis efeitos de variáveis ambientais, como precipitação pluviométrica, temperatura, umidade relativa do ar e também socioeconômicas no número de casos de dengue.

Estratégia

Verificar a adequação de modelos espacial e temporal conjuntamente na modelagem dos casos de dengue no município do Rio de Janeiro no período da última epidemia em 2002; verificar quais áreas tiveram maior risco de infecção, estudar se o percentual da falta de coleta de lixo e/ou a quantidade de chuva tiveram impacto no número de casos, etc. estudar as relações entre os diferentes tipos de dengue por meio dos diferentes bairros; estabelecer contato com o departamento de epidemiologia do Imperial College, na Inglaterra, onde se encontram atualmente pesquisadores renomados, como Sylvia Richardson e Nicola Best, na área do estudo do padrão de doenças.

16 - Epidemiologia e Filogenia Molecular dos Principais Genótipos do Vírus da Dengue Ocorrentes em Pernambuco e Alagoas

Objetivo

Desenvolver um estudo epidemiológico molecular dos principais sorotipos ocorrentes em Pernambuco e Alagoas, com o objetivo de construir um banco de dados da região NS1 do genoma viral capaz de promover um melhor entendimento das relações filogenéticas entre os genótipos encontrados nesses dois estados do Nordeste.

Estratégia

Promover a caracterização molecular de casos de dengue benigna e FHD com linhagens do vírus circulantes nos estados de Pernambuco e Alagoas; investigar a inter-relação existente entre eventuais casos FHD e o genótipo 2; a partir das seqüências de DNA e ulteriores comparações em bancos de dados internacionais, desenvolver um estudo filogenético preliminar visando a estabelecer as relações genéticas entre os genótipos encontrados e a comparar a classificação com base na filogenia molecular com os métodos sorológicos existentes; construir árvore filogenética da população viral, com base nos dados de seqüenciamento automático de DNA obtidos dos genótipos identificados neste estudo.

17 - Dinâmica da Epidemiologia da Dengue no Brasil e Construção de Modelos Preditivos

Objetivo

Rever, adaptar e encontrar novos meios para controlar as grandes epidemias que reconfiguram-se em um novo paradigma dinâmico em função da explosão populacional do mundo, deterioração das condições de vida de grande parte da população global, degradação do meio ambiente e alterações climáticas, etc.; compreender como a dinâmica populacional do *Aedes aegypti* e outros vetores responde e modifica-se em função desses novos parâmetros, o impacto epidemiológico que isso causa e os meios como tais problemas devem ser abordados são os novos desafios aos que se dedicam à saúde das populações.

Estratégia

Avaliar comportamento da virulência do vírus em função da progressão temporal da epidemia, observando especialmente a variação do coeficiente de mortalidade por dengue hemorrágica/SSD por meio de instrumentos confiáveis de análise; comparar taxas de substituição de nucleotídeos no gene viral correspondente à glicoproteína do envelope, segundo a região geográfica e o ano do isolamento; partindo de análises filogenéticas realizadas a partir de bancos de dados (GenBank); desenvolver modelo para previsão de tendências de progressão da epidemia em função das variáveis população do vetor (1) e atividade climática (2) como parâmetros.

18 - (a, b e c) Esforço Nacional de Pesquisas sobre Dengue: Redes de Vigilância e Controle de Dengue, Metodologias para Monitoramento e Controle do Vetor Dengue e Monitoramento dos Genes de Resistência a Inseticidas Químicos em Populações Naturais de *Aedes aegypti* do Brasil

Objetivo

Identificar e monitorar a presença de alelos de resistência aos inseticidas químicos em populações naturais de *Aedes aegypti* do Brasil, por meio do diagnóstico molecular; estudar a viabilidade de estruturar, para o controle da dengue, uma rede de vigilância; introduzir uma nova abordagem para o controle da dengue, que leve em consideração a complexidade da doença em seus aspectos socioculturais e ambientais; desenvolver metodologias para identificar precocemente aumentos significativos na população de vetores visando a antecipar intervenções.

Estratégia

Levantar e organizar bases de dados de fatores ambientais que podem influir nas flutuações da densidade populacional do vetor; montar um sistema regular de coleta de ovos, com periodicidade semanal, para estimar flutuações na densidade populacional de *Aedes spp* em ambientes urbanos (5 áreas com 1 a 1,8 Km² cada);

identificar quais os mecanismos de resistência presentes nas populações de *Aedes aegypti* do Brasil; criar métodos de diagnóstico molecular da resistência; desenvolver um modelo que comporte as informações de interesse para o manejo da resistência em campo; estudar a dinâmica de dispersão dos genes de resistência e acompanhar a sua evolução dentro das diferentes populações; propor indicadores de risco de transmissão dentro de um modelo de vigilância participativa; desenvolver estratégias de educação e comunicação para o controle da dengue.

19 - Dinâmica de Transmissão da Dengue e Outras Arboviroses em Área Rural e seus Determinantes: Estudo Longitudinal na Amazônia Ocidental Brasileira

Objetivo

Caracterizar a dinâmica de transmissão (prevalência e incidência) dos diferentes sorotipos do vírus da dengue, bem como de outros arbovírus comuns na Amazônia, e seus determinantes socioeconômicos e ambientais na zona rural de Acrelândia, incluindo uma caracterização clínica e virológica dos casos febris incidentes no município de Acrelândia (zonas urbana e rural) ao longo de um ano.

Estratégia

Determinar a soroprevalência dos diversos sorotipos do vírus da dengue e de outras arboviroses em população de assentamento agrícola (400 indivíduos de todas as idades) de área de introdução recente da dengue na Amazônia brasileira; determinar, com base em dados demográficos, clínicos e epidemiológicos obtidos em entrevista com questionário estruturado, os fatores de risco associados à soropositividade para dengue e outras arboviroses nessa população; determinar a taxa de soroconversão (uma estimativa de incidência) contra os diversos sorotipos do vírus da dengue, e seu determinante nessa população ao longo de 12 meses; detectar casos incidentes de dengue no município de Acrelândia (áreas urbana e rural) ao longo dos 12 meses criar uma estrutura de vigilância epidemiológica, clínica e laboratorial da dengue em um município de localização estratégica no Estado do Acre, com apoio das equipes locais do PSF e da Funasa.

20 - Modelagem e Predição dos Casos de Dengue na Paraíba

Objetivo

Desenvolvimento de uma metodologia de *monitoramento* e uma metodologia de *previsão* da ocorrência e controle estatístico dos casos de dengue no Estado da Paraíba a partir de dados reais.

Estratégia

Desenvolver uma metodologia baseada em técnicas de geoprocessamento para o monitoramento dos casos de dengue no estado utilizando-se de dados mensais reais a partir de 1998; desenvolver uma metodologia baseada em técnicas de séries temporais e inferência bayesiana para a previsão dos casos de dengue no estado, utilizando-se de dados mensais reais a partir de 1998; testar as metodologias desenvolvidas e verificar os seus desempenhos com observações de dados reais para os anos de 2003 e 2004; treinar um aluno de iniciação científica e dois bolsistas DTI na área de geoprocessamento; promover dois *workshops* para troca de experiência com as secretarias de saúde do estado e municípios cobertos pelo estudo; aprimorar os sistemas de vigilância epidemiológica do estado e dos; repassar as informações e técnicas geradas por essa pesquisa para a sociedade civil por meio de boletins, *workshops* e um portal na *Web*; avaliar as possibilidades de aperfeiçoamento dessas metodologias para torná-las completamente operacionais e viáveis como metodologia a ser adotada em outras localidades, sem prejuízo das suas especificações técnicas e de desempenho obtidas.

21 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS)

Objetivo

Coletar informações que permitam elaborar indicadores demográficos, de saúde e nutrição para mulheres de 15 a 49 anos e crianças menores de 5 anos de idade, visando a fornecer subsídios ao Ministério da Saúde para as políticas e estratégias de ação do Governo.

Estratégia

A Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde da Mulher e da Criança é uma pesquisa domiciliar por amostragem. Comporão a amostra todas as mulheres em idade fértil de 15 a 49 anos dos domicílios selecionados que tenham concordado em participar do estudo e as crianças menores de 5 anos.

22 - Validação de Metodologia e de Instrumentos de Coleta de Informação para Análise da Segurança/Insegurança Alimentar

Objetivo

Propiciar a adoção de instrumento de medição de insegurança alimentar, intrafamiliar, adequado para uso em populações residentes nas áreas rurais brasileiras e também para traçar o perfil epidemiológico desta condição em nível regional e nacional, com conseqüente identificação dos grupos de maior risco e vulnerabilidade.

Estratégia

Instrumento de questionário; variáveis: renda familiar total, consumo diário por grupos de alimentos, segurança alimentar, insegurança leve, moderada ou grave, segurança e insegurança alimentar segundo renda, consumo alimentar, composição familiar.

23 - Ensaio Clínico Fase I/II com Vacina Candidata Contendo Células Dendríticas Autólogas Carreadoras de HIV Autólogos Inativados, em Pacientes Infectados pelo HIV, Assintomáticos e Virgens de Tratamento Anti-Retroviral**Objetivo**

Avaliar a segurança e a atividade antiviral de três doses de uma vacina terapêutica em pacientes infectado pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), preparada com CDs carreadoras de HIV inativado em isolados autólogos, seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde e disponibilizando os seus resultados para utilização pelo Sistema Único de Saúde.

Estratégia

Avaliar a segurança e a atividade antiviral de três doses de uma vacina terapêutica em pacientes infectados pelo HIV, preparada com o CDs carreadores de HIV inativado em isolados autólogos, tendo em vista que a falência persistente na resposta imune anti-HIV em indivíduos infestados, tratados ou não, pode ser causada por um inadequado ou inapropriado sinal na apresentação de antígeno vírus-específico, possível resultado de distúrbio na geração e/ou na função das células apresentadoras de antígenos em tecidos e órgãos linfóides cronicamente imunoativados. O tratamento proposto oferece risco limitado ao paciente, por se tratar de uma vacina terapêutica preparada a partir de vírus inativados e de células dendríticas do próprio paciente.

24 - Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil: a Trajetória de Sérgio Arouca**Objetivo**

Produzir pesquisa histórica e etnográfica a partir da trajetória de Sérgio Arouca em conexão com atos recentes da História do Brasil, em particular, com a moderna Reforma Sanitária Brasileira.

Estratégia

Produzir material audiovisual contendo entrevistas com familiares, amigos, profissionais do campo da saúde, militantes políticos que conviveram com Sérgio Arouca; organizar um banco de dados contendo a trajetória biográfica de Sérgio Arouca,

uma cronologia histórica e depoimentos diversos capazes de fornecer subsídios para a redação de um livro.

25 - Pesquisa Mundial de Saúde (PMS) no Brasil: Aspectos Metodológicos e Análise dos Dados

Objetivo

Desenvolver e/ou aperfeiçoar procedimentos metodológicos de análise das informações que possibilitem a construção de indicadores para avaliação do desempenho do sistema nacional de saúde.

Estratégia

Estudar os procedimentos metodológicos e os aplicativos estatísticos para tratamento adequado dos dados coletados. Aprofundar o conhecimento sobre os procedimentos metodológicos utilizados pela OMS para avaliar sistemas de saúde dos países membros. Estabelecer parâmetros consistentes para avaliar o estado de saúde da população bem como avaliar a qualidade de resposta do sistema de saúde brasileiro segundo as expectativas da população usuária. Investigar as desigualdades socioeconômicas do estado de saúde da população e da qualidade de resposta do sistema de saúde. Analisar os componentes dos gastos com saúde. Comparar o desempenho do sistema de saúde do setor.

26 - Desafios para a Proteção Social no Brasil em um Contexto de Iniquidade

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento de estratégias para ampliação da proteção social em saúde.

Estratégia

Identificar e analisar a articulação do gestor federal para o SUS com os demais setores do Executivo Federal na formulação e implementação do Plano de Qualificação da Atenção Básica à Saúde da Amazônia Legal; articulação entre os Poderes Executivo e Legislativo nacionais na formulação e implantação de PQASAL bem como das diversas secretarias ligadas ao MS na implantação do PQASAL.

27 - Projeto Avaliação Tecnológica da Pet Scan Revisão Sistemática e Proposta de Estudo

Objetivo

Subsidiar o MS nas suas decisões sobre a incorporação dos procedimentos PET na tabela de reembolso do SUS, a partir de evidências obtidas com uma revisão sistemática dos estudos sobre o uso da PET em aplicações clínicas selecionadas.

Estratégias

Será baseada em estudos de revisão sistemática e proposta para estudo de custo-efetividade.

Será revisto o estado atual de conhecimento sobre as aplicações PET. Revistos os estudos de custo-efetividade da PET já realizados com vistas a levantar evidências do uso da imagem PET com FDG em neoplasias selecionadas. Serão definidas questões-chave para a realização de uma ATS sobre o uso da PET em nosso meio, a ser feita mediante um estudo de custo-efetividade da tecnologia para um conjunto de aplicações oncológicas selecionadas, a ser realizado em um segundo momento. Serão sistematizadas as conclusões do painel de especialistas, com vistas a permitir ao MS definir por meio de uma ATS, os parâmetros de reembolso SUS do uso da PET.

28 - Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Farmacêuticos

Objetivo

Adquirir, para o referido centro, nove equipamentos no valor de R\$ 450 mil, que possibilitem a conclusão das linhas de produção de formas sólidas e semi-sólidas, para o apoio à criação e consolidação de empresas do setor farmacêutico.

Estratégias

Disponibilizar uma estrutura de P&D capaz de incentivar a realização de novos empreendimentos, por processo de incubação, além de apoiar empresas já existentes no setor farmacêutico.

Buscar a agregação de conhecimentos às atividades desse importante setor por meio da transferência de tecnologia propriamente dita, e da participação na capacitação de recursos humanos potencializando o impacto da integração desejada entre universidade, empresas e atores governamentais.

3.5 - PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Quadro 14. Projetos Financiados Por Meio do Fundo Nacional de Saúde.

N.º	Atividade 2004	Instituição
1	Estudos e Pesquisas na Promoção da Saúde – Inquérito de natureza censitária das ações de promoção da saúde nos municípios	FUNB
2	Projeto de Democratização da Gestão Pública	Grupo Hospitalar Conceição
3	Fiocruz - Citômetro de Fluxo	Fiocruz
4	Saúde Mental Preventiva Materno Infante Juvenil do Instituto Internacional de Neurociências de Natal	Instituto Internacional de Neurociências de Natal
5	Gestão da Qualidade na Assistência hospitalar do Inca	Inca

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

1 - Estudos e Pesquisas na Promoção da Saúde – Inquérito de Natureza Censitária das Ações de Promoção da Saúde nos Municípios

Objetivo

Realizar um inquérito municipal de natureza censitária sobre Promoção de Saúde.

Estratégias

Será utilizada a técnica de pesquisa por amostragem com entrevistas via internet (Websurvey), adequada ao estudo quantitativo de populações como a de gerentes e gestores de políticas públicas, cuja maioria tem acesso à internet. A técnica envolve tecnologia sofisticada de amostragem e criptografia, para permitir que somente os respondentes elegíveis participem da pesquisa. Estão previstos dois seminários para discussão do trabalho e resultados.

2 - Projeto de Democratização da Gestão Pública

Objetivo

O projeto insere-se no contexto Gestão Participativa nas três esferas de governo do SUS, por meio da construção de conceito e práticas de gestão em articulação com os movimentos sociais, com vistas à mobilização social na defesa do SUS e do controle social do sistema.

Estratégias

Busca investigar como os diferentes tipos de movimentos atuantes na área da Saúde – urbanos, sindicais, de portadores de patologias, de mulheres, de etnias, entre outros – concebem o SUS “ideal” e como avaliam o sistema em geral e em relação às suas demandas específicas.

3 - Fiocruz – Citômetro de Fluxo

Objetivo

O projeto visa à aquisição de um Citômetro de Fluxo de última geração FACSAria, necessário no desenvolvimento de projetos que requerem análise e separação de populações celulares com características de expressão. Este equipamento será multiusuário, tanto para os diferentes programas de ensino da instituição, todas as unidades da Fiocruz envolvidas nos processos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e também por outras instituições de pesquisa e ensino do Brasil.

Estratégias

A aquisição mediante a participação da Presidência da Fiocruz, do Instituto Oswaldo Cruz e do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) do Ministério da Saúde.

4 - Saúde Mental Preventiva Materno Infanto-Juvenil do Instituto Internacional de Neurociências de Natal

Objetivo

O Instituto Internacional de Neurociências de Natal (IINN) terá como missão desenvolver pesquisas de ponta para competir em igualdade com os maiores centros de neurociências do mundo e promover o enraizamento deste conhecimento na região e País. Os três pilares do IINN serão: (1) o Instituto de Pesquisa com um complexo de laboratórios para desenvolvimento da pesquisa de ponta em neurociências; (2) o primeiro centro de Saúde Infanto-Juvenil do Nordeste, de referência para a região; (3) uma Escola Modelo de alto padrão, para atendimento do maternal ao Ensino Médio.

Estratégias

Edificação da infra-estrutura básica do IINN com aporte financeiro para a construção do prédio do Centro de Saúde Infanto-Juvenil do Nordeste.

5 - Gestão da Qualidade na Assistência Hospitalar do Inca

Objetivo

Incorporação de tecnologia voltada para o aperfeiçoamento do processo de cuidado aos pacientes, no campo da atenção oncológica, nas quatro unidades especializadas do Inca.

Estratégias

Contratação de profissionais especializados e habilitados para atuação interna em cada unidade e atuação na elaboração de relatórios, elaboração de material educacional e de trabalho e apoio.

3.6 - AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE

O ano de 2004 veio coroar a iniciativa do Decit em criar um setor dedicado à avaliação de tecnologias em saúde. Com um estudo prioritário em andamento (Avaliação tecnológica da *Pet Scan*, revisão sistemática e proposta de estudo de custo-efetividade), concretiza-se a idéia da avaliação de tecnologias no âmbito do SUS.

Ao final do ano foi estabelecida uma parceria entre o MS e a Colaboração Cochrane, por meio do Centro Cochrane do Brasil, com a finalidade de realização de revisões sistemáticas e capacitação de profissionais e gestores do Ministério. Com este passo, o sistema público de saúde brasileiro segue em rumo da sistematização do uso de evidências científicas válidas na tomada de decisão sobre incorporação tecnológica, seguindo a tendência adotada há tempos pelos países desenvolvidos.

A Portaria n.º 1.418 de 24/7/2003, instituiu o Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, e apresentava entre suas atribuições a criação, no âmbito do Conselho, do grupo permanente de trabalho em ATS. A criação do GT ocorreu em 26/11/2003. Fazem parte do Grupo de trabalho os seguintes órgãos: Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit/SCTIE); Departamento de Economia da Saúde (DES/SCTIE); Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF/SCTIE); Secretaria-Executiva; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Departamento de Gestão e Educação em Saúde (DEGES/SEGETS); Departamento de Atenção Especializada (DAE/SAS); Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e aids.

A 1.^a Reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação de Tecnologias em Saúde ocorreu em 20 de janeiro de 2004 e teve como pauta:

1. Organização dos trabalhos do GT ATS/CCTI MS.
2. Rotina para identificação das demandas de ATS.
3. Discussão sobre os critérios para priorização das ATS.
4. Relato sobre a avaliação tecnológica do PET (tomógrafo de emissão de pósitrons).

Nessa reunião foram discutidos os critérios de priorização para estudos de ATS e o grupo decidiu dar preferência aos estudos prioritários para tecnologias não incorporadas e com pressão de demanda.

A 2.^a Reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação de Tecnologias em Saúde ocorreu em 4 de março de 2004. Nessa reunião houve a organização do painel para discussão do protocolo de avaliação tecnológica do interferon peguilado no tratamento da hepatite crônica C.

A 3.^a Reunião do Grupo de Trabalho ocorreu em 22 de abril de 2004. Nessa reunião houve a discussão do termo de referência da avaliação tecnológica do interferon peguilado, interferon convencional e ribavirina para tratamento da hepatite crônica C.

A 4.^a Reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação de Tecnologias em Saúde ocorreu em 22 de setembro de 2004 e teve como produto a sugestão de 19 temas prioritários para estudos de revisão sistemática. Segue a relação dos 13 primeiros temas a serem alvo de revisões sistemáticas em 2005:

1. Adalimumab para tratamento da artrite reumatóide.
2. Teriparatide para tratamento da osteoporose.
3. Éfalizumab para tratamento da psoríase.
4. Stents recobertos por medicamentos (rapamicina e paclitaxel).
5. Materiais substitutivos de pele para tratamento de queimaduras.
6. Slings suburetrais para tratamento cirúrgico da incontinência urinária.
7. Estimulação cerebral profunda com uso de eletrodos para tratamento da Doença de Parkinson – estudo comparativo com procedimentos neuroablativos.
8. Acupuntura para tratamento de cefaléias, epicondilite, lombalgia e síndrome do túnel do carpo.
9. Técnicas de tratamento cirúrgico da obesidade mórbida (Cirurgia de Mason, Cirurgia de Fobi, Cirurgia de Scopinaro, derivação bilio-pancreática com switch duodenal; colocação de balão intragástrico e de banda gástrica ajustável).
10. Imatinib para tratamento da leucemia mielóide crônica e dos tumores do trato gastrointestinal (GIST).

11. Reprocessamento de grampeadores cirúrgicos, cateteres de eletrofisiologia e cateteres de hemodinâmica.
12. Marcapasso multissítio e cardiodesfibrilador implantável.
13. Cages intersomáticos em cirurgias de coluna.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (DECIT) – 2004

Atividades de relações públicas

LANÇAMENTO DO PRÊMIO DE INCENTIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SUS – 2004

- Elaboração e atualização de regulamento do Prêmio de incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS.
- Elaboração de material de divulgação (3.500 cartazes, 5.000 folhetos).
- Elaboração e publicação de Portaria n.º 5, de 25 de agosto de 2004 que estabelece Comissão Julgadora.
- Organização da reunião da Comissão Julgadora.
- Organização da cerimônia de entrega com a Assessoria de Relações Públicas do Ministro da Saúde.

PARTICIPAÇÃO DA 2.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE (2 CNTIS)

- Coordenação da divulgação e programação visual da 2.ª CNCTIS, com a Assessoria de Comunicação Social do MS
- Organização das cerimônias de abertura e encerramento da 2.ª CNCTIS com a Assessoria de Relações Públicas do Gabinete do ministro da Saúde
- Coordenação das salas de imprensa e VIP, com a Assessoria de Imprensa e Coordenação de eventos do gabinete do Ministro da Saúde.

LANÇAMENTO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Coordenação da divulgação do acordo com as assessorias de Relações Públicas e Cerimonial dos gabinetes dos ministros da Saúde e Ciência e Tecnologia.
- Coordenação da programação visual da cerimônia de assinatura do acordo.
- Agendamento e acompanhamento de entrevista do diretor do Decit aos veículos de comunicação.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NA 1.ª SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROMOVIDA PELA SECRETARIA DE INCLUSÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Criação de calendário de atividades de ciência e tecnologia.
- Criação de programação visual e de *link* sobre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na página do Decit e do portal da Saúde.

LANÇAMENTO DA 1.ª MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS TRABALHADORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EM PARCERIA COM A SECRETARIA-EXECUTIVA, E SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Objetivo

- Reunir, sistematizar e divulgar a produção técnica e científica dos trabalhadores do Ministério da Saúde.

PARTICIPAÇÃO DO LANÇAMENTO NACIONAL DA PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR – 2004 (POF), REALIZADA PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), COM APOIO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

- Participação do representante do Decit ao evento de lançamento.
- Inclusão do crédito do Ministério da Saúde na capa do documento.
- Agendamento e acompanhamento de entrevista dos porta-vozes do Decit com a imprensa em geral.

Atividades de imprensa

Articulação com a Assessoria de Comunicação do gabinete do Ministro para a elaboração e envio de 44 textos de divulgação para a imprensa sobre as principais ações do Departamento de Ciência e Tecnologia:

- Saúde entrega prêmios aos vencedores de trabalhos científicos e tecnológicos (9/12/04)
- Células-tronco: pesquisador apresenta técnica de sua utilização em cardiologia (30/11/04)
- Ministério seleciona instituições para coordenar pesquisas (18/11/04)
- 1.ª Mostra de Produção Científica dos Trabalhadores do Ministério da Saúde (10/11/04)
- Ministério da Saúde e Anvisa analisam a qualidade do RETINOL no Brasil (5/11/04)
- Sessão Ciência debate Mercado e Força de Trabalho em Saúde (25/10/04)
- O Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde abre Consulta Pública para a criação do Conselho Nacional de Bioética (22/10/04)
- Edital convoca instituições para comparar eficácia de medicamentos para o tratamento da hepatite C (22/10/04):
- Pesquisa identifica laboratórios para análise do retinol – Cadastre-se até o dia 15 de dezembro (5/10/04)

- Ministério da Saúde lista prioridades na produção de vacinas (1.º/10/04)
- Sessão Ciência discute novo papel do trabalhador (23/9/04)
- Sessão Ciência discute hanseníase nos dias de hoje (13/9/04)
- Parceria entre MS e MCT pretende melhorar condições de saúde do brasileiro (9/9/04)
- Ministério da Saúde financiará pesquisa sobre alimentação e nutrição (12/8/04)
- Ministério da Saúde apóia eventos de sete instituições científicas(10/8/04)
- Ministério da Saúde apóia pesquisa sobre Violência, Acidentes e Trauma (10/8/04)
- Ministro reforça prioridade à pesquisa em saúde (29/7/04)
- Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia defendem importância da 2.ª CNCTIS (26/7/04)
- Prêmio de Ciência e Tecnologia bate recorde de inscrições (20/7/04)
- Inscrições para edital de apoio a eventos científicos terminam no dia 23 (13/7/04)
- Sessão Ciência discute mortalidade materna (6/7/04)
- Pesquisa e Saúde – *Jornal do Brasil* (24/7/04)
- Ministério da Saúde disponibiliza o Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS – 2004 (1.º/7/04)
- Sociedade discute aplicação do conhecimento científico e tecnológico ao SUS (25/6/04)
- Ministério da Saúde lança edital de apoio a eventos científicos (21/6/04)
- Projeto de incentivo à pesquisa em saúde começa pela Amazônia Legal (14/6/04)
- Sessão Ciência discute Mortalidade Infantil e Neonatal (1.º/6/04)
- Ministério da Saúde Instala Comissão de Bioética (14/5/04)
- Sessão Ciência debate violência como problema de saúde pública (14/5/04)
- Diretor do Decit abre Congresso Brasileiro de Bioética (14/5/04)
- Guia Eletrônico: aprovação e desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos em saúde (14/5/04)
- Guia Eletrônico: aprovação e desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos em saúde 14/5/04
- Sessão Ciência: Debates técnico-científicos no Ministério da Saúde 10/5/04
- Ministério da Saúde amplia prazo de consulta pública 5/5/04
- Consulta pública para definição de prioridades de pesquisa termina na próxima quinta-feira 30/4/04
- Pesquisadora brasileira é nomeada diretora da OMS 27/4/04
- Decit apóia iniciativas de incentivo à atenção primária no País (9/4/04)
- Diplomacia sem Sapatos, artigo de Reinaldo Guimarães (8/4/04)
- Células-tronco: estudo vai definir viabilidade de incorporação de nova técnica ao SUS (30/3/04)
- Ministério discute prioridades de pesquisa em saúde (26/3/04)
- Terapia celular pode ser incorporada ao SUS (25/3/04)

- Ministério da Saúde investe na melhoria da eficácia da vacina BCG (23/3/04)
- Ministério da Saúde apóia financeiramente oito instituições de saúde (5/3/04)
- Ministério da Saúde fortalece sistema brasileiro de ética na pesquisa (30/1/04)

Atividades editoriais

Reformulação da página do Decit no ambiente *web*, consoante às normas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom/PR) (www.saude.gov.br/sctie/decit).

Participação no Conselho Editorial do Ministério da Saúde

Coordenação e acompanhamento das seguintes publicações:

- Manual da 2.^a Conferência Nacional de ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde – produzir e aplicar conhecimento na busca da universalidade e equidade, com qualidade da assistência à saúde da população
- Folheto da 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
- 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde Programa oficial
- 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde Regimento interno
- 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde Manual do Participante
- 2.^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde Resultado da consulta pública da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde
- Cartões de votação
- Saúde no Brasil – contribuições para a Agenda nacional de prioridades de Pesquisa.
- Pesquisa para o SUS – mais conhecimento, saúde para o Brasil (relatório e folheto de divulgação)
- Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com material biológico
- Aprovação e desenvolvimento de pesquisa envolvendo seres humanos em saúde – Guia eletrônico (folheto, marcador de página e *mouse pad*)
- Sisnep – Sistema nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (folheto, marcador de página e *mouse pad*)
- Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS – 2004 (cartaz, folheto e livro com resumos dos trabalhos premiados)
- Pasta institucional para eventos do Departamento de Ciência e Tecnologia
- 1.^a Mostra de produção científica dos trabalhadores do Ministério da saúde (folheto de divulgação)

ANEXOS



RESULTADOS CONSOLIDADOS DAS AÇÕES DE FOMENTO 2004

EDITAIS TEMÁTICOS, CEPs, FINEP, UNESCO E FNS



**Distribuição das atividades de fomento à pesquisa segundo UF e região.
Decit, 2004¹**

ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ²	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Rondônia	9	2,1	608.630	1,1
Acre	2	0,5	48.636	0,1
Amazonas	5	1,2	908.248	1,6
Roraima	3	0,7	122.137	0,2
Pará	9	2,1	485.143	0,9
Amapá	4	0,9	107.127	0,2
Tocantins	4	0,9	168.883	0,3
NORTE	36	8,4	2.448.803	4,3
Maranhão	2	0,5	43.873	0,1
Piauí	3	0,7	57.146	0,1
Ceará	21	4,9	3.202.685	5,7
Rio Grande do Norte	7	1,6	1.163.756	2,1
Paraíba	4	0,9	269.055	0,5
Pernambuco	37	8,6	1.656.454	2,9
Alagoas	2	0,5	77.299	0,1
Sergipe	1	0,2	9.523	0,0
Bahia	23	5,3	5.840.924	10,3
NORDESTE	100	23,3	12.320.715	21,8
Minas Gerais	33	7,7	1.243.452	2,2
Espírito Santo	6	1,4	539.906	1,0
Rio de Janeiro	78	18,1	18.590.849	32,8
São Paulo	88	20,5	13.030.354	23,0
SUDESTE	205	47,7	33.404.560	59,0
Paraná	19	4,4	1.909.786	3,4
Santa Catarina	11	2,6	351.409	0,6
Rio Grande do Sul	40	9,3	4.757.238	8,4
SUL	70	16,3	7.018.433	12,4
Mato Grosso	3	0,7	120.784	0,2
Mato Grosso do Sul	1	0,2	6.910	0,0
Goiás	8	1,9	433.841	0,8
Distrito Federal	7	1,6	888.313	1,6
CENTRO-OESTE	19	4,4	1.449.848	2,6
BRASIL³	430	100,0	56.642.359	100,0

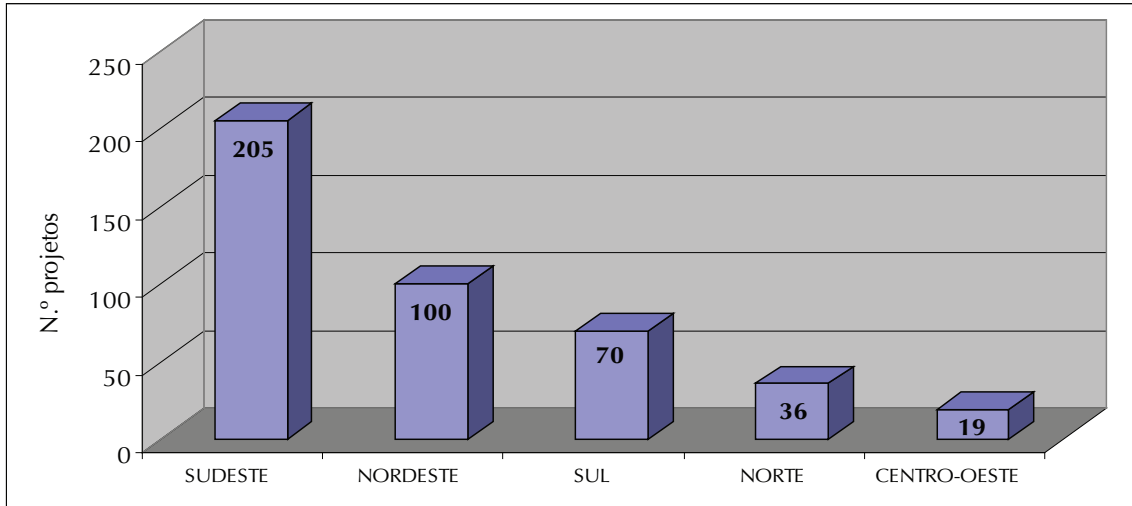
Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Notas:

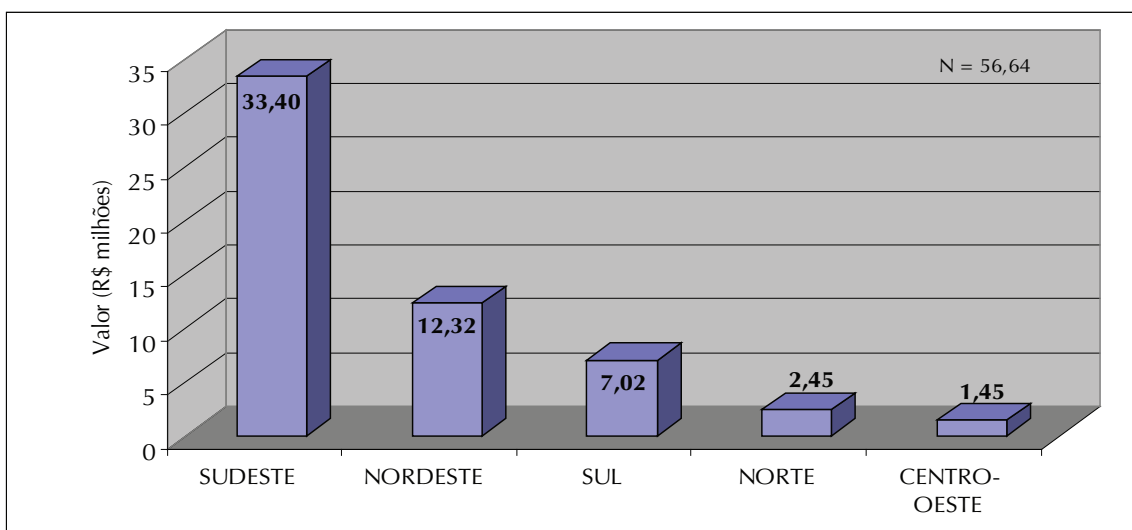
¹ Inclui as atividades de fomento à pesquisa que têm como agentes técnicos o CNPq, Finep, FNS e Unesco e apoio a projetos de comitês de ética em pesquisa por meio do CNPq.

² Consideraram-se: valores contratados, para CNPq e FINEP; valores empenhados para FNS; e comprometidos ou contratados para Unesco. O valor total inclui R\$ 3.394.475 de recursos do CNPq, nos editais de Alimentação e Nutrição, Hantavirose e Violências, Acidentes e Trauma.

³ Excluído o número previsto de projetos do Programa Pesquisa para o SUS.

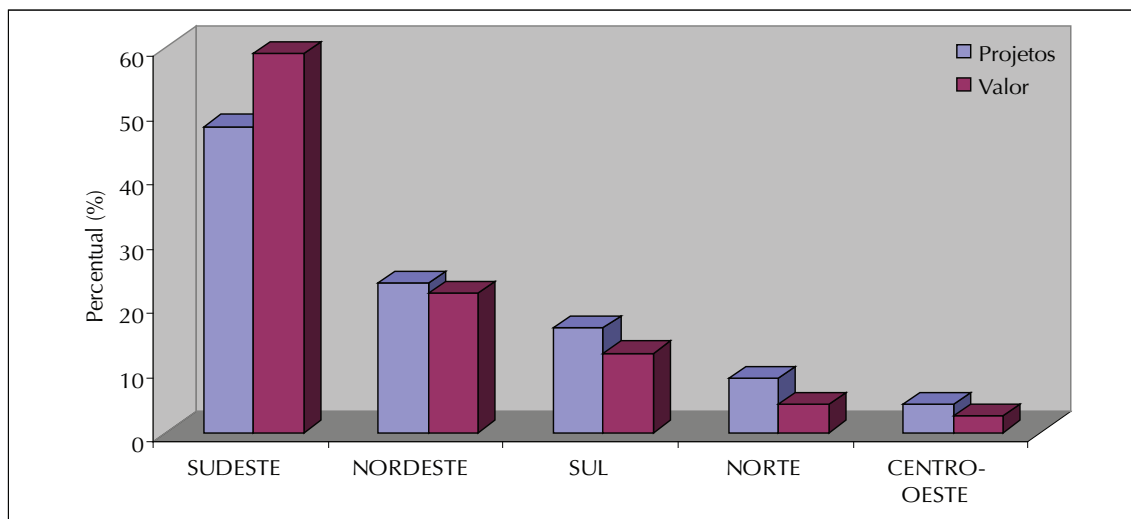
Número de projetos por região. Decit, 2004.

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Distribuição dos recursos financeiros (R\$ milhões) por região. Decit, 2004.

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Proporção de projetos e recursos financeiros por região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Frequência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, segundo instituições apoiadas e tipos de instituição. Decit, 2004¹

TIPO DE INSTITUIÇÃO ²	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	Nº	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	32	7,44	12.634.766,49	22,31
FIOCRUZ	26	6,05	8.651.580,24	15,27
Instituto Evandro Chagas	2	0,47	180.000,00	0,32
Inca	1	0,23	240.000,00	0,42
Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras (RJ)	3	0,70	3.563.186,25	6,29
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	351	81,63	32.977.126,87	58,22
UFRJ	27	6,28	5.005.692,57	8,84
UFBA	18	4,19	2.381.735,00	4,20
UFMG	13	3,02	855.418,77	1,51
Unicamp	6	1,40	431.064,40	0,76
USP	38	8,84	6.975.700,32	12,32
UERJ	8	1,86	452.893,00	0,80
UFPE	19	4,42	1.064.480,08	1,88
PUC SP	2	0,47	226.368,50	0,40
PUC RS	4	0,93	1.576.001,00	2,78
UnB	6	1,40	836.313,40	1,48
Outras Instituições de Ensino	191	44,42	8.822.318,36	15,58
Instituto Adolfo Lutz (SP)	2	0,47	144.100,00	0,25
Ipepatro – Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais	3	0,70	193.346,70	0,34
Outros instituições de pesquisa	8	1,86	481.910,30	0,85
Tecpar – Instituto de Tecnologia do Paraná	1	0,23	1.230.000,00	2,17
Instituto Butantan	1	0,23	1.310.000,00	2,31
Outros institutos tecnológicos	4	0,93	989.784,47	1,75
Prestadores/ provedores de serviços de saúde públicos e privados	27	6,28	5.082.859,94	8,97
HCPA – Hospital das Clínicas de Porto Alegre	2	0,47	298.000,00	0,53
Hosp St. Isabel (BA)	1	0,23	3.220.000,00	5,68
Hemocentro de Botucatu (HC – Unesp)	1	0,23	1.137.669,00	2,01
Outros	23	5,35	427.190,94	0,75
Organizações não-governamentais, conselhos e associações profissionais	13	3,02	1.068.127,85	1,89
Imip	5	1,16	215.140,00	0,38
Cedec	3	0,70	317.499,55	0,56
ATOX-RS	1	0,23	138.600,00	0,24
Associação Bras. Odontologia	1	0,23	24.000,00	0,04
Cemicamp – Centro de Pesquisas e Controle das Doenças Materno	2	0,47	173.288,30	0,31
Abiquif	1	0,23	199.600,00	0,35
Outros órgãos públicos	7	1,63	4.879.478,40	8,61
SES/RS	2	0,47	2.278.590,00	4,02
Outros	5	1,16	2.600.888,40	4,59
TOTAL	430	100	56.642.359,55	100

Fonte: Elaboração Decit/SCITE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Inclui as atividades de fomento à pesquisa que têm como agentes técnicos o CNPq, Finep, FNS, Unesco e apoio a projetos de Comitês de Ética em Pesquisa via CNPq.

² Consideradas as instituições destinatárias, conforme definição do MCT.

Distribuição dos projetos selecionados segundo agente técnico. Decit, 2004.

AGENTE TÉCNICO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
CNPq - editais ²	257	39,5	14.833.087	21,8
CNPq - Pesquisa para o SUS ³	220	33,8	11.304.372	16,6
CNPq - projetos isolados	2	0,3	1.230.285	1,8
CNPq - CEP	100	15,4	1.980.352	2,9
Finep	21	3,2	30.707.924	45,2
Unesco	29	8,2	3.800.083	7,0
Unesco - Saúde Amazônia	14	2,2	595.628	0,9
Fundo Nacional de Saúde	7	1,1	3.495.000	5,1
TOTAL	650	100,0	67.946.731	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq.

Notas:

¹ Consideraram-se: valores contratados, para CNPq e Finep; valores empenhados para FNS; e comprometidos ou contratados para Unesco.

² Inclui R\$ 3.394.475 de recursos do CNPq, nos editais de Alimentação e Nutrição, Hantavirose e Violências, Acidentes e Trauma.

³ Não inclui recursos relativos à contrapartida estadual, no valor estimado de R\$ 9 milhões.
Número de projetos estimado.

Distribuição dos projetos selecionados segundo agente técnico. Decit, 2004.

AGENTE TÉCNICO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
CNPq – editais²	257	39,5	14.833.087	21,8
Alimentação e Nutrição	73	11,2	3.006.106	4,4
Hantavirose e outras viroses	29	4,5	2.770.068	4,1
Mortalidade Materna e Morbimortalidade Neonatal	38	5,8	2.173.643	3,2
Saúde Bucal	23	3,5	999.538	1,5
Sistema e Políticas de Saúde	45	6,9	2.390.383	3,5
Violência, Acidentes e Trauma	49	7,5	3.493.349	5,1
CNPq - Pesquisa para o SUS ³	220	33,8	11.304.372	16,6
CNPq - CEPs	100	15,4	1.980.352	2,9
CNPq - projetos isolados	2	0,3	1.230.285	1,8
Monitorização dos defeitos congênitos por meio da adequação do uso do campo 34 da declaração de nascidos vivos nos municípios de Campinas, São Paulo e Ribeirão Preto para avaliar o impacto da fortificação das farinhas de trigo e milho com o ácido fólico	1	0,15	92.616	0,1
Obtenção, validação e produção de anticorpos monoclonais de uso médico, ACMMBOT	1	0,15	1.137.669	1,7
Finep	21	3,2	30.707.924	45,2
Aplicação de Complexos de Metais de Transição para Tratamento de Tuberculose - União Brasileira de Educação e Assistência/ Centro de Pesquisa em Biologia Molecular – PUC/RS	1	0,2	835.000	1,2
Coordenação e Estudo Multicêntrico Randomizado de Terapia Celular em Cardiopatias (EMRTCC)	5	0,8	13.061.000	19,2
Curso de Capacitação e Qualificação de Fornecedores de Insumos Farmacêuticos – Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica (RJ)	1		199.600	0,3
Expansão do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos da Universidade Federal do Ceará – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (CE)	1	0,2	2.500.000	3,7
Desenvolvimento de Fator VIII e IX da Coagulação Sanguínea	3	0,5	1.824.000	2,7
Desenvolvimento de Metodologia (NAT) para Detecção de Ácido Nucléico de HIV e HCV para ser Utilizada em Serviços de Hemoterapia do País – Fiocruz/ Fiocruz/ Biomanguinhos/ UFRJ	1	0,2	2.825.900	4,2
Desenvolvimento do Protocolo de Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto no Brasil – FFM/ HU/ Faculdade de Medicina/ USP	1	0,2	166.550	0,2
Desenvolvimento do Protótipo Industrial de Desfibrilador Externo Automático – Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas (RS)	1	0,2	198.100	0,3
Desenvolvimento e Validação dos Novos Métodos de Diagnóstico da Tuberculose e Hepatite C – Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (RS)	1	0,2	1.469.590	2,2
Estudo Diagnóstico da Situação dos CTIS no Brasil – Fundep/ UFMG	1	0,2	143.500	0,2
Estudos de Revisões Sistemáticas em Avaliação de Tecnologias em Saúde – Centro de Estudos de Medicina Interna e Terapêutica (SP)	1	0,2	750.000	1,1
Marcapasso Brasileiro – Genius Instituto de Tecnologia (AM)	1	0,2	694.684	1,0
Projeto Inovacinas	3	0,5	6.040.000	8,9
Unesco	43	6,6	4.395.711	6,5
Unesco – Rede Dengue	13	2,0	884.520	1,3
Unesco – Rede TB	9	1,4	1.763.798	2,6
Unesco – Saúde Amazônia	14	2,2	595.628	0,9
Unesco – Outros	7	1,1	1.151.765	1,7
Fundo Nacional de Saúde	7	1,1	3.495.000	5,1
Estudos e Pesquisas na Promoção da Saúde – Inquérito de natureza censitária das ações de promoção da saúde nos municípios – FUNB	1	0,2	100.000	0,1
Fiocruz – Citômetro de Fluxo	1	0,2	500.000	0,7
INCA – Acreditação	1	0,2	240.000	0,4
Pesquisa para elaboração da proposta de política de desenvolvimento tecnológico do setor farmacêutico no Brasil (ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia) – DAF/SCTIE	1	0,2	55.000	0,1
Projeto de Democratização da Gestão Pública Fund. Médica RS/hospital das clínicas	1	0,2	100.000	0,1
Reforma da BIBLIOTHECA da Faculdade de Medicina da Bahia (Fapex)	1	0,2	1.500.000	2,2
Saúde Mental Preventiva Materno Infante Juvenil do Instituto Internacional de Neurociências UFRN de Natal	1	0,2	1.000.000	1,5
TOTAL	650	100,0	67.946.731	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq.

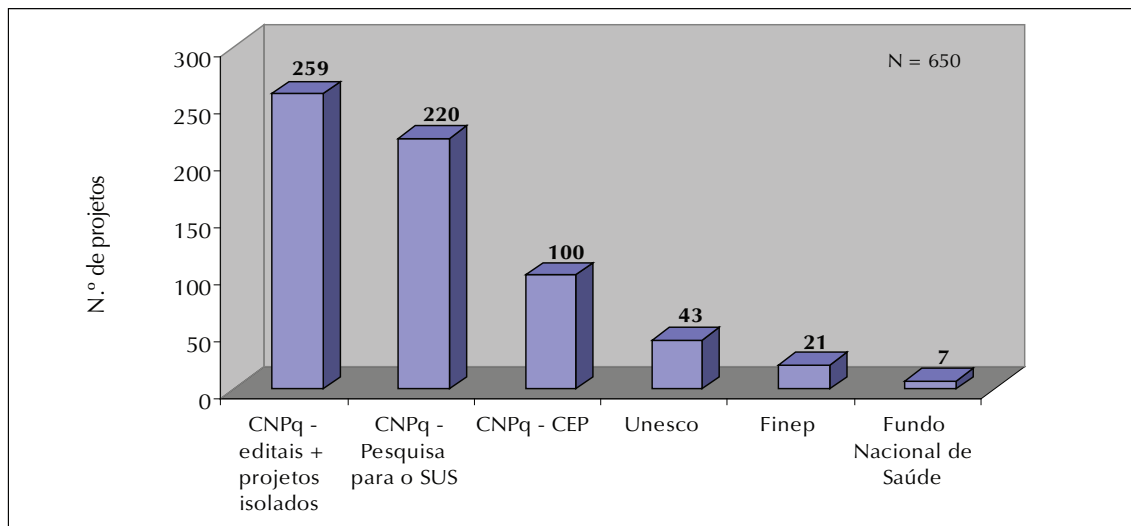
Notas:

¹ Consideraram-se: valores contratados, para CNPq e Finep; valores empenhados para FNS; e comprometidos ou contratados para Unesco.

² Inclui R\$ 3.394.475 de recursos do CNPq, nos editais de Alimentação e Nutrição, Hantavirose e Violências, Acidentes e Trauma.

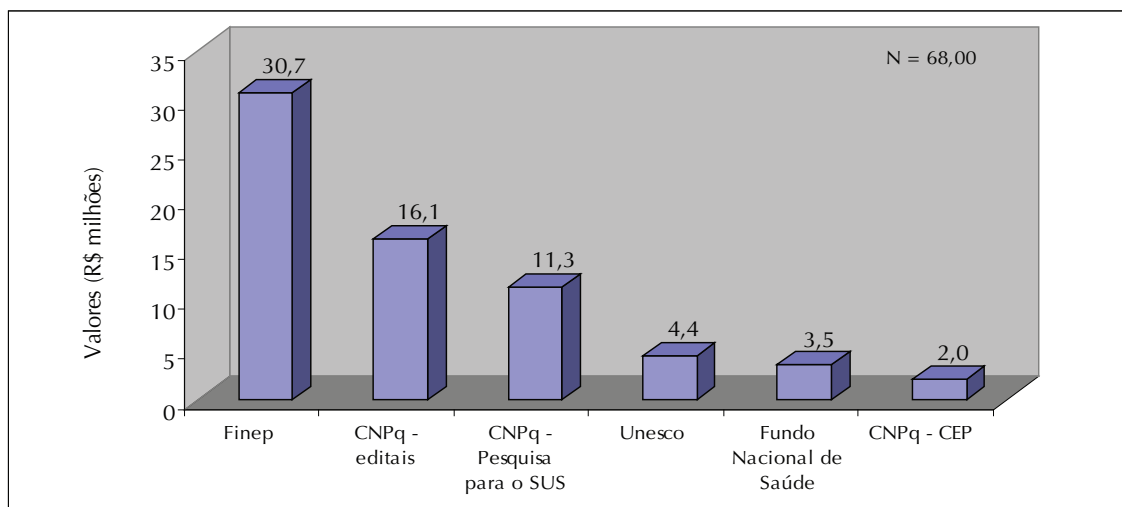
³ Não inclui recursos relativos à contrapartida estadual, no valor estimado de R\$ 9 milhões. Número de projetos estimado.

Número de projetos por agente técnico. Decit, 2004.

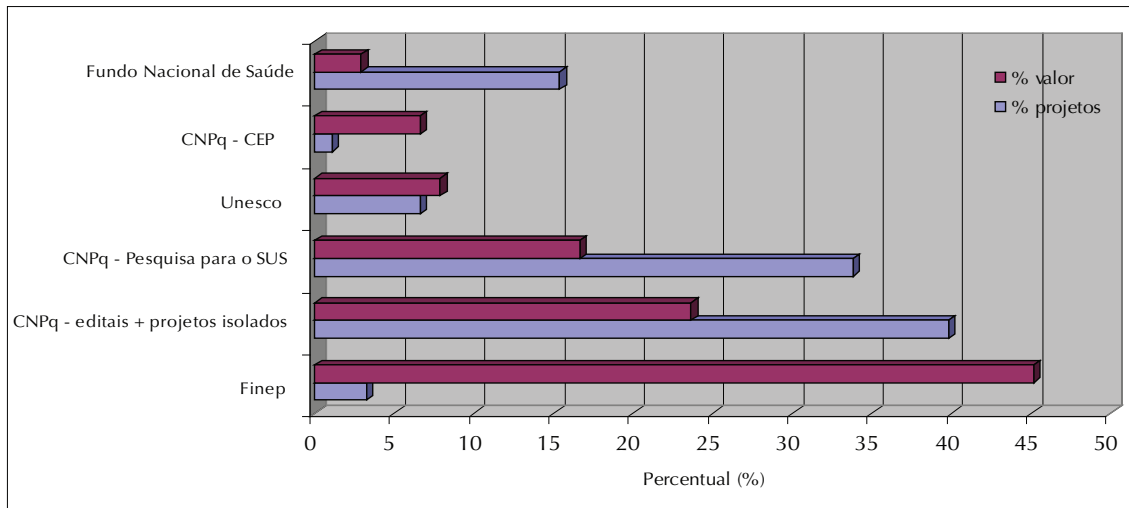


Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Distribuição dos recursos financeiros (R\$ milhões) por agente técnico. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Proporção de projetos e recursos financeiros por agente técnico. Decit, 2004.

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

EDITAIS TEMÁTICOS
AGENTES TÉCNICOS – CNPq

Editais temáticos

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa segundo UF e região.
Decit, 2004.

ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Rondônia	4	1,6	358.315	2,4
Acre	1	0,4	13.236	0,1
Amazonas	2	0,8	157.288	1,1
Roraima	0	-	-	-
Pará	3	1,2	268.086	1,8
Amapá	0	-	-	-
Tocantins	1	0,4	49.955	0,3
NORTE	11	4,3	846.880	5,7
Maranhão	2	0,8	43.873	0,3
Piauí	2	0,8	30.446	0,2
Ceará	14	5,4	603.010	4,1
Rio Grande do Norte	6	2,3	163.756	1,1
Paraíba	3	1,2	224.082	1,5
Pernambuco	29	11,3	1.362.661	9,2
Alagoas	1	0,4	40.800	0,3
Sergipe	1	0,4	9.523	0,1
Bahia	18	7,0	1.054.535	7,1
NORDESTE	76	29,6	3.532.686	23,8
Minas Gerais	21	8,2	816.571	5,5
Espírito Santo	1	0,4	35.975	0,2
Rio de Janeiro	47	18,3	3.132.172	21,1
São Paulo	50	19,5	3.855.356	26,0
SUDESTE	119	46,3	7.840.074	52,9
Paraná	10	3,9	474.000	3,2
Santa Catarina	5	1,9	239.509	1,6
Rio Grande do Sul	22	8,6	1.082.394	7,3
SUL	37	14,4	1.795.903	12,1
Mato Grosso	2	0,8	101.534	0,7
Mato Grosso do Sul	1	0,4	6.910	0,0
Goiás	6	2,3	390.786	2,6
Distrito Federal	5	1,9	318.313	2,1
CENTRO-OESTE	14	5,4	817.543	5,5
BRASIL²	257	100,0	14.833.087	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq.

Notas:

¹ Considerados os valores contratados.

² Inclui R\$ 3.394.475 de recursos do CNPq, nos editais de Alimentação e Nutrição, Hantavirose e Violências, Acidentes e Trauma.

Frequência e recursos financeiros de projetos de pesquisa nos editais temáticos, segundo instituições apoiadas e tipos de instituição. Decit, 2004.¹

TIPO DE INSTITUIÇÃO ²	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	19	7,39	1.555.267,95	10,49
Fiocruz	18	7,00	1.400.267,95	9,44
Instituto Evandro Chagas	1	0,39	155.000,00	1,04
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	224	87,16	12.327.502,53	83,11
UFRJ	19	7,39	1.226.577,90	8,27
UFBA	16	6,23	851.735,00	5,74
UFMG	11	4,28	588.618,77	3,97
Unicamp	4	1,56	211.120,00	1,42
USP	27	10,51	2.409.584,90	16,24
UERJ	7	2,72	329.125,00	2,22
UFPE	19	7,39	1.064.480,08	7,18
PUC-SP	1	0,39	207.700,00	1,40
PUC-RS	1	0,39	49.354,00	0,33
PUC MG	1	0,39	27.130,00	0,18
PUC CAMPINAS	1	0,39	16.858,00	0,11
PUC PR	2	0,78	19.718,75	0,13
UNB	4	1,56	266.313,40	1,80
Outras Instituições de Ensino	103	40,08	4.350.858,38	29,33
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	1	0,39	52.000,00	0,35
Instituto Adolfo Lutz (SP)	2	0,78	144.100,00	0,97
Ipepatro – Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais	1	0,39	92.940,00	0,63
FMTAM – Fundação de Medicina Tropical do Amazonas	1	0,39	137.288,35	0,93
IBMP – Instituto de Biologia Molecular do Paraná	1	0,39	185.000,00	1,25
Outros Institutos Tecnológicos	2	0,78	97.000,00	0,65
Prestadores/ provedores de serviços de saúde públicos e privados	3	1,17	223.500,00	1,51
HPSPA – Hospital do Pronto Socorro de Porto Alegre	1	0,39	4.500,00	0,03
HNSC – Hospital Nossa Senhora da Conceição	1	0,39	21.000,00	0,14
HCPA – Hospital das Clínicas de Porto Alegre	1	0,39	198.000,00	1,33
Organizações não-governamentais, conselhos profissionais e associação de especialistas	9	3,50	660.927,85	4,46
Imip – Instituto Materno Infantil (PE)	4	1,56	170.140,00	1,15
Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	3	1,17	317.499,55	2,14
Cemicamp – Centro de Pesquisas e Controle das Doenças Materno-Infantil de Campinas	2	0,78	173.288,30	1,17
Outros órgãos públicos	2	0,78	65.888,40	0,44
SMS – RJ Instituto de Nutrição Annes Dias	1	0,39	49.200,00	0,33
IS – Instituto de Saúde	1	0,39	16.688,40	0,11
TOTAL	257	100	14.833.086,73	100

Fonte: Elaboração Decit/SCITIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Notas:

¹ Alimentação e Nutrição, Violência, Acidentes e Trauma, Saúde Bucal, Morbimortalidade Materna e Neonatal, Sistemas e Políticas de Saúde e Hantavirose.

² Consideradas as instituições destinatárias conforme definição do MCT.

Edital de Hantavirose

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa segundo UF e região.
Decit, 2004.

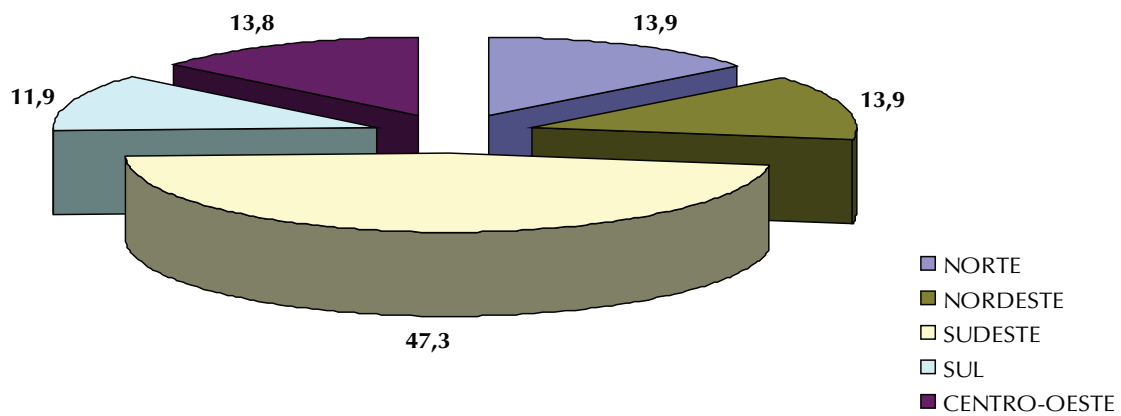
ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Rondônia	1	3,4	92.940	3,4
Acre	-	-	-	-
Amazonas	1	3,4	137.288	5,0
Roraima	-	-	-	-
Pará	1	3,4	155.000	5,6
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
NORTE	3	10,3	385.228	13,9
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-
Ceará	1	3,4	3.560	0,1
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-
Pernambuco	1	3,4	50.000	1,8
Alagoas	1	3,4	40.800	1,5
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	3	10,3	291.574	10,5
NORDESTE	6	20,7	385.934	13,9
Minas Gerais	1	3,4	66.625	2,4
Espírito Santo	-	-	-	-
Rio de Janeiro	6	20,7	696.474	25,1
São Paulo	6	20,7	548.527	19,8
SUDESTE	13	44,8	1.311.626	47,3
Paraná	2	6,9	229.280	8,3
Santa Catarina	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	1	3,4	100.000	3,6
SUL	3	10,3	329.280	11,9
Mato Grosso	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Goiás	2	6,9	211.000	7,6
Distrito Federal	2	6,9	147.000	5,3
CENTRO-OESTE	4	13,8	358.000	12,9
BRASIL	29	100,0	2.770.068	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Consideraram-se os valores contratados. O valor total inclui R\$ 178.686 de recursos do CNPq.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos selecionados no Edital de Hantavirose segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Edital de Hantavirose

Freqüência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, segundo instituições apoiadas e tipos de instituição. Decit, 2004.

TIPO DE INSTITUIÇÃO ¹	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	6	20,69	734.824,98	26,53
Fiocruz	5	17,24	579.824,98	20,93
Instituto Evandro Chagas	1	3,45	155.000,00	5,60
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	23	79	2.035.243,32	73,47
UFRJ	3	10,34	319.809,25	11,55
USP	2	6,90	345.826,72	12,48
UNB	2	6,90	147.000,00	5,31
Unicamp	1	3,45	49.700,00	1,79
UFBA	2	6,90	138.414,00	5,00
UFMG	1	3,45	66.625,00	2,41
Outras instituições de ensino superior	8	27,59	465.640,00	16,81
Ial – Instituto Adolfo Lutz	1	3,45	87.000,00	3,14
Ipepatro – Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais	1	3,45	92.940,00	3,36
FMTAM – Fundação de Medicina Tropical do Amazonas	1	3,45	137.288,35	4,96
IBMP – Instituto de Biologia Molecular do Paraná	1	3,45	185.000,00	6,68
TOTAL	29	100	2.770.068,30	100

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Nota:

¹ Consideradas as instituições destinatárias, conforme definição do MCT.

Edital de Morbimortalidade Materna e Neonatal

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa segundo UF e região.
Decit, 2004.

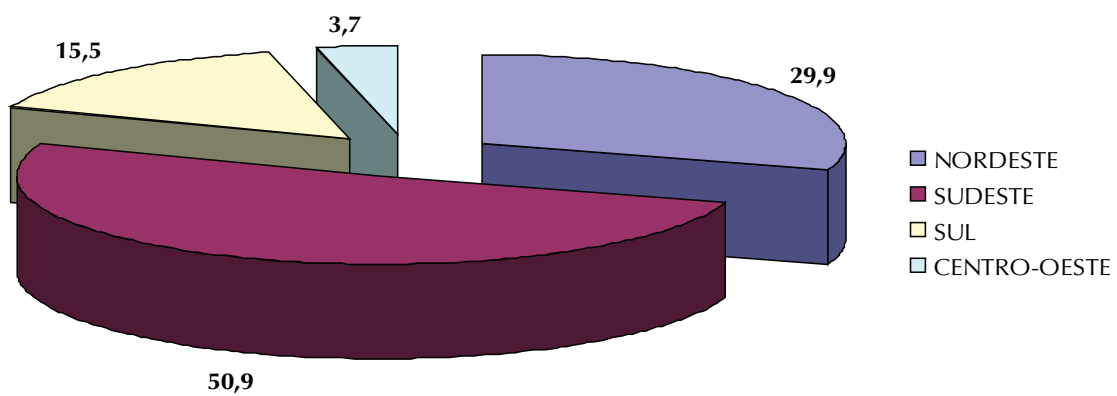
ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Rondônia	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
NORTE	-	-	-	-
Maranhão	2	5,3	43.873	2,0
Piauí	-	-	-	-
Ceará	2	5,3	82.029	3,8
Rio Grande do Norte	3	7,9	92.433	4,3
Paraíba	-	-	-	-
Pernambuco	6	15,8	350.030	16,1
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	2	5,3	81.379	3,7
NORDESTE	15	39,5	649.744	29,9
Minas Gerais	2	5,3	239.600	11,0
Espírito Santo	-	-	-	-
Rio de Janeiro	8	21,1	508.230	23,4
São Paulo	7	18,4	357.935	16,5
SUDESTE	17	44,7	1.105.765	50,9
Paraná	-	-	-	-
Santa Catarina	1	2,6	42.400	2,0
Rio Grande do Sul	4	10,5	294.500	13,5
SUL	5	13,2	336.900	15,5
Mato Grosso	1	2,6	81.234	3,7
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Goiás	-	-	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-
CENTRO-OESTE	1	2,6	81.234	3,7
BRASIL	38	100,0	2.173.643	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Nota:

¹ Consideraram-se os valores contratados.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos selecionados no Edital de Mortalidade Materna e Morbimortalidade Neonatal segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCITIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Edital de Morbimortalidade Materna e Neonatal

Frequência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, segundo instituições apoiadas e tipos de instituição. Dedit, 2004.

TIPO DE INSTITUIÇÃO ¹	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	1	2,63	49.928,50	2,30
IFF/ Fiocruz (R)	1	2,63	49.928,50	2,30
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	32	84,21053	1.647.178,10	75,78
UF RJ	6	15,79	446.176,92	20,53
UF PE	5	13,16	261.470,00	12,03
UF BA	2	5,26	81.379,00	3,74
UF MG	2	5,26	239.600,00	11,02
Unicamp	1	2,63	48.260,00	2,22
USP	1	2,63	33.031,00	1,52
Unirio/UERJ	1	2,63	12.125,00	0,56
Outras instituições de ensino superior	14	36,84	525.136,18	24,16
Prestadores/ provedores de serviços de saúde públicos e privados	1	2,63	198.000,00	9,11
HCPA – Hospital de Clínicas de Porto Alegre	1	2,63	198.000,00	9,11
Organizações não-governamentais, conselhos e associações profissionais	3	7,89	261.848,30	12,05
Imip – Instituto Materno Infantil (PE)	1	2,63	88.560,00	4,07
Cemicamp/Centro de Pesquisas e Controle das Doenças Materno	2	5,26	173.288,30	7,97
Outros órgãos públicos	1	2,63	16.688,40	0,77
IS – Instituto de Saúde	1	2,63	16.688,40	0,77
TOTAL	38	100	2.173.643,30	100

Fonte: Elaboração Deciv/SCITE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Consideradas as instituições destinatárias, conforme definição do MCT.

Edital de Alimentação e Nutrição

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa segundo UF e região. Decit, 2004.

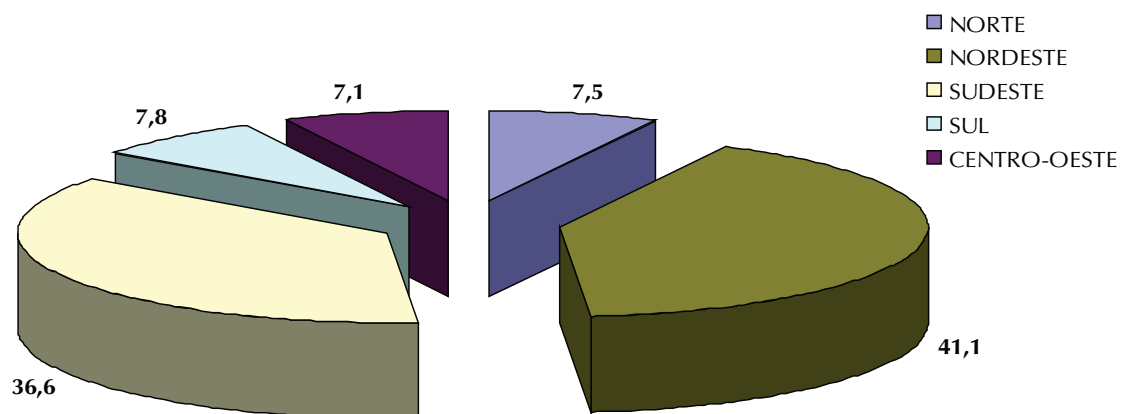
ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Rondônia	-	-	-	-
Acre	1	1,4	13.236	0,5
Amazonas	1	1,4	20.000	0,8
Roraima	-	-	-	-
Pará	2	2,7	113.086	4,3
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	1	1,4	49.955	1,9
NORTE	5	6,8	196.277	7,5
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	2	2,7	30.446	1,2
Ceará	5	6,8	171.430	5,8
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-
Pernambuco	12	16,4	512.745	19,0
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	1	1,4	9.523	0,36
Bahia	6	8,2	387.084	14,8
NORDESTE	26	35,6	1.111.228	41,1
Minas Gerais	5	6,8	78.610	3,0
Espírito Santo	1	1,4	35.975	1,4
Rio de Janeiro	13	17,8	539.756	17,6
São Paulo	11	15,1	621.220	14,6
SUDESTE	30	41,1	1.275.562	36,6
Paraná	3	4,1	137.061	5,2
Santa Catarina	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	5	6,8	100.030	2,5
SUL	8	11,0	237.091	7,8
Mato Grosso	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Goiás	2	2,7	66.634	2,5
Distrito Federal	2	2,7	119.313	4,5
CENTRO-OESTE	4	5,5	185.948	7,1
BRASIL*	73	100,0	3.006.106	100,0

Fonte: Elaboração Decit/ SCTIE/ MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Consideraram-se os valores contratados. Inclui R\$ 1.484.694 de recursos do CNPq.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos selecionados no Edital de Alimentação e Nutrição segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Edital de Alimentação e Nutrição

Frequência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, segundo instituições apoiadas e tipos de instituição. Decit, 2004.

	TIPO DE INSTITUIÇÃO ¹	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
		N.º	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas		3	4,11	97.890,97	3,26
CPQGM (BA)		1	1,37	49.640,00	1,65
Fiocruz (RJ)		2	2,74	48.250,97	1,61
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos		67	91,8	2.821.914,75	93,87
UERJ		4	5,48	228.000,00	7,58
UFBA		5	6,85	337.444,00	11,23
UFRJ		5	6,85	182.014,03	6,05
UFPE		8	10,96	441.441,08	14,68
USP		9	12,33	467.120,10	15,54
UnB		2	2,74	119.313,40	3,97
UFMG		1	1,37	7.200,00	0,24
Outras instituições de ensino		31	42,47	938.282,14	31,21
Instituto Adolfo Lutz (SP)		1	1,37	57.100,00	1,90
Embrapa		1	1,37	44.000,00	1,46
Organizações Não-Governamentais, conselhos e associações de profissionais		2	2,7	37.100,00	1,23
Imip - Instituto Materno Infantil (PE)		2	2,74	37.100,00	1,23
Outros órgãos públicos		1	1,4	49.200,00	1,64
SMS - RJ Instituto de Nutrição Annes Dias		1	1,37	49.200,00	1,64
TOTAL		73	100	3.006.105,72	100

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Consideradas as instituições destinatárias, conforme definição do MCT.

Edital de Saúde Bucal

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa segundo UF e região. Decit, 2004.

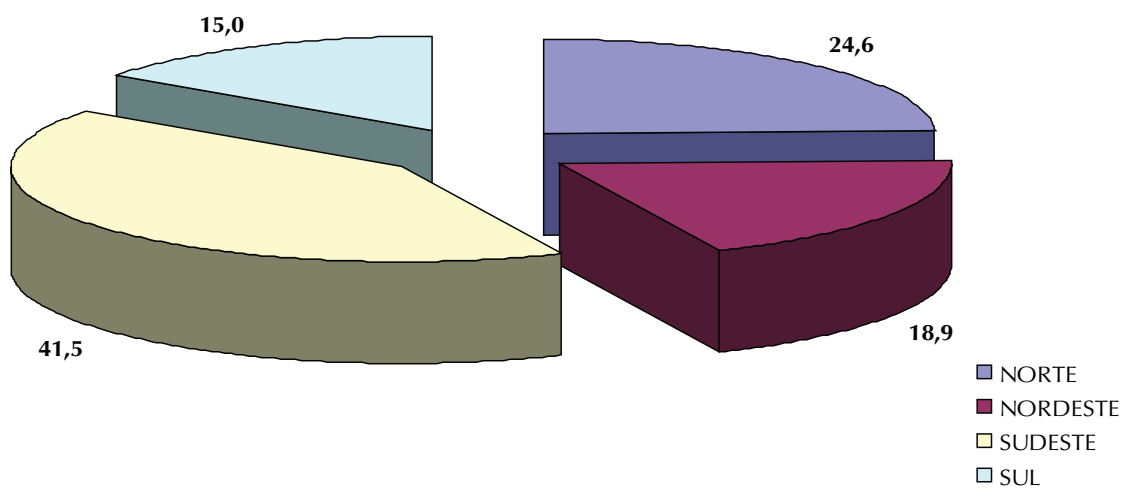
ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Rondônia	2	8,7	245.635	24,6
Acre	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
NORTE	2	8,7	245.635	24,6
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-
Ceará	1	4,3	99.620	10,0
Rio Grande do Norte	1	4,3	19.173	1,9
Paraíba	1	4,3	12.635	-
Pernambuco	2	8,7	37.457	3,7
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	1	4,3	19.858	2,0
NORDESTE	6	26,1	188.743	18,9
Minas Gerais	5	21,7	104.084	10,4
Espírito Santo	-	-	-	-
Rio de Janeiro	1	4,3	27.000	2,7
São Paulo	4	17,4	284.133	28,4
SUDESTE	10	43,5	415.217	41,5
Paraná	2	8,7	30.089	3,0
Santa Catarina	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	3	13,0	119.854	12,0
SUL	5	21,7	149.943	15,0
Mato Grosso	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Goiás	-	-	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-
CENTRO-OESTE	-	-	-	-
BRASIL	23	100,0	999.537,8	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Consideraram-se os valores contratados.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos selecionados no Edital de Saúde Bucal segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Edital de Saúde Bucal

Freqüência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, segundo instituições apoiadas e tipos de instituição. Decit, 2004.

TIPO DE INSTITUIÇÃO ¹	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	22	95,7	978.537,88	97,9
USP	4	17,4	263.288,00	26,3
UERJ/IMS	1	4,3	27.000,00	2,7
UFBA	1	4,3	19.858,00	2,0
UFPE	1	4,3	17.513,90	1,8
UFMG	3	13,0	60.889,77	6,1
PUC MG	1	4,3	27.130,00	2,7
PUC PR	1	4,3	11.088,75	1,1
Outras instituições de ensino superior	10	43,5	551.769,46	55,2
Prestadores/provedores de serviços de saúde públicos e privados	1	4,3	21.000,00	2,1
HNSC – Hospital Nossa Senhora da Conceição (RS)	1	4,3	21.000,00	2,1
TOTAL	23	100	999.537,88	100

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Consideradas as instituições destinatárias, conforme definição do MCT.

Edital de Sistemas e Políticas de Saúde

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa segundo UF e região.
Decit, 2004.

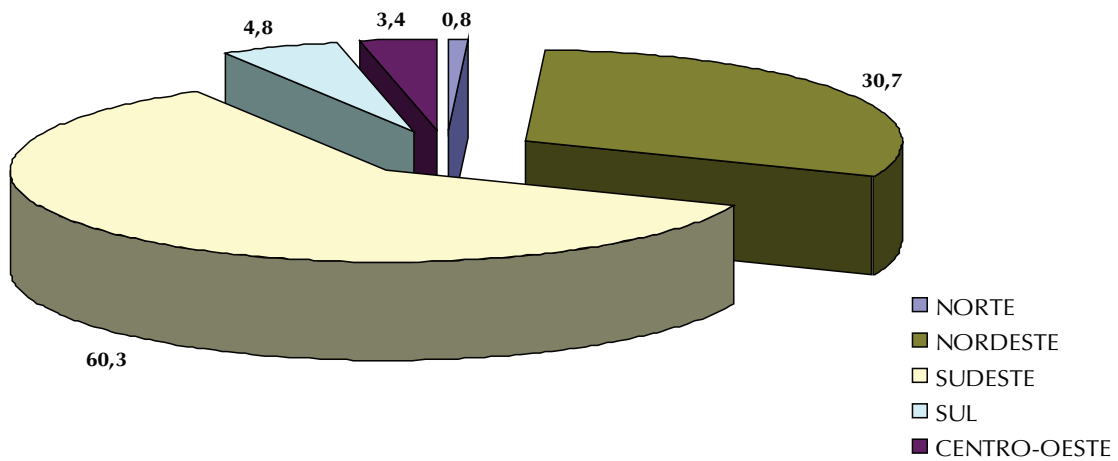
ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Rondônia	1	2,2	19.740	0,8
Acre	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
NORTE	1	2,2	19.740	0,8
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-
Ceará	3	6,7	146.775	6,1
Rio Grande do Norte	1	2,2	20.000	0,8
Paraíba	-	-	-	-
Pernambuco	6	13,3	368.077	15,4
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	4	8,9	198.300	8,3
NORDESTE	14	31,1	733.152	30,7
Minas Gerais	4	8,9	126.158	5,3
Espírito Santo	-	-	-	-
Rio de Janeiro	9	20,0	674.180	28,2
São Paulo	10	22,2	640.563	26,8
SUDESTE	23	51,1	1.440.901	60,3
Paraná	2	4,4	28.434	1,2
Santa Catarina	2	4,4	28.746	1,2
Rio Grande do Sul	2	4,4	58.074	2,4
SUL	6	13,3	115.254	4,8
Mato Grosso	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Goiás	1	2,2	81.336	3,4
Distrito Federal	-	-	-	-
CENTRO-OESTE	1	2,2	81.336	3,4
BRASIL	45	100,0	2.390.383	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Consideraram-se os valores contratados.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos selecionados no Edital de Sistemas e Políticas de Saúde segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Edital de Sistemas e Políticas de Saúde

Frequência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, segundo instituições apoiadas e tipos de instituição. Decit, 2004.

TIPO DE INSTITUIÇÃO ¹	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	4	8,89	307.670,00	12,87
Fiocruz	4	8,9	307.670,00	12,9
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	37	82,2	1.720.733,24	71,99
USP	4	8,9	240.994,48	10,1
UFRJ	3	6,7	132.000,00	5,5
UFPE	4	8,9	304.557,00	12,7
UFMG	1	2,2	36.810,00	1,5
UFBA	4	8,9	198.300,00	8,3
PUC PR	1	2,2	8.630,00	0,4
PUC Campinas	1	2,2	16.858,00	0,7
USP	1	2,2	47.000,00	2,0
Outras instituições de ensino superior	18	40,0	735.583,76	30,8
Organizações não-governamentais, conselhos e associações profissionais	4	8,9	361.979,55	15,14
Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	3	6,7	317.499,55	13,3
Imip – Instituto Materno Infantil (PE)	1	2,2	44.480,00	1,9
TOTAL	45	100	2.390.382,79	100

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a alteração.

Notas:

¹ Consideradas as instituições destinatárias, conforme definição do MCT.

Edital de Violência, Acidentes e Trauma

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa segundo UF e região. Decit, 2004.

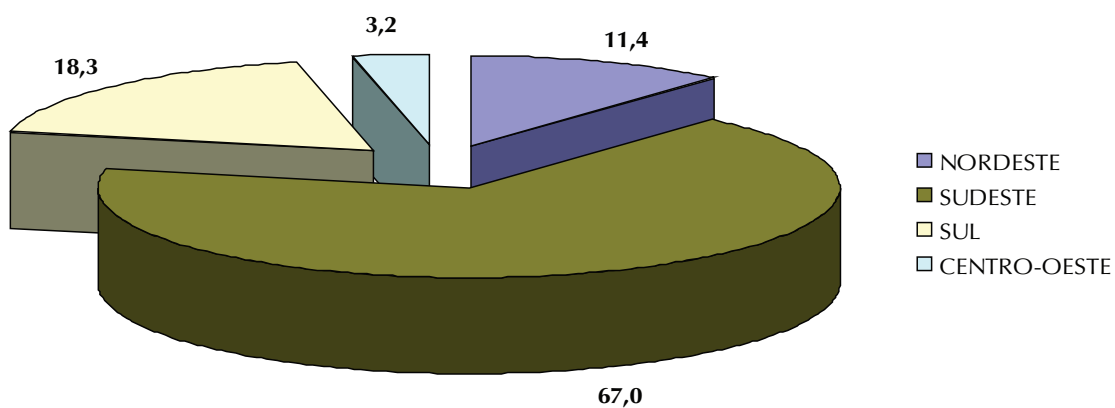
ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS ¹	
	N.º	%	VALOR (R\$) ²	%
Rondônia	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
NORTE	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-
Ceará	2	4,1	99.596	1,2
Rio Grande do Norte	1	2,0	32.150	0,9
Paraíba	2	4,1	211.447	5,8
Pernambuco	2	4,1	44.352	1,3
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	2	4,1	76.340	2,2
NORDESTE	9	18,4	463.885	11,4
Minas Gerais	4	8,2	201.494	5,9
Espírito Santo	-	-	-	-
Rio de Janeiro	10	20,4	686.531	20,1
São Paulo	12	24,5	1.402.979	41,0
SUDESTE	26	53,1	2.291.004	67,0
Paraná	1	2,0	49.136	1,4
Santa Catarina	2	4,1	168.363	4,9
Rio Grande do Sul	7	14,3	409.936	12,0
SUL	10	20,4	627.435	18,3
Mato Grosso	1	2,0	20.300	0,6
Mato Grosso do Sul	1	2,0	6.910	0,2
Goiás	1	2,0	31.815	0,9
Distrito Federal	1	2,0	52.000	1,5
CENTRO-OESTE	4	8,2	111.025	3,2
BRASIL	49	100,0	3.493.349	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Nota:

¹ Consideraram-se os valores contratados. Inclui R\$ 1.686.095 de recursos do CNPq.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos selecionados no Edital de Violência, Acidentes e Trauma segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Edital de Violência, Acidentes e Trauma

Frequência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, segundo instituições apoiadas e tipo de instituições. Decit, 2004.

TIPO DE INSTITUIÇÃO ¹	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	Nº	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	5	10,20	364.953,50	10,45
Fiocruz (RJ)	5	10,20	364.953,50	10,45
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	43	87,8	3.123.895,24	89,42
UFRJ	2	4,08	146.577,70	4,20
UFBA	2	4,08	76.340,00	2,19
UFMG	3	6,12	177.494,00	5,08
Unicamp	2	4,08	113.160,00	3,24
USP	6	12,24	1.012.324,60	28,98
UERJ	1	2,04	62.000,00	1,77
UFPE	1	2,04	39.498,10	1,13
PUC-SP	1	2,04	207.700,00	5,95
PUC-RS	1	2,04	49.354,00	1,41
Outras instituições de ensino superior	22	44,90	1.134.446,84	32,47
Ipea	1	2,04	52.000,00	1,49
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica (RJ)	1	2,04	53.000,00	1,52
Prestadores/provedores de serviços de saúde públicos e privados	1	2,04	4.500,00	0,13
HPSPA – Hospital do Pronto Socorro Municipal de Porto Alegre	1	2,04	4.500,00	0,13
TOTAL	49	100	3.493.348,74	100

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Notas:

¹ Consideradas as instituições destinatárias, conforme definição do MCT.

PROJETOS TECNOLÓGICOS
AGENTES TÉCNICOS – FINEP

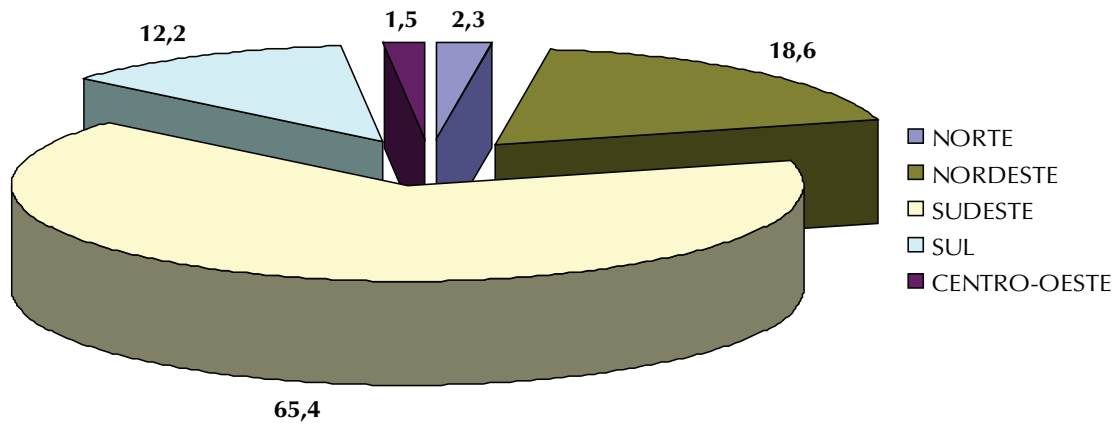
Distribuição das atividades de fomento à pesquisa, Finep, segundo UF e região. Decit, 2004.

ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$) ¹	%
Rondônia	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-
Amazonas	1	4,8	694.684,47	2,3
Roraima	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
NORTE	1	4,8	694.684,47	2,3
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-
Ceará	1	4,8	2.500.000,00	8,1
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	1	4,8	3.220.000,00	10,5
NORDESTE	2	9,5	5.720.000,00	18,6
Minas Gerais	1	4,8	143.500,00	0,5
Espírito Santo	-	-	-	-
Rio de Janeiro	6	28,6	13.167.500,00	42,9
São Paulo	6	28,6	6.779.550,00	22,1
SUDESTE	13	61,9	20.090.550,00	65,4
Paraná	1	4,8	1.230.000,00	4,0
Santa Catarina	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	3	14,3	2.502.690,00	8,1
SUL	4	19,0	3.732.690,00	12,2
Mato Grosso	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Goiás	-	-	-	-
Distrito Federal	1	4,8	470.000,00	1,5
CENTRO-OESTE	1	4,8	470.000,00	1,5
BRASIL*	21	100,0	30.707.924,47	100,0

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados da Finep. Dados preliminares sujeitos a revisão.

¹ Valores contratados.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos (agente técnico = Finep) segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Frequência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, Finep, segundo instituições apoiadas e tipo de instituição. Decit, 2004.

TIPO DE INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	4	19,05	9.867.900,00	32,13
Fiocruz – Biomanguinhos	2	9,52	6.325.900,00	20,60
Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras (RJ)	2	9,52	3.542.000,00	11,53
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	12	57,14	12.641.834,47	41,17
Tecpar – Instituto de Tecnologia do Paraná	1	4,76	1.230.000,00	4,01
Instituto Butantan	1	4,76	1.310.000,00	4,27
Outros Institutos Tecnológicos	2	9,52	892.784,47	2,91
UFRJ	1	4,76	3.100.000,00	10,10
USP	3	14,29	3.910.550,00	12,73
UFMG	1	4,76	143.500,00	0,47
PUC-RS	1	4,76	835.000,00	2,72
UnB – Fubra	1	4,76	470.000,00	1,53
Outras instituições de ensino	1	4,76	750.000,00	2,44
Prestadores/provedores de serviços de saúde públicos e privados	1	4,76	3.220.000,00	10,49
Hosp. Sta. Isabel (BA)	1	4,76	3.220.000,00	10,49
Outros órgãos públicos	3	14,29	4.778.590,00	15,56
SES (RS)	2	9,52	2.278.590,00	7,42
Outros	1	4,76	2.500.000,00	8,14
Organizações não-governamentais, conselhos e associações profissionais	1	4,76	199.600,00	0,65
Abiquif	1	4,76	199.600,00	0,65
TOTAL	21	100	30.707.924,47	100

Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados da Finep. Dados preliminares sujeitos a revisão.

AÇÕES DE FOMENTO POR MEIO DA UNESCO

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa, Unesco segundo UF e região. Decit, 2004.

ESTADO	PROJETOS ¹		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$) ²	%
Rondônia	5	11,6	250.315,10	14,3
Acre	1	2,3	35.400,00	2,0
Amazonas				
Roraima	3	7,0	122.137,00	7,0
Pará	1	2,3	76.500,00	4,4
Amapá	3	7,0	88.148,43	5,0
Tocantins	2	4,7	99.627,65	5,7
NORTE ²	15	34,9	672.128,18	38,3
Maranhão				
Piauí				
Ceará				
Rio Grande do Norte				
Paraíba	1	2,3	44.972,94	2,6
Pernambuco	4	9,3	-	0,0
Alagoas	1	2,3	36.498,78	2,1
Sergipe				
Bahia				
NORDESTE	6	14,0	81.471,72	4,6
Minas Gerais	1	2,3	123.300,00	7,0
Espírito Santo	2	4,7	-	0,0
Rio de Janeiro	9	20,9	-	0,0
São Paulo	6	14,0	-	0,0
SUDESTE	18	41,9	123.300,00	7,02
Paraná	1	2,3	48.690,00	2,8
Santa Catarina				
Rio Grande do Sul	3	7,0	830.247,00	47,3
SUL	4	9,3	878.937,00	50,1
Mato Grosso				
Mato Grosso do Sul				
Goiás				
Distrito Federal				
CENTRO-OESTE				
BRASIL	43	100,0	1.755.836,90	100,0

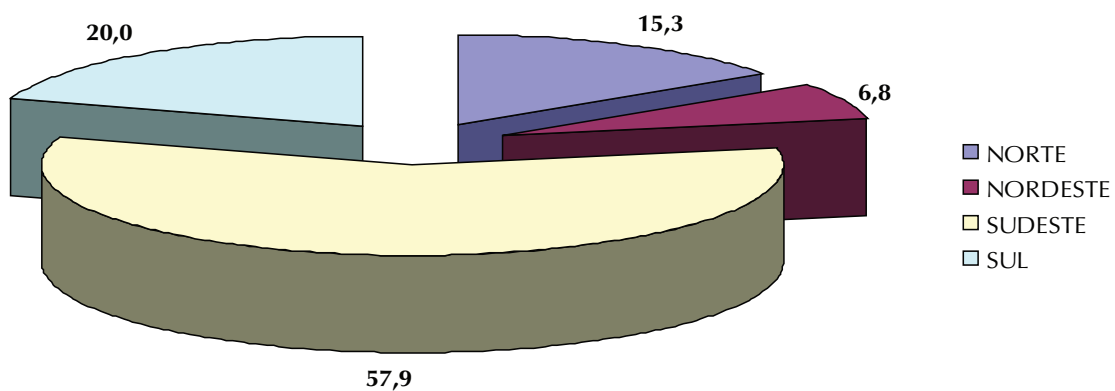
Fonte: Decit/SCTIE/MS. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Notas:

¹ Unesco: convênios assinados em 2003, com recursos desembolsados ou comprometidos em 2004.

² Pesquisa para o SUS – Amazônia: valores contratados em 2004.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos (agente técnico = Unesco) segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Distribuição das atividades de fomento à pesquisa, Unesco segundo UF e região. Decit, 2004.

ESTADO	PROJETOS ¹		RECURSOS FINANCEIROS	
	Nº	%	VALOR (R\$) ²	%
Rondônia	5	11,6	250.315,10	14,3
Acre	1	2,3	35.400,00	2,0
Amazonas				
Roraima	3	7,0	122.137,00	7,0
Pará	1	2,3	76.500,00	4,4
Amapá	3	7,0	88.148,43	5,0
Tocantins	2	4,7	99.627,65	5,7
NORTE ²	15	34,9	672.128,18	38,3
Maranhão				
Piauí				
Ceará				
Rio Grande do Norte				
Paraíba	1	2,3	44.972,94	2,6
Pernambuco	4	9,3	-	0,0
Alagoas	1	2,3	36.498,78	2,1
Sergipe				
Bahia				
NORDESTE	6	14,0	81.471,72	4,6
Minas Gerais	1	2,3	123.300,00	7,0
Espírito Santo	2	4,7	-	0,0
Rio de Janeiro	9	20,9	-	0,0
São Paulo	6	14,0	-	0,0
SUDESTE	18	41,9	123.300,00	7,02
Paraná	1	2,3	48.690,00	2,8
Santa Catarina				
Rio Grande do Sul	3	7,0	830.247,00	47,3
SUL	4	9,3	878.937,00	50,1
Mato Grosso				
Mato Grosso do Sul				
Goiás				
Distrito Federal				
CENTRO-OESTE				
BRASIL	43	100,0	1.755.836,90	100,0

Fonte: Decit/SCTIE/MS. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Notas:

¹ Unesco: convênios assinados em 2003, com recursos desembolsados ou comprometidos em 2004.

² Pesquisa para o SUS – Amazônia: valores contratados em 2004.

AÇÕES DIRETAS POR MEIO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

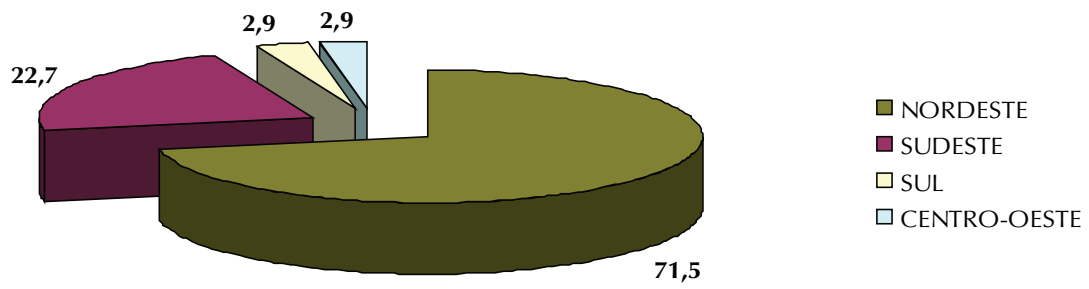
Distribuição das atividades de fomento à pesquisa, Fundo Nacional de Saúde segundo UF e região. Decit, 2004.

ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$) ¹	%
Rondônia	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
NORTE	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	1	14,29	1.000.000,00	28,6
Paraíba	-	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	1	14,29	1.500.000,00	42,9
NORDESTE	2	28,57	2.500.000,00	71,5
Minas Gerais	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-
Rio de Janeiro	3	42,86	795.000,00	22,7
São Paulo	-	-	-	-
SUDESTE	3	42,86	795.000,00	22,7
Paraná	-	-	-	-
Santa Catarina	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	1	14,3	100.000,00	2,9
SUL	1	14,29	100.000,00	2,86
Mato Grosso	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Goiás	-	-	-	-
Distrito Federal	1	14,29	100.000,00	2,86
CENTRO-OESTE	1	14,29	100.000,00	2,86
BRASIL	7	100	3.495.000,00	100

Fonte: Decit/SCTIE/MS. Dados preliminares sujeitos a revisão.

¹ Para Fundo Nacional de Saúde (FNS), foram considerado os valores empenhados em 2004.

Proporção de recursos financeiros destinados aos projetos (agente técnico = Fundo Nacional de Saúde) segundo região. Decit, 2004.



Fonte: Elaboração Decit/SCTIE/MS a partir dos dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Frequência e recursos financeiros de projetos de pesquisa, FNS, segundo instituições apoiadas e tipo de instituição. Decit, 2004.

TIPO DE INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$) ¹	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	2	28,57	740.000,00	21,17
Fiocruz	1	14,29	500.000,00	14,31
Inca	1	14,29	240.000,00	6,87
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	4	57,14	2.655.000,00	75,97
ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia	1	14,29	55.000,00	1,57
UnB (FunB)	1	14,29	100.000,00	2,86
UFRN (Instituto de Neurociências)	1	14,29	1.000.000,00	28,61
UFBA (Fapex)	1	14,29	1.500.000,00	42,92
Prestadores/provedores de serviços de saúde públicos e privados	1	14,29	100.000,00	2,86
HPCA – Hospital das Clínicas de Porto Alegre	1	14,29	100.000,00	2,86
TOTAL	7	100	3.495.000,00	100

Fonte: Decit/SCTIE/MS. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Notas:

¹ Valor empenhado.

COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA
AGENTE TÉCNICO – CNPq

Distribuição de projetos dos Comitês de Ética em Pesquisa segundo UF e região. Decit, 2004.

ESTADO	PROJETOS		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Rondônia	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-
Amazonas	2	2,0	56.275	2,8
Roraima	-	-	-	-
Pará	5	5,0	140.556	7,1
Amapá	1	1,0	18.979	1,0
Tocantins	1	1,0	19.300	1,0
NORTE	9	9,0	235.110	11,9
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	1	1,0	26.700	1,3
Ceará	6	6,0	99.675	5,0
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-
Pernambuco	4	4,0	76.914	3,9
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	3	3,0	66.389	3,4
NORDESTE	14	14,0	269.679	13,6
Minas Gerais	10	10,0	160.081	8,1
Espírito Santo	3	3,0	75.531	3,8
Rio de Janeiro	13	13,0	236.154	11,9
São Paulo	24	24,0	430.591	21,7
SUDESTE	50	50,0	902.356	45,6
Paraná	7	7,0	157.095	7,9
Santa Catarina	6	6,0	111.900	5,7
Rio Grande do Sul	11	11,0	241.907	12,2
SUL	24	24,0	510.902	25,8
Mato Grosso	1	1,0	19.250	1,0
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-
Goiás	2	2,0	43.055	2,2
Distrito Federal	-	-	-	-
CENTRO-OESTE	3	3,0	62.305	3,1
BRASIL*	100	100,0	1.980.352	100,0

Fonte: Elaboração do Decit/SCTIE/MS a partir de dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Freqüência e recursos financeiros de projetos de de fortalecimento institucional de comitês de ética em pesquisa, segundo instituições apoiadas e tipo de instituição. Decit, 2004.

TIPO DE INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE		RECURSOS FINANCEIROS	
	N.º	%	VALOR (R\$)	%
Órgãos e entidades do Ministério da Saúde e fundações vinculadas	2	2,0	46.186,25	2,3
Instituto Evandro Chagas	1	1,0	25.000,00	1,3
Inst. Nac. Cardiologia de Laranjeiras	1	1,0	21.186,25	1,1
Instituições de ensino superior, de pesquisa e institutos tecnológicos	74	74,0	1.473.475,07	74,4
USP	4	4,0	103.892,42	5,2
UFRJ	3	3,0	46.301,47	2,3
Unesp	2	2,0	31.000,00	1,6
UFPEL	2	2,0	39.876,00	2,0
PUC Campinas	1	1,0	24.000,00	1,2
PUC PR	1	1,0	25.608,00	1,3
PUC SP	1	1,0	18.668,50	0,9
UFBA	1	1,0	30.000,00	1,5
Outras instituições de ensino	56	56,0	1.088.799,68	55,0
Outras instituições de pesquisa	3	3,0	65.329,00	3,3
Prestadores/provedores de serviços de saúde públicos e privados	21	21,0	401.690,67	20,3
Instituto do Câncer do Ceará	1	1,0	30.000,00	1,5
Outros	20	20,0	371.690,67	18,8
Organizações não-governamentais, conselhos profissionais e associação de especialistas	1	1,0	24.000,00	1,2
Associação Bras. Odontologia	1	1,0	24.000,00	1,2
Outros órgãos públicos	2	2,0	35.000,00	1,8
SES/SC	1	1,0	25.000,00	1,3
Outros	1	1,0	10.000,00	0,5
TOTAL	100	100	1.980.351,99	100

Fonte: Elaboração do Decit/SCTIE/MS a partir de dados do CNPq. Dados preliminares sujeitos a revisão.

Equipe Técnica

ASSESSORIA DE POLÍTICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Assessora

Antonia Angulo Tuesta

Equipe

Flávia Tavares Silva Elias

Jacqueline Carvalho Gagliardi

Juliana Araújo Pinheiro

Maria Beatriz Amaro

Maria Cristina C. Arrochela Lobo

Paulo Roberto do Nascimento

Regina Célia Borges de Lucena

COORDENAÇÃO-GERAL DE BIOTECNOLOGIA EM SAÚDE

Coordenadora Interina

Daniela Buosi

Equipe

Ana Paula Reche Corrêa

Adriana Diaféria

Angélica Rogerio de Miranda Pontes

Clarice de Fátima Abreu Barros

Fernando Domingues Zucchi

Isabel Cristina Pimentel Guimarães dos Santos

Thenille Faria Machado do Carmo

Vanessa Guimarães Machado

COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**Coordenadora**

Suzanne Jacob Serruya

Equipe:

Cristianne Aparecida Costa Haraki

Cristiano Gomes da Costa

Helena Behrens

Leila Nina Ribeiro Freire

Márcia Luz da Motta

Márcio Alex Carvalho Silva

Margarete Martins de Oliveira

Shirlene Corrêa de Holanda

Rodeluzi Lucas de Andrade

**COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO À PESQUISA
E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO****Coordenadora**

Leonor Maria Pacheco Santos

Equipe:

Adriana Vieira de Sousa

Carla Valéria Martins Rodrigues

Érika Barbosa Camargo

Francisco de Assis C. Serra

Isabella Vasconcellos de Oliveira

Lilian Rose Peters

Marge Tenório

Natália Franco Veloso

Rosemary de Barros Fonseca

COMUNICAÇÃO SOCIAL

João Carlos Saraiva Pinheiro

ASSESSORIA DE DIREÇÃO

Cássia Maria de Souza Barretto

Omar Til Júnior

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada gratuitamente na Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde:

<http://www.saude.gov.br/bvs>

O conteúdo desta e de outras obras da Editora do Ministério da Saúde pode ser acessado gratuitamente na página:

<http://www.saude.gov.br/editora>



EDITORA MS

Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE
MINISTÉRIO DA SAÚDE

(Normalização, editoração, impressão e acabamento)

SIA, trecho 4, lotes 540/610 – CEP: 71200-040

Telefone: (61) 233-2020 Fax: (61) 233-9558

E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Home page: <http://www.saude.gov.br/editora>

Brasília – DF, maio de 2005

OS 0285/2005